

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANA DE SOUZA DANTAS

**ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO ACRE
(1970-1980)**

**NATAL/RN
2008**

JULIANA DE SOUZA DANTAS

**ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO ACRE
(1970-1980)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira

NATAL/RN
2008

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Dantas, Juliana de Souza.

Estado e sociedade civil no Acre : (1970 – 1980) – Natal, 2011.

113 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2011.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira.

1. Estado. 2. Sociedade Civil – Acre. 3. Políticas públicas. I. Oliveira, João Emanuel Evangelista de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 321(811.2)

JULIANA DE SOUZA DANTAS

**ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO ACRE
(1970-1980)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira

Aprovada em: 30 de Setembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Francisco de Assis Brandão dos Reis
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Antônio Spinelli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

NATAL/RN
2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Osmir e Estela, pela confiança que sempre depositaram em mim para que eu pudesse converter seus esforços em resultados concretos.

AGRADECIMENTOS

A meu ver, esse é o momento mais sublime de todo o processo, desde os primeiros momentos, quando foi pensado na hipótese de se pleitear um curso de pós-graduação; até o momento atual, quando finalizo esta árdua empreitada. Considero sublime, pois parece mágico ter e ver os resultados, ainda que não o totalmente esperado, a que pude chegar, mas tendo a sensação de dever cumprido. Agora é um momento solitário, todavia, para que eu pudesse alcançá-lo tive apoio de muitas pessoas que souberam incentivar, compreender, auxiliar, dialogar e principalmente criticar para que o melhor pudesse ser feito. Por esta razão sinto-me no direito e dever de aqui registrar aqueles que se fizeram marcantes para a produção deste trabalho.

Agradeço a João Emanuel Evangelista, orientador e parceiro, que com sabedoria soube auxiliar e conduzir a relação que se estabelece entre orientador e orientanda, na medida em que suas observações, mesmo à distância, foram validadas e incorporadas à redação desta pesquisa.

Aos professores do programa, pelo convívio, aprendizagem e a troca de conhecimentos e saberes, principalmente, ao prof. Antonio Spinelli Lindoso, amigo e co-orientador, pelo estímulo e entusiasmo que sempre passou.

Ao prof. Pedro Vicente, pela acolhida e pelas sugestões de literatura, principalmente suas obras, que a nosso ver são marcos de análise e interpretação da realidade acreana.

Ao programa de pós-graduação em ciências sociais da UFRN e à CAPES pela acolhida e pelo financiamento a realização deste trabalho.

Aos colegas e aos amigos que fiz, principalmente, Danielle, Aparecida, Anaxuel, Anderson, que muito me ajudaram a palmilhar terras potiguares.

Aos demais amigos de Natal, Lenina, Thalita e Jeane, que no decorrer de minha estada nesta linda cidade souberam serem presentes para que a saudade de minha terra fosse dia-a-dia amenizada.

Aos amigos que constitui a partir do momento em que tomei a sábia decisão de fazer a graduação em ciências sociais, principalmente a Raimundo França e Eloisa Winter Nascimento, principais responsáveis pela minha caminhada em busca de crescimento intelectual.

À União Educacional do Norte – UNINORTE – pela oportunidade de fazer uma carreira acadêmica e pelo apoio oferecido.

Às amigas Liliane e Silva, que foram antes alunas dedicadas. Sinto-me imensamente grata pelo fato deste trabalho ter-lhes despertado alguns questionamentos para elaboração de suas monografias e assim puderam contribuir imensamente com material de pesquisa.

Aos meus pais, Osmir e Estela, pelo esforço e pela construção de bases sólidas de educação para que eu pudesse construir uma carreira acadêmica pautada na humildade, ética e disciplina.

Às minhas irmãs, Emiliana e Nadir, pelo companheirismo desde tenra infância.

A todos meus sinceros agradecimentos.

**Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que queríamos ser, não somos o que iríamos ser, mas graças a Deus, não somos o que éramos.
(Martin Luther King)**

RESUMO

A relação entre Estado e sociedade civil é uma discussão não muito recente, mas isso não quer dizer que o debate esteja esgotado, uma vez que é no contexto histórico que a novidade é apreendida. Pensando nesta perspectiva, empreendemos analisar como se dá a relação entre Estado e sociedade civil no Acre no período da década de 1970. Mas, para entendermos como se estabelece essa relação no longínquo Acre, colocamos à disposição do leitor análises históricas, numa incansável tentativa de esclarecer minimamente os aspectos que caracterizam a sociedade acreana. Para isso, assumimos como ponto de partida que, não se diferenciando, em linhas gerais, da estruturação dada em âmbito nacional, a conformação dessa sociedade pautou-se numa *revolução passiva*, em outras palavras, *transformismo pelo alto*, relegando à sociedade civil, que já é incipiente, uma pífia participação na direção política hegemônica. Isso nos remete ao pensamento de que tanto a estruturação da burocracia estatal, quanto a organização da sociedade civil sofreram influências decisivas de uma elite política tradicional. A par disso, iniciamos o trabalho com o levantamento bibliográfico e, em seguida, partimos para análise da realidade empírica, tais como jornais, publicações da imprensa oficial e imprensa privada, alguns poucos documentos e, por último, entrevistas com atores políticos ligados ao processo de consolidação da sociedade civil na década de 1970. Os entrevistados foram selecionados, primeiramente, pela sua localização na região, e por sua relevante contribuição ao processo de consolidação da história recente do Acre. Assim, as entrevistas seguiram-se de forma semi-estruturada, conduzindo-se, também, pelas informações que os entrevistados teriam a nos passar. A sistematização e a análise desses levantamentos revelaram-nos que, no período que antecede à elevação do Acre Estado Federado houve, de certo, um *transformismo pelo alto*; entretanto, na década de 1970, a sociedade com uma formação social mais heterogênea, não permitiu, ou pelo menos, se organiza, para contrapor a uma sistemática imposição. Assim, o espaço de disputa hegemônica entre Estado e sociedade civil se dá a partir da “conciliação” com a adoção de políticas públicas que amenizasse a disputa entre as ambas esferas, bem como a constituição de alguns organismos, conformando uma sociedade civil acreana.

Palavras-chave: Acre – Estado – Sociedade Civil

ABSTRACT

The relation between State and civil society is not a very recent discussion, but it does not mean that debate is exhausted, since is in the historical context that the novelty is seized. Thinking like this, we may analyze how the relation between state and civil society happened in Acre during the decade of 1970. But, to understand how this relation is established in faraway Acre, we have available to the reader historical analyses, in a tireless attempt to clarify minimally aspects that characterize acreana society. To do this, we take on as a departure point, in general not differentiating of the given structure at national level, the conformation of this society was guided in a passive revolution, in another way, by high *transformismo*, relegating to the civil society, which is incipient, pífia a simple participation in the hegemonic policy direction. All this brings us to the thought that both state bureaucracy structure and the civil society organization, were influenced decisively for a traditional political elite. In addition, we begin the work with the lifting bibliographic reference searching and then we analyze the empirical reality, such as newspapers, official media publications and private, a few documents and last, interviews with political actors associated with the process consolidation of civil society in the 1970 decade. The interviewees were selected, firstly for their location in the region, and for their outstanding contribution to the consolidating process of recent Acre history. Thus, the interviews followed up on a semi-structured way, leading up, also, for the informations that the interviewees would have to pass on. The systematization and analysis of these surveys have shown us that, in the period before of the Acre Federal State lifting had, of course, a transformismo by high, but at 1970decade, the society with a more heterogeneous social formation, is not allowed, or at least, organize itself, to counter a systematic imposition. Thus, the hegemonic area of dispute between State and civil society occurs from the "reconciliation" with the adoption of public policies that amenizasse the dispute between both spheres, and to build up some bodies, settling a acreana civil society.

Key words: Acre - State - Civil Society

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E TEÓRICAS	
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA TEORIA.....	11
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA REALIDADE.....	14
Capítulo 1 A IDEALIZAÇÃO DO ACRE ESTADO: A FORMAÇÃO POLÍTICA-SOCIAL-ECONOMICA	
1.1 DA ANEXAÇÃO À AUTONOMIZAÇÃO POLÍTICA	
1.1.1 A ANEXAÇÃO: O ACRE BRASILEIRO.....	17
1.1.2 ESTADO MERIDIONAL DO ACRE.....	21
1.1.3 O TERRITÓRIO DO ACRE.....	23
1.1.4 O TERRITÓRIO DO ACRE PÓS REVOLUÇÃO DE 1930.....	31
1.1.5 A AUTONOMIZAÇÃO: O ACRE FEDERADO.....	36
1.2 DE ESTADO FEDERADO AO GOLPE DE 1964	
1.2.1 A CONSTITUCIONALIDADE ACREANA E O GOLPE DE 1964.....	42
1.2.2 PODER ESTATAL NA AMAZÔNIA ATÉ 1970.....	47
CAPÍTULO 2 ESTADO E DITADURA MILITAR: A REPRESSÃO/CONTESTAÇÃO POLÍTICA-SOCIAL-ECONOMICA	
2.1 A NOVA ECONOMIA E A QUESTÃO RURAL: A REPRESSÃO	
2.1.1 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE REOCUPAÇÃO.....	53
2.1.2 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O ACRE.....	54
2.1.3 A EXPANSÃO DA FRENTE AGROPECUÁRIA NO ACRE.....	57
2.2 OS TRABALHADORES RURAIS CONTRA A EXPULSÃO DAS TERRAS: A CONTESTAÇÃO	
2.2.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA.....	69
2.2.2 A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS E AS POLÍTICAS ESTATAIS CONCILIATÓRIAS.....	71
CAPÍTULO 3 SOCIEDADE CIVIL ACREANA: A “CONCILIAÇÃO” POLÍTICA-SOCIAL-ECONÔMICA	
3.1 A SOCIEDADE CIVIL ATÉ 1970	
3.1.1 AS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS.....	81
3.1.2 IGREJA.....	84
3.1.3 IMPRENSA.....	87
3.1.4 PARTIDOS POLÍTICOS.....	89
3.2 A SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1970	
3.2.1 UM NOVO PANORAMA.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

INTRODUÇÃO: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS E TEÓRICAS

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA TEORIA

Antes de darmos início à análise quanto à questão política do Acre, isto é, pensar perspectivamente acerca da política, Estado e sociedade civil outrora formado no Acre, somos obrigados a discutir teoricamente tais questões à luz da literatura. Desta feita, optamos pela chave interpretativa ensejada pela teoria marxista/gramsciana.

Nesta chave interpretativa, a concepção de Estado é ampliada na medida em que Gramsci circunscreve a sociedade civil ao plano superestrutural e, portanto, ao plano da direção consensual. Ao que tudo indica, o passo dado por Gramsci é decisivo, pois “a questão do poder nas sociedades modernas passa a ter uma dimensão predominantemente ideológica. Em outras palavras, as forças sociais que conquistarem as mentes e os corações no âmbito da sociedade se credenciam para disputar e obter o poder.” (Spinelli e Lyra, 2006, p.139).

Partindo da premissa de que na sociedade contemporânea o Estado não está mais meramente restrito à administração e à força militar, mas também à ideologia e ao consenso, nota-se que o conceito de Estado como instrumento direto nas mãos da classe dominante tornou-se arcaico, uma vez que o Estado adere a participação sempre crescente dos aparelhos privados de hegemonia que constitui a sociedade civil, ou a “incorporação do aparelho [privado] de hegemonia ao Estado”¹.

Assim sendo, Estado e sociedade passam a estabelecer uma correlação de forças, para usarmos os termos de Poulantzas (1990), ou seja, no ordenamento político contemporâneo a força política formada pela *sociedade política* cede espaço, ainda que em alguns aspectos muito restritos, às formações sociais não estatais, ou para ser mais precisa, à *sociedade civil*; em outras palavras “deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste

¹ Buci-Gluckmann, 1980, p. 71.

sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).” (Gramsci, 1989, p. 149).

Neste sentido, Estado e sociedade civil, isto é, *sociedade política* e *sociedade civil* não podem ser discutidas separadamente, ou pelo menos fazer uma distinção clara e orgânica, uma vez que ambas estão correlacionadas e perfazem a *superestrutura*. Mas isso não quer dizer que não tenham características e funções próprias. A *sociedade civil*, por exemplo, ganhou nos escritos do cárcere de Gramsci a característica de ser privada para distinguir do público, estatal, portanto da *sociedade política*. Assim sendo, *sociedade civil* é formada por organizações sindicais, políticas e culturais; ao passo que a *sociedade política* é formada pela estrutura burocrática do Estado em suas várias formas. Noutras palavras,

a sociedade civil gramsciana não se sustenta fora do campo do Estado e muito menos em oposição dicotômica ao Estado. Ela é uma figura do Estado (...) se articula dialeticamente no Estado e com o Estado, seja este entendido como “expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada”, como “condensação política das lutas de classe” ou como aparato de governo e intervenção. (Nogueira, 2003, p. 222-223)

Esta perspectiva da sociedade civil ganhava destaque devido aos espaços que iam sendo conquistados pelas organizações e movimentos pela disputa de poder e hegemonia política na Itália bem como em outros países próximos, na medida em que o Estado se reconfigurava e cada vez mais se tornava imprescindível o consenso entre as forças políticas surgidas neste novo contexto.

Assim sendo, sociedade civil passa a lutar no âmbito social, construindo projetos e ampliando os espaços de contestação e disputa que se completa na sociedade política, que luta no âmbito institucional, democratizando os espaços públicos e seus aparelhos. Assim, para Gramsci caminhariam juntas buscando estratégias e soluções para a sociedade como um todo. Não há, portanto, uma dissociação entre sociedade civil e Estado, isto é, a sociedade civil não é o *locus* da ética e perfeição em contraposição à sociedade política o *locus* da falta de ética e imperfeição, na medida em que são parte constitutiva de um todo. Mas ambas se articulariam reciprocamente na busca por consenso, ampliando os espaços de participação no Estado.

Como podemos depreender a teoria gramsciana do Estado não propõe sua destruição e aniquilamento; mas antes a ampliação de seus espaços a partir de uma

sociedade civil composta de grupos e indivíduos detentores de cidadania capazes de lutar no plano ético-político, não odiando o Estado e supervalorizando a sociedade civil, mas mobilizando estratégias de busca de consenso e hegemonia. Assim se vê que o ponto central é a questão da hegemonia, uma vez que este conceito indica “além do momento de direção política, também o da direção cultural, abarca como suas entidades portadoras, não só o partido, mas todas as outras instituições da sociedade civil (...) que tenham um nexo qualquer com a elaboração e a difusão da cultura”. (Bobbio, 1999, p. 68)

Quando Gramsci visualiza as mudanças ensejadas pelas organizações sociais dos trabalhadores, o crescimento do associativismo, a diversificação e socialização da política, determinadas, em última análise, pela reestruturação do processo produtivo, ele percebe que se abrem possibilidades de convivência amistosa entre as diferenças políticas e culturais que se mobilizam na sociedade civil, e a sociedade política. Assim, no mesmo ritmo das alterações no campo social e cultural, era perfeitamente cabível que o Estado se modificaria e se moldaria às mudanças correntes, se tornando mais acessível, participativo e democrático.

Ocorre que para que o Estado alcance esse estágio democrático e participativo é imprescindível uma sociedade civil bem estruturada e organizada, capaz de aglutinar as diferenças e oposições numa unidade em que os interesses gerais e universais sejam atendidos pela sociedade política. Neste sentido, não há uma oposição frontal não ao Estado; mas a tentativa de buscar alternativas conciliatórias a partir de projetos bem delineados que amplie a esfera de atuação da sociedade civil e, por conseguinte, o Estado. De forma mais clara e objetiva

A sociedade civil era entendida por Gramsci (...) [como] espaço dedicado a promover a articulação e a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais. Seus personagens típicos são atores do campo estatal em sentido amplo, que se dedicam a organizar hegemonias e a conquistar o Estado. Em decorrência, o Estado que corresponde a esta sociedade civil é um Estado que poderíamos chamar de máximo: um Estado social radicalizado, democrático e participativo, que se põe como dínamo da vida coletiva e parâmetro geral dos diversos interesses sociais, balizando-os, de algum modo compondo-os e, sobretudo, liberando-os para uma afirmação plena e não-predatória. Nessa concepção, portanto, a sociedade civil aparece como um espaço onde são construídos projetos globais se sociedade, articulam-se capacidades de direção ético-política, disputam-se o poder e a dominação (...) espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas. (Nogueira, 2003, p. 223-224)

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UMA REALIDADE

A par desta sumária percepção acerca dos conceitos norteadores deste trabalho, objetamos sob quais perspectivas foi forjado o Estado do Acre, bem como a constituição da sociedade civil. Neste sentido, detivemo-nos em analisar, o longo do processo histórico da construção do Acre, tanto em relação à sociedade política quanto em relação à sociedade civil, destacando que nosso eixo temático está sumamente centrado na relação entre Estado e sociedade civil, principalmente no período que compreende a década de 1970, que nós nos parece ser um período de grande efervescência social e política, que no Acre seguiu praticamente a mesma lógica do restante do país.

Embora fosse imprescindível análise de todo esse processo, priorizamos análise da relação entre Estado e sociedade civil na década de 1970, por entendermos que neste período estão condensadas as movimentações sociopolíticas para delineamento da estrutura administrativa do Acre, bem como, a formação, a partir das características locais, dos movimentos sociais e, por conseguinte, a emergência da sociedade civil.

Assim, partimos do pressuposto de que desde o Movimento Autonomista organizado pela elite dominante acreana, há intenções de se operar transformações *pelo alto*, relegando à incipiente sociedade civil uma pífia participação na direção política hegemônica.

É importante destacar, primeiramente, que houve modificações significativas na região noroeste da Amazônia nestes quase sessenta anos que antecederam sua autonomização política, em 15 de junho de 1962. Paralelamente, lenta e gradualmente foi surgindo uma sociedade civil ao longo desse tempo, conformando na década de 1970 em algumas formas de organização da sociedade civil. Entendendo que o foco de análise está sumamente centrado nesse processo, o trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro, *A Idealização do Acre Estado: a formação política-social-econômica*, fazemos uma breve discussão acerca do processo de formação histórica do Acre, a partir de uma revisão bibliográfica regional, desde seus momentos iniciais, ainda na luta para ser brasileiro; até o golpe de 1964, aproximando-se, sempre que se fez necessário, ao foco em estudo.

No segundo capítulo, *Estado e Ditadura Militar: a repressão/contestação política-social-econômica*, procuramos demonstrar em que medida o golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, os anos de Ditadura Militar, foram importantes para a caracterizarmos da dinâmica política, social e econômica, destacando nesse processo a emergência dos movimentos de contestação às novas demandas do capital para a Amazônia.

No terceiro capítulo, *Sociedade Civil Acreana: a “conciliação” política-social-econômica*, nos detivemos em demonstrar a formação sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, ao longo de todo esse processo histórico; demonstramos ainda que a constituição dessa sociedade civil foi palmilhada a partir do processo, aparentemente contraditório, de repressão e “conciliação” entre Estado e sociedade civil.

Assim, a formação do Estado do Acre, foi eminentemente marcada, inicialmente, nos primeiros anos do século XX, por uma transformação no aspecto geopolítico para torna-se brasileiro, momentos que fizeram história e a história de praticamente todas as esferas da sociedade, construindo no imaginário acreano a “Revolução” Acreana, e a partir desse momento, a instauração de um autoritarismo por parte dos Coronéis de Barranco, marcando o período do ciclo da borracha.

Dada esta base produtiva, se constituiu na região uma incipiente organização por parte dos subalternos; mesmo porque, a própria estrutura política não permitia, nem ideologicamente, nem tampouco burocraticamente, uma organização mais sistematizada. Todas as alterações advindas para o Acre eram decisões tomadas pelo alto, por uma elite política conservadora ancorada nos gabinetes da União e postas em prática por uma elite política acreana, muitas vezes à sua revelia, numa clara instauração de uma *revolução passiva*, isto é, indução através da estrutura do Estado “com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando” (Werneck Vianna, 1997, p. 09).

Passado esse primeiro momento, o que se sucede à elevação do Acre à categoria de Estado, será marcado também por um *transformismo*, entretanto, na década de 1970, a sociedade com uma formação social mais heterogênea, não permitirá, ou pelo menos, se organiza, para contrapor a uma sistemática imposição. Assim, o espaço de disputa hegemônica entre Estado e sociedade civil se dá a partir da “conciliação” com a adoção de políticas públicas que amenizasse a disputa entre as ambas esferas.

Em termos metodológicos o trabalho deu-se em dois momentos distintos, a saber: a) uma revisão teórica dos conceitos que norteiam o eixo temático adotado, como: Estado, sociedade civil, revolução passiva, bem como análise da literatura acreana, principalmente os trabalhos de Pedro Vicente Costa Sobrinho: “Trabalho e Capital na Amazônia Ocidental” e “Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental”; b) pesquisa de campo, tais como jornais, publicações da imprensa oficial e imprensa privada, alguns poucos documentos e, por ultimo, entrevistas com atores políticos ligados ao processo de consolidação da sociedade civil na década de 1970. Os entrevistados foram selecionados, primeiramente, pela sua localização na região, haja vista que muitos desses atores políticos já faleceram e/ou foram para destinos ignorados por nós, segundo pela sua importância nesse processo. Houve várias tentativas, mas sem sucesso com outros atores políticos importantes desse processo. As entrevistas seguiram-se de forma semi-estruturada, conduzindo-se, também, pelas informações que os entrevistados teriam a nos passar.

A partir disso pretendemos proporcionar aos leitores a oportunidade de novos elementos, ou pelo menos idéias de atores políticos não destacados em outros trabalhos, na tentativa de trazer mais luz à historia sociopolítica do Acre.

Capítulo 1

A IDEALIZAÇÃO DO ACRE ESTADO: A FORMAÇÃO POLÍTICA-SOCIAL-ECONÔMICA

Neste capítulo se faz uma breve contextualização do processo de formação do Acre enquanto Estado Federado. Nesse ínterim, abordamos, sumariamente, a idealização e o processo de “autonomia” política do Acre em relação à sua situação de Território, bem como, sucintamente, como se deu a prática política nesse período. Contemplamos também nesta secção as perspectivas deste Estado no que diz respeito à modernização capitalista, associando a isso à formação embrionária das organizações da sociedade civil.

1.1 DA ANEXAÇÃO À AUTONOMIZAÇÃO POLÍTICA

O Acre está localizado no extremo oeste do Brasil, com uma extensão territorial de 153.149,9 km², distribuídos em 22 municípios com uma população estimada em 669.736 habitantes². Mas para que chegasse a esta organização geopolítica atual organizações e reorganizações foram ensejadas num espaço temporal de mais de meio século.

Para que se possa entender como se configura a relação entre Estado e sociedade civil no Acre, se faz necessário compreender o motivo pelo qual se gastou tanta tinta para empreender a autonomia política acreana, bem como oferecer uma síntese sobre a situação na qual se encontrara a Amazônia Ocidental nos momentos anteriores à assinatura da Lei que eleva o Território do Acre à categoria de Estado Federado. Neste período nos defrontaremos com o “desejo e determinação da classe emergente dos seringalistas na luta pela independência política” (Oliveira, 2000, p. 35).

² Fonte: IBGE < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac> > Acessado em 10 de junho de 2007.

1.1.1 A ANEXAÇÃO: O ACRE BRASILEIRO

Começamos pela vitória do Acre sobre a Bolívia, no que ficou conhecida pela historiografia local como “*Revolução Acreana*” (1902-1903), para ficarmos no momento mais emblemático e que marcou época por aqueles lados. Lembrando apenas que antes mesmo da insurreição acreana aquele lugar já era “espaço de disputa no campo diplomático e militar”³. Assim, partimos deste momento da história por representar, por um lado, o ápice do descaso econômico e social dispensado pela oligarquia nacional em relação à região acreana; por outro por apontar para a configuração jurídico/administrativa que o Acre “ganharia”: o Território. Noutras palavras, como diz Maria José Bezerra, a invenção do Acre brasileiro.

Neste período, em fins do século XIX e começo do século XX, a *región de los gomales*⁴ passa a ser tratada como uma *questão*, uma vez que a Bolívia requeria seu direito de posse da região acreana e os brasileiros que para lá migraram atestavam a região como do Brasil. Conflagrado o impasse, a mesma “não deveria embaraçar a marcha da república, que precisa seguir seu caminho, sem ter que se encomodar com taes estrepes” (*sic*), disse certa vez o ministro Dionísio Cerqueira⁵. É que paralelamente ao destrato com o Acre, ascende ao poder da República uma nova ordem, qual seja, a burguesia cafeeira, que permanecerá no poder entre 1894-1930, sem apresentar qualquer interesse em modificar as condições que transcorriam na Amazônia, e no Acre em particular, mesmo em se tratando de uma região fronteiriça em franca produção e exportação de borracha.

Nesta situação (...) é que a região dos altos rios, praticamente desconhecida dos governos republicanos do Brasil e da Bolívia, transforma-se-ia numa **questão**, cuja solução haveria de extrapolar a letra elegante dos tratados diplomáticos celebrados ao tilintar das taças de cristais. (Calixto, 2003, p. 79) (Grifo do autor).

³ Fernandes, 1999, p. 15.

⁴ Denominação, dentre muitas outras dadas pelos bolivianos. Ver mais detalhes Calixto, 2003.

⁵ Azevedo, Gregório Thaumaturgo. Limites entre o Brasil e a Bolívia. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia., 1897, 22p. apud Calixto, 2003, p. 102.

É indispensável notar que nesse período, em fins do século XIX, a produção da borracha atingia patamares significativos na região amazônica. Ocorre que, por pressão do mercado internacional, a busca por mais seringueiras para a extração do látex acabou ultrapassando os limites territoriais brasileiros, chegando ao noroeste da Amazônia, hoje o Estado do Acre, reconhecido por seu potencial produtivo. Acontece que estas terras pertenciam à vizinha Bolívia por determinação do Tratado de *Ayacucho*, assinado entre este país e o Brasil em 23 de novembro de 1867.

Tal avanço e, por conseguinte, a ocupação desta área foi notavelmente desempenhada por brasileiros que se interessavam na produção da borracha, tais como empresários amazonenses e paraenses, bem como por homens que iriam fazer da extração do látex seu meio de vida. Assim, foi desencadeado um grande movimento migratório para a região acreana a partir da década de 1870, principalmente por nordestinos que, por um lado tangidos de sua região, principalmente, por conta da forte estiagem ocorrida no ano de 1877, e por outro, no afã de fazer alguma fortuna já que neste momento ir para o centro-sul do país não lhes parecia a melhor solução, uma vez que eram sabedores do histórico preconceito que seus pares sofriam naquela região do Brasil. Deste modo, estima-se que cerca de vinte mil trabalhadores foram em direção ao Acre, conforme Costa Sobrinho (1992).

Assim, depois de muitas idas e vidas, reconhecimento, pelas autoridades brasileiras, de que esta região pertencia de fato à Bolívia, e desta feita “lavando as mãos” para o impasse e os problemas de toda ordem que ocorriam naquela longínqua região, eclode a “Revolução Acreana” capitaneada por Plácido de Castro, um caudilho gaúcho que “acabaria envolvendo-se num movimento de resistência articulado por destacados padrões desde há muito desbravadores e exploradores de vastos e produtivos seringais”⁶. Tal movimento passa a ter inteiro apoio das oligarquias regionais sob liderança militar de Castro, marcando a insatisfação com os rumos dados ao Acre pela Bolívia. Isso porque o estopim da insurreição se dá no momento em que a “pseudofáustica burguesia boliviana”⁷ decide compartilhar sua soberania com o grande capital financeiro e monopolista internacional, aprovando em 17 de dezembro de 1901 uma espécie de arrendamento, que ficou conhecido como *Bolivian Syndicate*.

⁶ Calixto, 2003, p. 176.

⁷ Idem, ibidem, p. 117.

O domínio pleno e efetivo da Bolívia já ia por dois anos. Estava a findar o primeiro semestre de 1902, quando aos seringais chegou a notícia de que a Bolívia arrendara tudo aquilo a uma empresa estrangeira, o Bolívia Syndicate. A ninguém passou despercebido o perigo. A aliança que vinha de fazer o invasor, colocando ao seu lado, na disputa do território, talvez os Estados Unidos, donde saíam os capitais para a exploração comercial (...) (Craveiro Costa, 1998, p. 71).

Deste modo, é selado o acordo entre as frações da classe dominante local e regional, isto é, os barões da borracha de Manaus e Belém, como também os patrões dos altos rios acreanos, para frear a tentativa de bolivinização do Acre.

Seguiu-se, então, o movimento dos patrões seringalistas, encabeçado por José Plácido de Castro que formou um “exército de seringueiros”, muitos dos quais convocados compulsoriamente e por métodos poucos convencionais (...). Esse processo revolucionário teve início em 6 de agosto de 1902, coincidentemente aniversário da independência da Bolívia, quando as tropas de Plácido de Castro tomam Xapuri e depõem o Intendente boliviano, D. Juan de Dios Barrientos, e termina com a vitória e tomada de Puerto Alonso (...) em 24 de janeiro de 1903 (Fernandes, 1999, p. 19-20).

A tão proclamada “Revolução Acreana”, festejada até os dias atuais, não passou de um movimento das elites seringalistas, tanto nos altos barrancos acreanos quanto do segundo nível de seringalistas, aqueles que controlavam os seus negócios diretamente das capitais sedes do movimento da borracha: Belém e Manaus. Um movimento que conseguiu convencer, empolgar e tornar soldados seringueiros completamente alheios aos grandes negócios que a borracha proporcionava com a superexploração de seu trabalho simples de extrator do látex, uma vez que os coronéis de barranco⁸ pagavam, pela borracha⁹, um valor muito abaixo do valor de mercado e cobrava preços muito altos e até exorbitantes por mantimentos e material de trabalho, perpetuando-se um ciclo de dívida e dependência do seringalista.

Mas mesmo com toda essa exploração foram arregimentados como soldados para lutar contra os bolivianos que queriam arrendar o Acre à exploração direta do capital monopolista. Assim, tornaram-se bucha de canhão na defesa dos

⁸ Os coronéis de barrancos eram os denominados senhores da borracha, que ao longo do tempo ocuparam as margens dos rios para facilitar o escoamento da borracha.

interesses dos grandes seringalistas. O que se quer dizer é que este movimento não se constitui numa revolução nos termos clássicos, pois não foi pensada como mudança estrutural da sociedade e nem tampouco foi concebida e articulada pela maioria da população organizada; mas antes foi uma guerra por limites territoriais na fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. De acordo com a explicação de Bezerra (2006) “o Estado brasileiro e as elites nacionais, para legitimar a luta dos patrões por um Acre brasileiro, a transformaram em ‘Revolução Acreana’(...)” (p. 74, 2006).

Neste sentido, a partir das considerações de Bezerra (2006), a tão conclamada “Revolução Acreana” não existiu; o que se configurou nos altos rios acreanos não passou de uma guerra por limites no intuito de expandir as fronteiras que produziam borracha para atendimento à sagaz política do capitalismo monopolista. Mas tal guerra por limites se transformou, no discurso fundador dos intelectuais da República, numa Revolução com direito a herói, exército e vilões.

1.1.2 ESTADO MERIDIONAL DO ACRE

Após a tomada de *Puerto Alonso* e a rendição da Bolívia, era tempo de organizar administrativamente o território recém conquistado. Pensando assim, os patrocinadores da proclamada “Revolução Acreana”, termo cunhado pelo discurso oficial da República Oligárquica, optaram por permanecer com a iniludível liderança que Plácido de Castro encampara entre os acreanos, para continuar “controlando” a exploração e a exportação da borracha do território.

Tão logo terminada a revolução, mas precisamente em 10 de abril de 1903, cerca de três meses depois, é permitido ao líder revolucionário organizar “os primeiros **Decretos** do Estado recém proclamado, **Decretos do Estado Meridional do Acre**”¹⁰, que totalizaram oito, dentre os quais foram criadas as Diretorias de Fazenda, Justiça e Guerra, demarcando a presença da ordem no *Aquiri*¹¹ nos meses subseqüentes à revolução.

¹⁰ Calixto, 2003, p. 202. (Grifos do autor).

¹¹ *Aquiri* é uma palavra indígena o qual foi o primeiro nome dado à região da Amazônia Ocidental, que posteriormente passou a ser Acre.

O caudilho gaúcho pretendia, na verdade, desvencilhar o Acre da “influência regional – sobretudo do governo amazonense – mas, também, do próprio governo federal, vale dizer, do ‘grupo de oligarquia’”. (Calixto, 2003, p. 204).

Não obstante, as tentativas de Plácido de Castro foram cerceadas, com a chegada ao Acre do General Olympio da Silveira que fora ao Acre única e exclusivamente fazer valer os termos do *Modus Vivendi*, acordo assinado entre Brasil e Bolívia para ocupação das tropas brasileiras nas terras que foram motivo de litígio. No entanto, desvirtuou os objetivos planejados e acabou depondo Plácido de Castro.

Estava montado o aparato da Ordem, desta vez nascida nos campos de guerra e não nos gabinetes diplomáticos. Doravante, era preciso governar. Era preciso ter tempo para exercer o poder, enfrentando as dissensões internas e responder, com presteza a situações inesperadas. Entretanto, mal acabara de assinar os primeiros Decretos, Plácido de Castro não teve outra alternativa, senão concordar com os termos do **Modus Vivendi**, assinado entre o Brasil e a Bolívia. (Calixto, 2003, p. 207) (Grifos do autor).

Após a determinação do General Olympio e a saída de Plácido de Castro, o primeiro assume o Estado Meridional do Acre. O seu governo não passa mais do que três meses (13 de maio de 1903 a 03 de agosto de 1903), pois o Governo Central o repreende por postura antipolítica¹² e reempossa Plácido de Castro ao Governo do Acre Meridional. Por sua vez o governo de Plácido de Castro também não durará por muito mais tempo, uma vez que o Estado Meridional do Acre é extinta em 06 de abril de 1904.

Entretanto, antes de ser extinto o Estado do Acre Meridional, foi assinado o Tratado de Petrópolis¹³ em 17 de novembro de 1903. A essa altura dos fatos temos na administração da Presidência da República Rodrigues Alves (1902-1906). Em que pese o resguardar desta oligarquia, tal tratado é assinado entre as autoridades brasileiras e bolivianas, pondo fim, em definitivo ao impasse quanto à questão da fronteira entre estes dois países¹⁴. No acordo, além de pequenos territórios próximos ao Acre, o Brasil

¹² “A repreenda partira do Coronel Raphael Augusto da Cunha Matos, novo comandante em Chefe e Governador Militar do Acre Setentrional. AHE” (Calixto, 2003, p. 210 nota 109).

¹³ Este é assim designado porque foi um acordo assinado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro.

¹⁴ “O Brasil incorpora 181.000 quilômetros quadrados de terra, e em troca a Bolívia recebe: 723 quilômetros sobre a margem direita do rio Paraguai (...); 116 quilômetros quadrados sobre a lagoa de Cárcere (...); 20, 3 quilômetros quadrados (...) sobre a lagoa Mandiré; 8,2 quilômetros sobre a margem meridional da lagoa Guaíba; A construção da estrada de ferro, em território brasileiro, ligando santo Antonio, no Madeira, a Vila Bela, na confluência do Beni e Mamoré. (...). **Finalmente, o pagamento de dois milhões de libras esterlinas em duas prestações**”. (TOCANTINS, Leandro *apud* CALIXTO, 2003, p. 215-16). (Grifos do autor).

pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas, o equivalente à seiscentos e trinta milhões de reais¹⁵.

Com a assinatura deste tratado, são retomadas as relações diplomáticas entre os países vizinhos, mas inicia-se [ou seria melhor dizer, retoma-se?] os impasses internos ao Brasil quanto a *questão do Acre*, uma vez que

por um lado, tínhamos o Governo Federal que propunha uma administração direta da União. Por outro, aparecia o Estado do Amazonas interessado em integrá-lo ao seu território. A grande maioria dos acreanos (...) desejava que ele fosse elevado à categoria de Estado autônomo e membro da Federação como os demais”. (Calixto, *et al.*, 1985, p. 137)

O impasse interno duraria ainda aproximadamente cinco meses, e nesse interregno a região continua como Estado Independente do Acre Meridional, permanecendo governador José Plácido de Castro até o momento em que o Estado Independente do Acre é extinto por determinação do Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904, elaborado no Palácio do Catete que pôs fim ao impasse quanto ao destino do Acre. É então instituído o Território Federal do Acre.

1.1.3 O TERRITÓRIO DO ACRE

Nesta perspectiva organizacional, a administração da nova “aquisição” do Brasil fica subordinada diretamente à União, ou melhor, o Acre transformou-se numa propriedade da União, com indicação inclusive dos prefeitos departamentais¹⁶ pelo Presidente da República. A partir do Decreto nº 5.188 de 07 de abril de 1904 inicia-se um longo processo de organização e reorganização jurídico, político e administrativa no Acre, ao sabor dos detentores do poder central.

Forjada *pele alto*, esta prerrogativa foi pensada, por um lado, como forma do erário público brasileiro ser ressarcido pelos gastos indenizatórios da incorporação do Acre ao Brasil. Por outro lado, para conter os possíveis reclamos da população quanto às intenções frustradas de organização do Acre em Estado Federado. (Calixto, *et*

¹⁵ <http://www.ricardoorlandini.net/content/DetalheConteudo2.asp?cntId=3234>. Acessado em 15 de fevereiro de 2007.

¹⁶ Essa primeira organização fica o Território do Acre dividido em três Departamentos autônomos, a saber: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, sede em Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, respectivamente.

al, 1985). Para muitos representantes da elite local, tal decreto era absolutamente estranho à constituição brasileira.

No Brasil a sua Constituição desconhece em absoluto essa entidade político-administrativa *território*; todavia, o Congresso Nacional criou-a, abruptamente, insolitamente, para os 191.400 quilômetros quadrados adquiridos diplomaticamente, extraconstituição, como única solução possível, da nossa questão com a Bolívia, estabelecendo uma situação inteiramente estranha ao nosso direito constitucional, dando-lhe uma organização que os Estados Unidos aceitam como exceção. (Craveiro Costa p. 125)

Esta decisão, ou melhor, esta imposição de uma estrutura administrativa alheia aos acreanos gerou muita insatisfação, ainda que satisfizessem alguns poucos seringalistas, uma vez que pelo menos já não estavam sob domínio boliviano. Mas a questão é que estes, após a vitória sobre os bolivianos estavam apostando em algo mais: num Estado autônomo, tal qual ensejado pelo lema insurrecional da “Revolução Acreana”.

A vitória dos movimentos revolucionários acreanos ocorridos entre 1899 e 1903 levaram a crer que os segmentos sociais diretamente envolvidos no conflito ocupariam papel de destaque na nova situação do Acre brasileiro. Entretanto, logo o governo federal demonstrou que não possuía a menor intenção de entregar o poder político aos acreanos. (Calixto, *at al.*, 1997, p. 20)

Na verdade, esta insatisfação era muito mais desencadeada pelos *coronéis de barranco*, que pelos homens que de fato pegaram em armas. Isto porque tinham em alta conta que esta estruturação se posicionava na contramão, por um lado, de seus interesses econômicos, pois sabiam que a dependência direta da União lhes acarretaria em altos impostos; por outro lado, de seus interesses políticos, já que estavam impedidos de participarem da direção política local.

Outro agravante contra a elevação do Território do Acre a Estado, neste momento, diz respeito às dissidências entre os próprios seringalistas, deflagrada logo após a vitória sobre os bolivianos, uma vez que tinham posições divergentes quanto aos rumos que o Acre deveria tomar. A esse respeito esclarece Fernandes

Na verdade a unidade dos seringalistas só foi possível enquanto permaneceu a luta contra o “inimigo comum” – os bolivianos. Vencida esta etapa, os padrões se dividiram em muitas facções com interesses conflitantes. Havia facções pró e contra Plácido de Castro e

começou, também, a se fazer a classificação dos seringalistas “históricos” e “não-históricos”, sendo os primeiros aqueles que haviam participado, efetivamente, da campanha “revolucionária”. (Fernandes, 1999, p. 20)

A situação nos confins da Amazônia se exacerba face aos altos impostos pagos à União pelos acreanos e pelos seringalistas, de modo particular. A isso soma-se os contínuos descasos do Governo Federal cujas benfeitorias por aquelas bandas eram praticamente inexistentes e as necessidades mais prementes da população eram ignoradas, relegados ao abandono, salvo algumas tentativas efetivadas sob o Governo de Afonso Pena (1906 a 1909). Neste governo algumas medidas foram ensejadas, redundando na criação de “uma ‘Comissão de Obras Federais’ para que, no Acre, fosse encarregada da desobstrução de rios, construção de estradas, edifícios públicos, etc. O projeto dessa comissão era formidável e impressionou muita gente. Mas ao ser posto em prática o fracasso foi total”. (Calixto *et al.*, 1985, p. 139).

É perceptível aos acreanos que esta organização territorial não lhes beneficiou, pois as disputas internas eram uma constante, sobrepujada pela estrutura administrativa imposta ali, na qual eram nomeados prefeitos nos Departamentos que atuavam em dissonância entre si, bem como com os proprietários dos meios de produção local. É importante perceber que, nesse período, essa relação entre poder central e poder local não era restrito ao caso do Acre, mas de certa maneira a todas às regiões, principalmente àquelas em que a situação política era extremamente dependente da estrutura burocrática nacional. Nesta perspectiva, os recursos eram escassos, não atendendo minimamente às necessidades da região.

Neste sentido, o Departamento do Alto Acre era, segundo a elite política dos demais departamentos, privilegiado, pois recebia a maior quantia dos mirrados recursos destinados ao Território, conflagrando assim uma instabilidade política no Território. Tanto é assim que, “entre 1904 e 1912 (...) se sucederam em nada menos do que 14 diferentes Prefeitos Departamentais, alternando-se aqueles nomeados pelo Governo Federal e que vinham especialmente para tentar implantar a ordem da República Oligárquica, com alguns seringalistas e ex-revolucionários que procuravam impor sua própria ordem” (Calixto, *et. al.*, 1997, p. 20).

Assim, o Acre foi se arrastado numa constante *revolução passiva*, ou seja, sucessivas reorganizações administrativas, sempre *pelo alto*, mas nem por isso não se operava, lenta e gradativamente, a consolidação da ordem burguesa, ainda que

embrionária, em detrimento do fracasso político; sim, pois desde o momento que passou a fazer parte do território nacional, e bem antes, diga-se, fora integrado ao capital mundial. A esse respeito esclarece Werneck Vianna (1997), admitindo que, a exemplo do Brasil, combinava-se relações de produção semi-escravistas geradas e perpetuadas pelo pela reprodução mercantil,

a possibilidade de que a hora da passagem para o domínio burguês não necessariamente coincide com o seu triunfo político e, menos ainda, com rupturas explosivas na estrutura do Estado. Nem por isso, em ambos, tais tipos de passagem deixam de ser consideradas como inaugurais da ordem burguesa, uma “revolução sem revolução”, na medida em que levam ao aprofundamento do seu modo de produção em regime de hipoteca com as formas pretéritas de propriedade e de extração de excedente. Daí podendo ser consideradas como “revoluções-restaurações” (Werneck Vianna, 1997, p. 07).

Cumprе assinalar que o Acre, economicamente, ia muito bem. Desta feita, não era interessante aos *donos do poder local* esta estrutura, necessitando do controle do aparato da administração governamental, bem como fazer os investimentos chegarem ao Acre. Apenas para efeito de esclarecimento, nesse momento o Acre produzia muito e no *ranking* das exportações “ocupava o 3º lugar em relação aos demais Estados brasileiros, sendo superado apenas por São Paulo e Minas Gerais”¹⁷. Assim pôde render, entre os anos de 1903 e 1911, aos cofres da União o equivalente a R\$ 89.892:285\$385, mas a “dívida” do Acre com a União, considerando-se este montante arrecadado já estaria paga, na medida em que o Brasil pagou: de indenização ao *Bolivian Syndicate* R\$ 2.366:270\$200 e de indenização à Bolívia R\$ 32.080:000\$000. Se somarmos esses valores, ainda que grosso modo, o Acre em apenas oito anos já havia pago seus débitos à União.

A partir do momento em que a situação acreana começa a ganhar, novamente, destaque, gera intensos discursos no Congresso Nacional a seu favor. Tentavam, os “solidários” com o Acre demonstrar que o mesmo tinha capacidade de se organizar de forma autônoma, diferentemente da alegação do Governo Federal e de seus intelectuais de que não possuía estrutura econômica, social e política satisfatórias para a pleiteada autonomia.

¹⁷ Calixto, 1985, p. 139.

E, se na análise dos legisladores brasileiros havia a alegação de que o Acre, para ser elevado à categoria de Estado Autônomo, necessitaria de “profundo aparelhamento social e educativo”, os acreanos e parlamentares que os apoiavam procuravam demonstrar estatisticamente e sócio-politicamente que tal argumento não era verdadeiro.

Em termos de produção econômica o Acre ocupava o 3º lugar em relação aos demais Estados brasileiros, sendo superado apenas por São Paulo e Minas Gerais.

No que se refere à densidade demográfica, enquanto o Estado do Amazonas possuía um coeficiente de 0,15, o Mato Grosso 0,18 e o Pará 0,54, o Acre atingia a cifra de 0,68 habitantes por quilômetro quadrado.

Por outro lado, se a rede de ensino, a urbanização, as comunicações e transportes eram deficientes, cabia ao Governo Federal solucionar tais problemas, já que para isso a população estava pagando impostos. Na verdade, o Governo da União nunca se preocupou nesse sentido, a não ser no Governo de Afonso Pena, quando foi criada uma “Comissão de Obras Federais”, para que, no Acre, fosse encarregada da desobstrução de rios e construções de estradas (Calixto, *at al*, 1985, p. 139)

Mesmo em coros uníssonos, ainda que a estrutura produtiva fosse uma das melhores em termos de exportação, os defensores da questão acreana não conseguiram reverter as imposições que continuavam incessantemente em demandas infra-estruturais para atendimento das necessidades da população; e para piorar ainda mais, com a morte do Presidente Afonso Pena, desapareceu aquilo que era pelo menos uma tentativa de desenvolvimento do Acre, voltando o descaso a qualquer perspectiva de progresso.

No mesmo passo de contínuas imposições, associada aos descasos, tem-se registro, na historiografia acreana, de vários movimentos contestatórios, sobretudo no Departamento do Alto Juruá. Tais movimentos, paulatinamente ganharam adeptos e força que passaram a ser conhecidos como os *autonomistas*, por pleitearem o Acre um Estado autônomo politicamente, sobretudo, criados pelos *donos do poder local*, ou até mesmo por políticos que vieram de outras localidades do Brasil e que por lá permaneceram.

Na tentativa de opor-se ao Governo Federal, nesse momento ocorre a junção dos três Departamentos, decididos em empreender uma luta armada. Mas antes que a luta se efetivasse, foi encaminhada ao Congresso um Projeto que resultaria na instituição de vida municipal, bem como, representação na Câmara Federal. Obviamente, os acreanos não se sentiram satisfeitos já que neste projeto ficou ignorado o poder legislativo estadual, bem como eleições municipais.

No auge dessas discussões, sem uma efetiva recepção por parte do Governo Central, foi desencadeada a primeira luta armada tendo como inimigo a própria pátria, na qual estavam em situação de párias. Desde há muito fomentada pela oligarquia regional, tal luta ocorreu em 7 de setembro de 1910 entre revoltosos acreanos e forças armadas da União, mas não passou deste dia. Mais uma vez ficava flagrante o fracasso da autonomia política acreana (Calixto, *et al.*, 1985).

A rebelião foi cessada graças a mais um artifício do poder central. Novamente entra em cena mais uma reorganização administrativa, desta vez, na tentativa de desarticular os movimentos contestatórios, o Presidente Marechal Hermes da Fonseca através do Decreto nº 9.831 de 23 de outubro de 1912, cria mais um Departamento, ficando o Território do Acre dividido em quatro Departamentos¹⁸, permanecendo, ainda, autônomos entre si. Por este mesmo Decreto fica estabelecida no Território uma estrutura municipal com sede em cada um dos quatro Departamentos, exceto o Alto Acre que agrega dois municípios: Rio Branco e Xapuri. Para a administração desses municípios, são indicados Intendentes, permanecendo a indicação da União, uma vez que o Congresso Nacional não votou para que esses prefeitos fossem eleitos pelo voto. A participação política da população, para eleição de prefeitos, só veio a ocorrer em 1920, quando da unificação do Território (Calixto, *et al.*, 1985).

Nesse ínterim, principalmente, a partir de 1915, há que se notar que, a mais importante, senão a única produção econômica do território – a produção do látex – começa a mostrar franca decadência, na medida em que começa a despontar no mercado mundial a produção da borracha asiática, afetando de maneira crucial a política e a economia acreana (Costa Sobrinho, 1992 e 2001).

A partir disso, podemos deduzir que, se nos momentos em que administrar o Acre era um bom negócio e dava lucro o poder central não tinha políticas voltadas para atendimento das necessidades mais urgentes da região, muito menos terá nesse período em que o território sofre com a estagnação econômica.

Neste momento de crise latente, há mais uma reorganização administrativa, mas precisamente em 4 de outubro de 1920, sob o Decreto nº 14.383, o Acre é reorganizado pela quarta vez, unificando o Território sob um único governo, o Governo Geral, determinando, portanto, o fim da era das administrações departamentais. A capital do território passa a ser Rio Branco, mas mantendo os municípios criados em

¹⁸ Nesta segunda reorganização territorial, permanecem os três Departamentos anteriores: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá e criou-se o Alto Tarauacá, desmembrado do Alto Juruá.

1912, administrados por pessoas eleitas pelo povo. Mas o abandono era patente, uma vez que

desapareceu o crédito. Despovoaram-se as estradas. A fome bateu à porta dos barracões. E a população seminua, faminta, doente (...) implorava a esmola de uma passagem num gaiola que a levasse daquele inferno verde!... Enquanto isso (...) o Sr. Epitácio Pessoa reorganizava a administração do Território, unificando-a, num só governo, nas mãos de um homem incapaz de presidir o destino de (...) um clube de danças. (Craveiro Costa *apud* Calixto, *et al.*, 1985, p. 143)

Com a criação do Governo Geral, contudo, permanece a indicação dos Intendentes, os administradores do Território Federal, pelo Governo Central e os Conselhos Municipais passaram a ser eleitos pelo voto da população. Quanto a estes Intendentes, os acreanos, leia-se a elite dominante, se perguntavam: Quem eram? De onde vinham? Por que estes?

intendentes, homens de inteira confiança do Governo Federal, daí poderes ilimitados que encarnavam. Alheios à realidade local, oriundos de outras regiões, esses administradores faziam o que bem entendiam, mancomunados com os não menos arbitrários “coronéis de barranco”, donos dos seringais, cujas patentes compravam do Governo Federal que estimulava o fortalecimento desses senhores no Brasil inteiro (Calixto, *et al.*, 1985, p.179)

Nesta nova conjuntura, é interessante ressaltar que ocorre o início da participação efetiva destes coronéis na direção política local. Por seu turno, passam a ser convocados [porque não cooptados?!] pelos intendentes a serem os prefeitos dos municípios. Mas este despotismo é prontamente disfarçado com a criação dos Conselhos Municipais, “um embuste para encobrir o abuso personalizado, pois os mandatários colocavam-se acima das instituições”. (Calixto, *idem*). Assim estes conselhos adquirem a função de fiscalizador do executivo. Embora eleitos pelo povo, os conselheiros eram eminentemente “senhores” da classe dominante local, portanto, representantes, em última instância dos interesses destes.

O papel dos Conselhos consistia em fiscalizar o executivo no que diz respeito aos atos administrativos, aplicação de recursos, despesas diversas com a admissão de pessoal e outras decisões consideradas necessárias pelo (...) intendente do município. Teoricamente, os Conselhos funcionavam como parlamento ao qual o poder executivo tinha que submeter sua mensagem administrativa e planos de trabalho

para devida apreciação. Isso se cumpria, mas em forma de engodo porque os Conselhos jamais recusaram propostas do governo. Os conselheiros não representavam pessoas do povo, e sim a classe dominante. Composto de um presidente e mais 21 membros, o Conselho Municipal compunha-se de comerciantes e funcionários públicos graduados. Não estava ali o trabalhador das diversas categorias profissionais; logo, prevalecia a vontade daqueles que estavam no poder, em detrimento da maioria. (Calixto, *idem*)

A situação se agrava ainda mais, na medida em que o poder passa a ser centralizado em Rio Branco e a população – leia-se classe dominante – dos outros municípios passa a alegar abandono e descaso, acusando o governo geral de fazer investimentos quase que somente na capital. “Alegavam eles que as condições geográficas do Acre não permitiam, ainda (...) um governo centralizado, sob pena de as demais sedes municipais caírem em desgraça (...). Talvez se pudesse acreditar nessa argumentação se não fossem as disputas internas pelo poder local” (Calixto *et al.*, 1985, p. 180).

A questão é que o Governo Federal na tentativa de estabelecer a ordem com esta nova reorganização administrativa indicou como governador do Território do Acre um dos veteranos da Revolução Acreana, Epaminondas Jácome (1921-1922). Assim, apareceu como peça chave para os interesses da oligarquia nacional, por um lado, na medida em que era afinado com suas idéias, e por outro, poderia acalmar os ânimos dos senhores coronéis que pleiteavam o controle da direção política.

o primeiro governador a assumir o governo territorial do Acre era um veterano da Revolução Acreana que já havia ocupado diversos postos do executivo municipal e departamental, mostrando-se confiável em relação ao governo federal. Epaminondas Jácome, configurava-se portanto como um nome que podia contentar tanto aos objetivos regionais como aos interesses federais. (Calixto, *et. al.*, 1997, p. 22)

Mas esta prerrogativa não acalmou os ânimos, como pretendia o Governo Federal, pois as crises políticas não cessaram com a nomeação de Epaminondas Jácome, pelo contrário, o efetivo isolamento geográfico e produção em três territórios diferentes determinaram, em última instância,

o descontentamento do Juruá e do Purus pôr terem sido relegados a segundo plano, em detrimento do vale do Acre, na escolha da Capital do Território, aprofundou ainda mais a divisão entre os já divididos vales acreanos. Ressalte-se que o próprio governador escolhido era um homem do vale do Acre e como tal beneficiaria primeiramente esta

região. Portanto não se deve estranhar que essa primeira gestão do Território unificado não tenha completado dois anos. (Calixto, *et. al.*, 1997, p. 22)

Outras nomeações, com mesmo intuito, seguiram entre os anos de 1921 e 1927, encampando acreanos para o posto mais importante do Território, na tentativa de agregar a classe dominante na direção política local e minimizar a crise política. Assim sendo, foi indicado um último acreano, ainda que não um “acreano histórico” para o governo do Território; foi Hugo Carneiro, que governou de 1927 a 1930. Mas os conflitos internos persistiram.

Destarte a crise política que se sucedia nos altos rios acreanos, soma-se a deflagração da crise da produção da borracha no Acre e o conseqüente abandono daquela região que outrora rendeu tantos dividendos ao país.

Há que se ter em certa conta que a República Oligárquica também apresentava sérios problemas de direção hegemônica, uma vez que padecia com a eclosão do movimento tenentista, bem como a criação do PCB, ambos ocorrido em 1922, uma vez que esses dois eventos passaram a representar o início de uma crise política.

1.1.4 O TERRITÓRIO DO ACRE PÓS REVOLUÇÃO DE 1930

A essa altura, ocorre a desagregação definitiva da República Velha, ao passo que entra em cena no Brasil feições mais modernas de industrialização trazida pela Revolução de 1930. A questão trazida no bojo da revolução era de que na modernização econômica a partir da industrialização estaria a virtude de tirar o atraso histórico e o subdesenvolvimento brasileiro (Coutinho, 1988).

Essa nova configuração política vai representar para o Brasil como um todo um período de imposições *pelo alto*, haja vista que todos os estados da federação passaram a ser governados por “Interventores” indicados pelos “revolucionários” de 1930.

No Acre esse panorama não se apresenta como novidade, uma vez que o território já vinha sendo governado por administração indireta desde sua incorporação ao Brasil, em 1904. O que muda, na verdade, é a extinção dos Conselhos Municipais, o que já tinha sido uma conquista por parte da elite política, deixa de existir por força de mais um Decreto, o de nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Assim, os “Prefeitos

Intendentes) [passaram novamente] a serem nomeados pelos interventores” (CALIXTO, *et. al.*, 1985, p. 144). Mas com a constituição de 1934, o Acre volta a ter seus prefeitos eleitos pela soberania popular, o que em 1937 será novamente revogado.

Temos que considerar que este período, em que governava Getúlio Vargas (1930-1945), não foi um domínio político uniforme, na medida em que estava comprometido em transformar um país de economia basicamente rural em potência industrializada. Assim, foi dividido em três momentos políticos distintos entre si, a saber: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucionalista (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Estas três fases de um mesmo período terão reflexos no Brasil e não diferente também no Acre.

Enquanto no campo político permanecem as imposições a torto e a direito, agora, não somente no Acre; no campo econômico tem-se o completo declínio da produção da borracha na Amazônia a partir de 1930, e, por conseguinte, um vertiginoso abandono do Acre, que não conseguira acompanhar a modernização que ocorria principalmente nas regiões do Centro-Sul do país.

Esta situação de total abandono perdurará até à 2ª Guerra Mundial (1942-1945), quando a extração do látex amazônico volta a ser de interesse do capital mundial¹⁹. Neste momento, o Território do Acre entra novamente na pauta do dia do Governo Central, determinando uma rápida e frenética ocupação da região, ficando conhecido como a *Batalha da Borracha*, possibilitando “uma sobrevida para a borracha [na qual] o Acre é incorporado ao esforço de guerra e convoca-se os ‘soldados da borracha’ para uma batalha no *front* da selva amazônica”²⁰.

A eclosão da Segunda Grande Guerra e a conseqüente ocupação pelos japoneses das áreas produtoras de borracha natural localizadas na Ásia levaram os EUA a adotar medidas e providências drásticas, pois a falta de abastecimento dessa matéria-prima com certeza iria acarretar sérios problemas a qualquer esforço de guerra. Diante da gravidade da situação, tornou-se urgente a busca de fontes alternativas para o fornecimento de borracha.

A Amazônia, por ser o maior depósito de borracha silvestre disponível, foi incorporada ao esforço de guerra, daí decorrendo os acordos de Washington, assinados pelos governos brasileiro e americano em 1942, que paralisaram, temporariamente, o lento ritual de agonia e morte do seringal nativo, assegurando a economia extrativista da borracha mais alguns anos de sobrevida (Costa Sobrinho, 2001, p. 20)

¹⁹ Cf. Costa Sobrinho (1992, p. 50 e ss.).

²⁰ Fernandes, 1999, p. 26.

Desta feita, há o reflorescimento da extração do látex em grande escala com investimentos maciços dos EUA. No plano social, tem-se um novo fluxo migratório para a região, já que os seringais haviam sido desocupados de mão-de-obra apta à extração do látex. No aspecto político, há a intervenção estatal no monopólio da compra e venda da borracha, ensejando, assim, um novo ciclo de exploração (Costa Sobrinho, 1992).

Mas a euforia desencadeada nos barracões acreanos por conta do reaquecimento da produção da borracha, determinado, em grande medida, pela 2ª Guerra Mundial, dura pouco tempo, uma vez que ao término da guerra a borracha nativa não tem condições de competir com a produção asiática do látex. O desastre econômico só não foi pior porque a indústria nacional, em franco desenvolvimento capitalista, já era capaz de absorver toda a produção da borracha. Mas a manutenção da exportação da borracha só pôde ser suportada até o momento em que o Estado brasileiro manteve o monopólio estatal das operações de compra e venda da borracha²¹. Após mais ou menos uma década (1950-1960) de impasse, entre empresários ligados à produção da borracha e os empresários ligados à indústria de elastômeros, é extinto o monopólio estatal (Costa Sobrinho, 1992).

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, com a vitória dos aliados contra o nazifascismo, novos ares são trazidos ao Brasil. O fim do Estado Novo e a redemocratização do país ensejam o pluripartidarismo e desta feita são criados, pelo Governo Federal, novos partidos políticos que centralizaram a dinâmica política brasileira.

Assim sendo, com a política pluripartidarista, é criado o Partido Social Democrático (PSD), no qual passam a convergir para esta sigla os políticos e burocratas que se tornaram privilegiados durante o governo de Vargas, como, por exemplo, os grandes fazendeiros e industriais, sendo ainda incluídos sob esta sigla os banqueiros e proeminentes homens de negócios da área de finanças.

Nesse processo também fora criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual agregariam nesta legenda eminentemente os trabalhadores urbanos organizados, uma vez que não se adaptaram à ideologia política do PSD por ser formado por políticos tradicionais.

²¹ O Governo Vargas, através do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, instituiu a exclusividade do Estado nas operações finais de compra e venda da borracha natural.

Surge ainda nesse período a União Democrática Nacional (UDN), constituída pelos constitucionalistas liberais, exprimindo o pensamento da pequena-burguesia.

Faz-se necessário ressaltar que tanto o PSD quanto PTB foram formações emanadas do Governo Getúlio Vargas, atendendo tanto aos políticos tradicionais quanto à classe trabalhadora. Esta última legenda partidária fora criada numa forma de assegurar sua política populista (Skidmore, 1982).

No Acre, por sua vez, esta nova estruturação político-partidária não ganhou o relevo nacional, salvo o PSD e PTB que passaram a ser quase que sombra de antigos governadores do Território, Guiomard Santos e Oscar Passos, respectivamente. Estes políticos organizaram tais legendas, angariando forças e correligionários de várias frações da sociedade muito mais determinadas por “relações de dependência, de amizade e de gratidão por benefícios recebidos de um ou outro chefe político, [do que por] programas” (FARIAS, 2003, p. 45).

Enquanto que em âmbito nacional as forças políticas que restauram a “democracia” não promoveram mudanças radicais no poder; no Acre as mudanças foram mais significativas “além do aumento populacional e do aumento da produção da borracha (...) haverá mudanças político-administrativas e, pela primeira vez, é nomeado um Governador com um mandato de 4 anos”²². Ou seja, pela primeira vez na história política do Acre um governador consegue permanecer no poder até o final de seu mandato: José Guiomard dos Santos, que governou de 1946 a 1950. Anteriormente a esse mandato, era grande a rotatividade de designados para governar o Acre.

Assim, a “redemocratização” trouxe algumas alterações também na conjuntura política do Acre; dentre essas alterações destacamos a formação dos novos partidos políticos e com eles a expressão da divisão da sociedade. De um lado, teremos os colonos, os seringueiros e os servidores públicos não graduados, todos convergindo para o PTB, ou como ficou convencionado “partido dos pobres”. De outro lado, formase o “partido da elite” acreana, composto por comerciantes, seringalistas e funcionários públicos graduados²³.

Tais legendas partidárias não foram formadas na mesma época, uma vez que o PSD fora organizado por José Guiomard dos Santos, que na época era Governador do

²² Costa, 1992, p. 49.

²³ Outros partidos foram organizados a UDN, PDC, PSP, PRP (integralista) e até o PCB (...) mas sem qualquer expressão eleitoral ou mesmo inserção nos movimentos e lutas sociais. (Costa Sobrinho, 1992, p.91).

Território (1946-1950). Já o PTB foi criado por Oscar Passos em 1949, alguns anos depois de ser governador do Território do Acre. “Este militar, juntamente com Guimard dos Santos, exercerá uma enorme influência na vida do Território (e mesmo quando de sua mudança à condição de Estado). Eles serão eleitos, sucessivamente, nos respectivos partidos, Deputados Federais e Senadores da República (Costa, 1992, p. 50).

Neste momento ocorrem as eleições presidenciais reconduzindo Getúlio Vargas à presidência da República tendo como base eleitoral o PTB, aliado ao PSP.

No Acre ocorreram eleições para a Câmara Federal, ganhando a política acreana contorno nacional. As duas únicas cadeiras disponíveis passam a ser ocupadas por Guimard dos Santos (PSD) e Oscar Passos (PTB), despontando, assim, no Território do Acre momentos de intensos embates políticos entre estes proeminentes senhores.

Isto passou a ocorrer porque, diferentemente do que ocorria em âmbito nacional, o PSD e PTB estavam em pólos opostos, gerando uma fase de “instabilidade política na gestão da administração territorial. Durante os doze anos desta fase, que compreende entre os anos de 1950 e 1962, estiveram no poder nada menos que 14 diferentes governadores”²⁴.

Assim, o cenário político acreano passou a ser dominado por estes coronéis caciques que “tornaram-se candidatos natos e quase que exclusivos às duas vagas que dispunha o território do Acre (...) mandatos após mandatos (...) sem que suas lideranças e poder fossem abalados ou sequer contestados publicamente”²⁵.

Senão bastasse o controle político que conquistaram para a Câmara Federal, passaram a ter influência, também, junto a Getúlio Vargas (PTB) e Juscelino Kubitschek (PSD/PTB) sugerindo nomes e, portanto, impondo seus poderes às indicações para o Governo do território, “instaurando um quase revezamento ao exercício do mando do poder local. A nomeação do Governador tornou-se quase um rodízio. Os cargos públicos, às vezes ou quase sempre, eram distribuídos por acordos políticos bancados pelos dois, com anuência da ‘corte’” (Costa Sobrinho, 1992, p. 108).

À grande parte da população, essa disputa pela direção política acreana parecia mesmo ser de fato real. Mas, na verdade, não passava de “um acordo de

²⁴ Calixto, *at. al.*, 1997, p. 30.

²⁵ Costa Sobrinho, 1992, p. 108.

cavalheiros entre os dois caciques políticos para a divisão dos cargos públicos e consequentemente do poder entre o PTB e o PSD” (Calixto, *at. al.*, 1997, p. 31).

Neste sentido, configura-se a década de 1950 no Acre como o período da história política de maior acirramento e embate. Não tanto por seus caciques-fundadores; mas principalmente por seus correligionários.

Há que se considerar que neste momento o Território se dinamiza mais, e o incremento populacional é notório. Assim sendo, Costa Sobrinho (1992), analisando os dados estatísticos de 1960, observa que há

um incremento substancial em relação ao ano de 1950. Este incremento populacional foi da ordem de 44 mil pessoas. [No entanto], não ensejou (...) um incremento considerável da população urbana. A área urbana em 1950, tinha uma população da ordem de 21.272 habitantes, correspondendo isso a um percentual de 18,5% da população total do Estado. O percentual de participação da população urbana com relação à população total do Estado elevou-se para 21,1% (...). Contudo, não foram registrados perdas de população da área rural, que, por sua vez, teve sua população aumentada de 93.483 (1950) para 125.318 habitantes no ano de 1960. (Costa Sobrinho, 1992, p. 99)

1.1.5 A AUTONOMIZAÇÃO: O ACRE FEDERADO

Com uma estrutura social urbana em desenvolvimento e uma dinâmica política acentuada, que vinha sendo construída há mais de meio século, mais precisamente 54 anos em regime de protetorado, é retomado o movimento pela autonomia que pleiteava “elevar o território à categoria de estado e assegurar aos ‘acreanos’ o controle político direto do poder político-administrativo.” (Paula, 2005, p. 44).

Este movimento autonomista²⁶ ao longo de todo o período se apresentou em alguns momentos, mas sem conseguir avançar. Apenas em 1957 com a criação do Comitê Pró-Autonomia do Acre, “entidade organizada de cunho idealista de muitos jovens, estudantes e depois a eles se incorporaram intelectuais de renome, professores,

²⁶ “O autonomista Dr. Mário de Oliveira cita a fundação anterior de diversas agremiações políticas: Partido Autonomista do Alto Juruá e Clube Político 24 de Janeiro de Xapurí (1907); Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus (1917) e no Alto Acre (1918); Partido Evolucionista em Rio Branco (1921); Comitê Pró-Autonomia de Rio Branco (1928); Legião Autonomista Acreana (1932); Comitê Pró-Autonomia do Acre (1957).” (Oliveira, 2000, p. 37) (nota de rodapé).

médicos, advogados formando um movimento que marcou época”²⁷, é que ganha força, desembocando na apresentação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 3.654-C pelo então deputado José Guimard dos Santos (PSD).

Este movimento, por mais que se apresentasse como apartidário, tinha seus principais integrantes filiados e atuantes no PSD, ganhando assim crítica acirrada tanto do PTB, quanto da UDN, por discordarem da elevação do Território a Estado Federado.

Após o encaminhamento do Projeto de Autonomia ao Congresso Nacional, além da burocrática tramitação na casa, que, obviamente, não votou prontamente tal projeto, pois o mesmo sofreria modificações; seus idealizadores teriam ainda a luta contra seus opositores e trabalhar na disseminação da idéia entre a população das vantagens e benefícios que conquistariam com o Acre se tornando Estado.

Assim, o referido comitê fez campanha em todo o Território, “editando matérias em jornais, fazendo campanha no rádio e assim ampliando a campanha em prol do Acre Estado”²⁸. Neste sentido, foram criados alguns periódicos, tais como “o *Estado*, em 1959 autodenominado ‘arauto das aspirações autonomistas acreanas’, que veiculava a tramitação do projeto no Congresso Nacional. Além de *o Estado*, surge anteriormente, em 1957, *o Democrata*, que tinha a mesma finalidade: divulgar a campanha pró-autonomia do Acre (Costa, 1992).

Estas organizações, em busca da formação de uma opinião pública favorável à autonomia, se fizeram necessárias por seus idealizadores por conta da polêmica gerada entre as oligarquias opositoras quanto à autonomia política acreana. De um lado

um segmento percebia nessa mudança a conquista de maior autonomia política diante do governo central, em elemento indispensável para o exercício pleno do poder político na região, [de outro lado] a temia pelo seu reverso, o de sujeitarem-se a um controle mais efetivo do aparato estatal, mais precisamente nos aspectos relacionados com a arrecadação tributária e cumprimento da legislação trabalhista (Paula, 2005, p. 44-45).

Ao lado de toda essa engenharia política, entra em decadência, juntamente com a já declinada economia acreana, a oligarquia rural seringalista que por anos teve o controle econômico em suas mãos, mas que agora pleiteiam “espaço na sociedade

²⁷ Omar Sabino de Paula, ex-governador do Estado do Acre. Na época fez parte da diretoria provisória do Comitê Pró-Autonomia do Acre e posteriormente Secretário-Geral do Comitê. Entrevista cedida em 02 de março de 2007.

²⁸ Omar Sabino de Paula em entrevista supramencionada.

política, na tentativa de substituir o poder econômico pelo poder político”. (Oliveira, 2000, p. 40)

A questão é que tal organização das classes dominantes foi primordial para que encampasse a criação do Estado do Acre. Assim sendo, a campanha da autonomia política foi liderado pelo então deputado federal José Guiomard dos Santos (PSD) o qual afirmava que

Esse sistema de govêrno em vez de ser desejável caminho para a democracia, ao contrario, conduz à formulas totalitárias, senão ao conformismo político. É a tendência dos governos totalmente centralizados. (...) quanto ao Acre, há 50 anos relegado à vexatória situação de colônia dentro da própria Pátria, estou certo de interpretar com êste projeto os anseios dos seus habitantes, ainda cabisbaixos, surpreendidos com o estabelecimento alí de administração sem o menor beneplácito público²⁹ (Dossiê, 1992, p. 93-94)

Obviamente, obteve apoio de alguns, como é o caso de Omar Sabino de Paula³⁰, que afirma que “ele [Guiomard dos Santos] próprio se convenceu de que o Acre era tempo de se lutar pela emancipação político/administrativo do Acre”³¹.

Mas a idéia do Acre se tornar Estado não agradou a todos, principalmente aos adversários políticos de Guiomard Santos que passam a acusá-lo sistematicamente de se utilizar desta prerrogativa, mais para favorecimentos pessoais e políticos, bem como de seus fieis partidários, e menos em prol da população acreana no geral. Abaixo transcrevemos uma passagem, datada de 07 de março de 1957, sem assinatura direta, mas se refere aos “residentes neste Território, onde exercem suas atividades a longos anos” que desnudaria esta pretensão afirmando que

o deputado Guiomard nunca dera provas de ser um administrador conhecedor dos problemas vitais/ deste Território e de como soluciona-los e, agora, com a apresentação de seu famoso projeto de autonomia experimental, mais uma vez confirmou a sua incompetência e completo desconhecimento das necessidades/ reais do povo do Acre.

É sabido que o deputado Guiomard sempre se distinguiu/ pela vaidosa habilidade de angariar votos, por todos os meios e modos, mesmo a custa de deslealdade, para eleger-se deputado e conseguir empregos para seus amigos e parentes, mas, nunca como um cidadão que tenha qualquer compreensão do que seja necessário para o desenvolvimento

²⁹ Pronunciamento do Deputado na Câmara Federal.

³⁰ Ex-governador do Estado do Acre. Na época fez parte da diretoria provisória do Comitê Pró-Autonomia do Acre e posteriormente Secretário-Geral de tal Comitê.

³¹ Omar Sabino de Paula, entrevista supramencionada.

e progresso de um território, de um estado, ou de qualquer localidade do país. (Dossiê, 1992, p. 81)

Em alguma medida, estas “segundas intenções” do proponente da elevação do Acre a Estado passaram a conformar as opiniões dos estudiosos da questão acreana, que absorveu como sendo artimanha do cacique a idealização do Acre Estado. Como é o caso de Manoel Severo de Farias (2003) que diz que

Guiomard dos Santos tinha atitudes de um cacique preocupado em ampliar o número de correligionários participantes da vida política sem abalar sua liderança e prestígio pois (...) politicamente haveria “vantagens” para todos: no novo Estado, além das representações federais (deputados e senadores), haveria as estaduais e municipais, onde seus amigos poderiam disputar cargos eletivos sem ameaçar o líder, que ainda contaria com o apoio de todos.

Este dado nos mostra o jogo de interesse existente por trás do projeto apresentado por ele, como também evidencia a sua esperteza política; se de um lado Guiomard permitia a participação de seus aliados no processo eletivo, de outro mantinha sua liderança incontestada como sendo o “pai” do Estado do Acre. (Farias, 2003, p. 48)

A crítica mais ferrenha, no entanto, partia de Oscar Passos (PTB), como vimos acima, também deputado federal, que na tribuna da Câmara Federal defendia a permanência do território, alegando que o Acre ainda não dispunha das ferramentas necessárias para ser transformado em Estado, uma vez que “acorrentadas ao Governo pela inevitável dependência econômica, dificilmente poderão essas populações manifestar livremente a sua preferência política ou sequer a sua opinião sobre os detentores do poder local”³². Com essa idéia de necessária dependência da União teceu severas críticas à proposta de Guiomard Santos, ainda que não fosse efetivamente contra a autonomia, como disse ele

Urge encerrar este capítulo doloroso e sombrio da historia do Acre, para dar lugar, ainda que tardiamente, à luz, ao sol, à liberdade.

Alinho-me corajosamente entre os mais entusiastas e ardorosos defensores da emancipação do Território do Acre, mas não posso deixar-me envolver pela insidiosa manobra dos que querem, com segundas intenções, aproveitar o estado de semi anestesia das populações acreanas, para impor-lhes, já e já, uma solução que, longe de dar remédio aos males atuais, nada mais fará que eternizar a escravização, em proveito de uns poucos. (Dossiê, 1992, p. 62)

³² Considerações sobre a autonomia do Território do Acre de Oscar Passos, datado em 23 de janeiro de 1957 *IN* Dossiê, 1992, pp. 61-66.

Esta ambivalência política era, na maior parte da interpretação historiográfica acreana, *jogo de cena*, “pois na verdade um acordo de cavalheiros entre os dois caciques políticos [existia] para a divisão dos cargos públicos e conseqüentemente do poder entre o PTB e o PSD” (CALIXTO, *et. al.*, 1997, p. 31). Na verdade, “eles nunca deixaram de ter [entendimento], eles sempre tiveram”³³.

É importante destacar que essa dinâmica política, grosso modo, não diferia da dinâmica política no restante do país. Mas, pela própria situação de território, na qual, toda e qualquer medida era emanada do Governo Central, facilitava, de certo modo, uma política personalista, em que todos os setores sociais se ligam ao líder-fundador de cada partido e não ao conteúdo programático.

Assim, como a política acreana aparecia polarizada entre estes dois caciques, um deles “obrigatoriamente tinha que (politicamente) ser contra as idéias e propostas defendidas pelo outro. Se isso não ocorresse, como iriam (...) explicar aos seus eleitores a defesa das mesmas idéias (...)?” (Farias, 2003, p. 50).

Mas de acordo com explicações de Calixto, *et. al.*, (1997) esse “suposto” jogo de cena permaneceu até o momento em que ambos não mais puderam arbitrar sobre o destino do Acre, ou seja, “enquanto esse confronto político esteve restrito à eleição de deputados federais, o acordo entre as partes era até provável. Porém a partir do momento em que entrou em cena a lei de transformação do Acre em Estado, o confronto entre as duas correntes partidárias foi radicalizado de forma acentuada impossibilitando acordos entre eles.” (p. 31).

Embates e divergências políticas à parte, o Acre sofreu sua última imposição *pelo alto*, qual seja a assinatura do Decreto Lei nº 4.070 em 15 de junho de 1962. Dizemos *pelo alto* porque não houve nenhuma participação *de baixo*, popular que fomentasse essa *mudança* política e nem tampouco que desse sustentáculo sistemático ao projeto de autonomia.

Há que se notar que em quase sessenta anos de lutas e batalhas políticas, principalmente dos *donos do poder* local, para a conquista do tão sonhado Estado em momentos em que o território produzia economicamente o suficiente para se manter, a autonomia não saiu. Agora, no momento em que o território estava em franca decadência e não gerava mais lucros para a União, a autonomia foi dada sem maiores embaraços para as elites dirigentes.

³³ Omar Sabino de Paula em entrevista supramencionada.

Por mais estranho que pareça, foi necessário mais de meio século (ou precisamente 58 anos) de luta contra o Governo Federal, para que se pudesse chegar à autonomia. Para sermos mais corretos, é necessário dizer que essa conquista não contou com a efetiva atuação popular. Na verdade tratou-se, como já salientado, de um empreendimento por uma oligarquia sempre pronta a limitar a participação popular, instigando e manipulando essa participação em benefício dos “donos do poder” local.

Por outro lado, se a autonomia acreana foi negada quando uma grande maioria da população a reivindicava, quando nossa produção de borracha estava em sua fase áurea, agora, com a população em extrema miséria, seringais falidos e, principalmente, quando o Território não podia mais dar boa arrecadação tributária à União, esta autonomia foi concedida sem muitas complicações (Calixto, *at. al.*, p.145-146).

1.2 DE ESTADO FEDERADO AO GOLPE DE 1964

Como aludido, o contexto da emancipação segue longos sessenta anos, desde a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), em que as elites locais, preponderantemente compostas por seringalistas, políticos, alguns funcionários da burocracia territorial e comerciantes, lutaram para tornar o Acre um Estado da Federação Brasileira.

Tornar o Acre um Estado Federado, por mais que não trouxesse grandes mudanças ao desenho político, era inquestionável para a sociedade acreana como um todo que novos ares, em alguma medida, seriam trazidos para aquela longínqua região. Não é que queiramos afirmar, categoricamente, que há diferença entre o Acre ser Território e Estado Federado, pois a política estatal é afinada com as grandes oligarquias nacionais; mas que, sem dúvida a dinâmica política local passa a ser, de certa forma, outra.

Durante todo o período em que o Acre fora Território brasileiro, ou para ser mais precisa, dominado pelo Governo Central, sua dinâmica econômica, política e social foi eminentemente ajustada às *benesses*, em primeiro lugar, do poder central em consórcio com o capital internacional e em segundo lugar, os *donos do poder* local.

Neste contexto, é importante reafirmar que a região acreana fora por muitos anos área de litígio, muito mais político que geográfico, uma vez que a questão do Acre nasce num contexto de franca expansão do capitalismo monopolista, por conta de sua

maior riqueza – a borracha – que passa ser a matéria-prima que alimentará a consolidação do imperialismo. Isso porque a economia extrativista da borracha, tanto no chamado primeiro ciclo da borracha, quanto no segundo, manteve quase que inalterada as mesmas relações técnicas de dominação e exploração atreladas, portanto, a uma cadeia que ficou conhecida como *sistema de aviamento*.

Assim, tanto o Brasil, a partir do interesse do capital internacional pela borracha e conseqüentemente vultosos financiamentos para a produção da goma elástica, associado à exploração desta área por brasileiros, quanto a Bolívia, também movida pelos mesmos interesses, mas com a ressalva de ser suas as terras em questão, eclode uma série de lutas entre os colonizadores do Acre e os bolivianos, na qual estes procuram reaver o direito de ocupar, bem como explorar suas terras. Dentre essas lutas a que ficou mais conhecida foi a de 1902/1903, em que redundou a anexação do Acre ao Brasil: a chamada “Revolução Acreana”.

Desta feita, não podemos perder de vista que a formação política e social do Acre está intimamente ligada à sua formação econômica e geográfica; e assim podemos discuti-la em separado para compreender seus aspectos singulares e, posteriormente reelaborá-la no seu contexto factual e histórico. Como diria Gramsci (1988) “A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas esta também tem sua distinção, e por isso pode-se falar separadamente de economia e de política” (Gramsci, 1988, p.14).

Como já aludido, o Acre nasce inteiramente dentro da política adotada pelo Estado Brasileiro. Esta perspectiva político-econômica reflete sobremaneira em todos os pontos do Brasil e não será diferente com o Acre; diria até um pouco mais agressiva, na medida em que esta região, após a sua anexação ao Brasil, passa a ser eminentemente “colônia” do Imperialismo com a anuência do Governo Federal brasileiro.

1.2.1 A CONSTITUCIONALIDADE ACREANA E O GOLPE DE 1964

Após sanção pelo Presidente João Goulart do Decreto Lei nº 4.070, em 15 de junho de 1962, que eleva o Acre à condição de Estado Federado, imediatamente foi marcada eleição estadual para 07 de outubro de 1962. Chegava a hora da “disputa pelo poder local (...) ser decidida nas urnas em eleições majoritárias” (Costa Sobrinho, 1992, 108).

Para o pleito, concorreram somente dois candidatos: José Guiomard dos Santos (PSD), certo de sua vitória por ter sido o autor do projeto de emancipação política do Acre, e José Augusto de Araújo (PTB), que passou a atacar tal oligarquia dando sinal de que progressos seriam promovidos em sua gestão. A campanha foi acirrada, no entanto o resultado das urnas foi surpreendente, elegendo-se o PTB³⁴, que com o lema “o Acre para os acreanos” conseguiu converter em votos.

Estava dada a possibilidade de formação de um novo *bloco* no poder do Estado do Acre, sob liderança de José Augusto que pertencia à ala mais progressista do PTB, que além de ocupar o Palácio Rio Branco conseguiu obter maioria na Assembléia Legislativa, quando o deputado Benjamin Ruela abandona o PSD e migra para o PTB.

Assim, desde que assumiu o seu mandato em 1º de março de 1963, o governo de José Augusto foi palmilhado de uma forma bem distinta do que se costumava ver nas gestões anteriores, daí então a perspectiva de ser um novo bloco de poder na região. Exageros à parte dos correligionários, quanto às transformações na forma de governar, diferenças, contudo, foram percebidas quanto à composição de seu secretariado, por exemplo, pois “formou uma equipe de auxiliares jovens, tendo como base o núcleo do PTB que havia lhe dado sustentação política (...) convocou professores do Ginásio Acreano, advindos do grupo de intelectuais da esquerda do começo dos anos 1950.” (Costa Sobrinho, 1992, p. 110).

Outra característica distintiva estava nos planos de governos que se centrava em compromissos sociais, facilitando até a organização das Ligas Camponesas no Acre, sendo esta instalada em agosto de 1962 (idem, 1992).

Ocorre que no Acre, não diferindo do que ocorria em âmbito nacional, a classe dominante movimentava-se contra as políticas de reformas de base do Presidente João Goulart (1961 a 1964), às quais o Governador acreano dava total apoio e encaminhamentos no âmbito estadual.

Na verdade, João Goulart assume a presidência em franca dificuldade política, uma vez que tanto congressistas quanto a ala mais tradicional dos militares visualizavam no novo presidente um político sem experiências políticas. As críticas a Jango foram se avolumando na medida em que ele pleiteava e articulava o retorno ao sistema presidencialista, pois esse seu intento era veemente taxado de estar tentando subverter a ordem social em consórcio com os comunistas.

³⁴ O resultado geral das eleições: 5.237 votos para José Guiomard dos Santos; 6.079 para José Augusto de Araújo. (fonte: Jornal O Acre em 13 de outubro de 1962).

Após muitos debates e discussões, foi votada no Congresso Nacional a proposta de plebiscito popular para escolha do sistema de governo, que ficou marcado para 06 de janeiro de 1963. Então, o povo escolheu o sistema presidencialista como forma de governo. E, pela segunda vez, Jango é aclamado pelo povo através do voto.

A partir desta sua vitória política, começa a implementar as “reformas estruturais”, mas que ficou conhecida como reformas de base no país. As reformas pretendidas eram basicamente em setores como “educação e habitação. Referia-se, mais insistentemente, porém, a modificação do sistema fiscal e da estrutura agrária” (Skidmore, 1982, p. 288).

Suas intenções de reforma de base eram constantemente declaradas por ele, de forma clara e aberta, o que fez com que ele começasse a ficar numa situação difícil com as classes dominantes e com seus representantes no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. O exemplo disso foi a proposta de uma Lei de reforma agrária em que sugeria aos congressistas o pagamento em apólices do governo e não em moeda corrente. Ocorre que para isso teria que criar uma emenda constitucional. Obviamente, foi atacada prontamente, e acusado de “gestos demagógicos’ destinados apenas a suscitar a opinião em apoio de um projeto insuficientemente estruturado.” (idem, 1982, p. 300).

A partir desse momento, seus desafetos políticos aumentaram devido sua política progressista, o que redundou em conflito político tanto com a esquerda moderada quanto com a esquerda radical, ficando ainda mais difícil sua sustentação política, já que era declarada a oposição da UDN e PSD.

A situação se agravou ainda mais após o episódio da reforma ministerial de junho, em que ficou clara a falta de entusiasmo do presidente em resolver os problemas de estabilização econômica em detrimento às metas de reformas de base. Assim, não conseguia o apoio necessário para encampar suas reformas e por isso mesmo não teve a habilidade política necessária com o congresso para atender às demandas das classes dominantes (Skidmore, 1982).

A sua morte política estava declarada quando realizou um grande comício em 13 de março de 1964, na qual lançou dois decretos de impactos políticos irreversíveis: a nacionalização de refinarias e a desapropriação de terras. A partir desse momento, para seus opositores, estava certa, definitivamente, sua posição na esquerda radical, e o abandono do jogo democrático. “Estava ele agora associado de modo

irremediável aos inimigos declarados dos altos escalões militares” (Skidmore, 1982, p. 359).

Assim, temerosos com a escalada da força sindical e que a mesma pudesse “dominar” o país e torná-lo uma Cuba, imediatamente armaram-se tropas militares em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O presidente percebendo que não poderia muito fazer e temendo o choque frontal, evitando o derramamento de sangue, deixou a Presidência da República indo para Porto Alegre e de lá buscou exílio no Uruguai.

Os militares consumam o golpe militar e implementam uma Ditadura Militar em 01 de abril de 1964, adotando, uma política econômica e social dependente do capital internacional, que favorece a concentração e a centralização do capital e promove a superexploração dos trabalhadores, mantendo-se no poder até meados da década de 1980.

O impacto da implementação da Ditadura Militar fora imediato e intenso, principalmente para aqueles governados pelo PTB, pois passaram sistematicamente a ser alvo de represálias e rigorosas fiscalizações.

Dentre estes Estados estava o Acre, com um governo recentemente eleito pelo partido de oposição à Ditadura Militar e que tão logo os militares assumiram o poder houve a deposição de seu governador José Augusto.

È importante lembrar que há uma particularidade a ser considerada: o Acre estava se organizando enquanto Estado politicamente autônomo, e por isso mesmo, as políticas que estavam sendo implementadas pelo novo *bloco* no poder do Estado não demonstravam sustentação para opor-se ideologicamente à Ditadura Militar, como nos demais Estados, onde não houve tantas deposições assim (Oliveira, 2000).

O que destacamos é que os direitos políticos no Acre foram imediatamente cerceados, enquanto que nos demais Estados a eleição indireta somente veio a ocorrer em 1966 com o Ato Institucional nº 3.

O processo de deposição do Governador José Augusto seguiu também, obviamente, particularidades regionais, principalmente do setor mais tradicional da política acreana. O alinhamento político de José Augusto ao Presidente Jango, através de sua perspectiva de reformas de base determinou sobremaneira a eleição indireta no Estado.

O Governador José Augusto, durante seu pouquíssimo tempo no cargo criou muitos desafetos, principalmente por incentivar as políticas nacionalistas e fomentar a criação de uma base popular consciente, como as Ligas Camponesas, ajudando

inclusive, após a instalação da Ditadura Militar, aos seus amigos a fugirem da perseguição dos militares contra os ditos comunistas, como demonstra Hélio Cury³⁵

O José Augusto sabia de todo o plano de fuga ai mandou 200 cruzeiros pra gente se mandar. Teve uma discussão na turma do PTB, uma turma ficou a favor de Jose Augusto e outra contra ele. Jose Augusto nós deu dinheiro e arranhou o barco do Zé Sales que até já morreu, esse barco foi arranjado lá pelo palácio para nós fugirmos.

Entretanto, mesmo ajudando na organização de uma base comunitária, demonstrou preocupação “com o novo rumo das Ligas [com] a recém instalação do ‘grupo dos 11’ no Acre (organização política criada pelo deputado Leonel de Moura Brizola)” (Costa Sobrinho, 1992, p. 122). Muito embora tivesse certa liderança nestes movimentos, atesta Costa Sobrinho, preferiu encampar uma organização alternativa, uma vez que todos, tanto *tradicionais*, quanto *progressistas*, estavam apreensivos com a “onda” revolucionária que era eminente em todo o país, bem como no Acre.

As articulações foram feitas no sentido de organizar os trabalhadores e, com apoio de algumas organizações da sociedade civil, foi formado no Acre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 02 de fevereiro de 1964. No entanto, teve breve vida, pois com o golpe de abril de 1964 foi completamente desmobilizado.

Com o movimento militar iniciado em 31 de março de 1964, “no Acre (...) eclode (...) a campanha ‘caça comunista’ onde foram presas várias lideranças sindicais e pessoas ligadas ao governo de José Augusto” (Fernandes, 1999, p. 33).

Assim, quase que simultaneamente à deposição de Jango é deposto o primeiro governador do recente Estado do Acre, José Augusto. A deposição foi tão arbitrária quanto inesperada, pois ocorreu apenas algumas semanas após o golpe, em 07 de maio de 1964³⁶. Outra deposição por imposição da Ditadura Militar que ficou emblematicamente conhecida foi a do Governador de Pernambuco Miguel Arraes em abril de 1964.

O Governador José Augusto “foi surpreendido no Palácio com o aviso do capitão do exército Edgar Pedreira de Cerqueira Filho, comandante da 4ª Companhia de Fronteira, de que deveria renunciar ao Governo, caso contrário eles invadiriam o

³⁵ Entrevista cedida a Maria Silvia Albuquerque, realizada em 18 de maio de 2008. Helio Cury é militante político acreano que no período do Governo José Augusto fora seu Secretário de Educação.

³⁶ A eleição indireta de governadores somente veio a ocorrer com a determinação do AI-3, em 1966.

palácio. O portador desse recado era o Secretário de Saúde e médico militar Antonio Maia Barbosa” (Mendes, 1995, p. 66).

Assim, não houve alternativa senão renunciar ao mandato. Decretada a renúncia, imediatamente é feita eleição indireta³⁷ na Assembléia Legislativa, empossando Cerqueira Filho como governador do Estado do Acre.

O que se pode depreender, preliminarmente, é que com a deposição do primeiro governador acreano, legitimamente eleito pela soberania popular, há uma intensa movimentação das classes dominantes pela permanência das antigas formas de relações de poder, não permitindo, portanto, os avanços políticos e sociais no longínquo Acre. Mas do que isso, as classes dominantes acreanas estreitamente vinculadas às questões nacionais souberam fazer seu papel a favor dos seus interesses, bem como dos interesses políticos que o país passa a adotar com o Golpe de 1964.

Assim, podemos atestar que toda essa engenharia política de elevar o Território do Acre à categoria de Estado, bem como a formulação de uma constituição estadual não passou de uma manobra política para “modernização” das formas de domínio e direção política dos grupos caciquistas. Ao passo que “quase nada veio a beneficiar a população acreana, já que em nenhum momento trouxe transformações sociais de forma a melhorar as condições materiais de subsistência dessa população” (Calixto, 1985, p. 146)

Por isso, do nosso ponto de vista, o Estado do Acre não fora criado para atendimento das necessidades mais prementes do seu povo; mas fora forjado para atendimento das “necessidades” de uma minoria que desejava encontrar formas constitucionais de legitimação para seus interesses, alijando, como sempre, os *de baixo* da direção política.

1.2.3 O PODER ESTATAL NA AMAZÔNIA ATÉ 1970

A presença do Estado na dinâmica social em geral é, sem dúvida, uma característica que perpassa toda a história brasileira com um peso que chega, em alguns momentos, a atrofiar o desenvolvimento das outras esferas da sociedade.

³⁷ A deposição e as circunstâncias em que ocorreram não foram noticiadas, obviamente. Mas a eleição indireta de Cerqueira Filho é manchete na primeira pagina de “O Acre” em 24 de maio de 1964. Veja figura 1, em anexo.

O poder estatal na Amazônia aparece de modo mais sistemático e de certa forma ininterrupta a partir da década de 1940, principalmente por conta das políticas governamentais que foram implantadas para garantir o cumprimento dos Acordos de Washington. Tais acordos foram, por um lado, o resultado de uma série de medidas adotadas pelos EUA para garantir o abastecimento de borracha e, por outro lado recuperar a produção de borracha natural da Amazônia. Assim sendo, assinaram tais acordos os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em 3 de março de 1942.

Mas é bom esclarecer que as medidas adotadas não foram resultado de ajuda humanitária à decadência da produção da borracha na Amazônia, maior depósito de borracha natural disponível e, por conseguinte, socorro direto aos afetados pela crise da produção gomífera; mas, sim, uma preocupação com o destino da 2ª Guerra Mundial.

Os Estados Unidos, após a ocupação das áreas fornecedoras de borracha natural localizadas no Oriente pelos japoneses, começaram a adotar providências drásticas para evitar o colapso, tomando medidas que visavam controlar o consumo interno e mesmo instaurando o racionamento. (...) uma comissão especial (...) para estudar o fornecimento de material de guerra, apontava o abastecimento de borracha natural como o mais preocupante, podendo acarretar sérios problemas a qualquer esforço de guerra. (Costa Sobrinho, 1992, p. 61)

Depois de estabelecido os acordos, o governo brasileiro adota medidas imediatas para cumprir os compromissos. A primeira delas é a constituição do *Banco de Crédito da Borracha S.A.*, através do Decreto-Lei nº 4.451, de 09 de julho de 1942, visando aumentar a produção da borracha e garantir a “batalha da borracha”. Surgiu assim com a função precípua de realizar a exclusividade das “operações finais de compra e venda da borracha de qualquer tipo e quantidade, quer se destinasse o produto à exportação, quer ao suprimento da indústria nacional”³⁸.

O Estado brasileiro, na tentativa de garantir a produção da borracha e cooperar com o esforço de guerra, legitimou, no interior da oligarquia regional nortista, a responsabilidade do governo em garantir a produção gomífera, gerando rentabilidade para os “coronéis de barranco” que passaram a vaticinar, como argumento, a

³⁸ Banco da Amazônia S.A., O BASA e o Desenvolvimento da Amazônia. Deptº de Estudos Econômicos, 1968, p. 11 *apud* IANNI, 1979, p. 59.

importância de tais políticas para a sobrevivência das muitas famílias trabalhadoras na extração do látex.

Essa transferência de responsabilidade para o Estado passou a ser usada com extrema habilidade e competência política pelos “donos do poder” na região, especialmente no Acre. O argumento utilizado para preservarem os seus interesses particularistas girou recorrentemente em torno da imprescindibilidade social da manutenção dessas políticas, dado o seu significado na garantia do emprego e da sobrevivência de milhares de pessoas dependentes da economia extrativista na Amazônia (Paula, 2005, p. 59)

Como já é sabido, com o fim da 2ª Guerra Mundial, com a substituição da borracha natural pela borracha sintética, o Estado passa a se preocupar com o destino da região norte, e neste sentido, procura dinamizar e diversificar a economia na Amazônia. Com esse intuito entra em cena outra determinação do poder central que transforma o *Banco da Borracha S.A* em *Banco de Crédito da Amazônia S.A.*, a partir da Lei nº 1164 de 30 de agosto de 1950.

Essa transformação não abandonaria a cultura extrativista pelo contrário, ampliaria os investimentos para o ramo e adotaria outras práticas econômicas viáveis para a Amazônia (Ianni, 1979).

Mas o governo central sabedor da secular dificuldade em diversificar a economia amazônica cria, alguns anos depois, a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA)* em 6 de janeiro de 1953 sob a Lei nº 1806. O objetivo com a nova superintendência era, por assim dizer, trazer meios técnicos para atuarem no desenvolvimento da região amazônica. A proposta era associar, por um lado, equipes técnicas municiadas de projetos capazes de alavancar a economia e, por outro lado, grandes investimentos através do Banco de Crédito da Amazônia S.A. (*idem, ibidem*).

Como podemos perceber acima, entre a década de 1940 ao final da década de 1950 foram essas as três grandes políticas estatais de fomento da economia amazônica. No início de 1960 foi inaugurada a rodovia Belém-Brasília, iniciando o longo processo de independência dos meios exclusivamente fluviais.

Apesar de todas essas determinações estatais, ainda não era possível determinar que as transformações ocorressem, tampouco a incorporação da Amazônia ao conjunto da economia nacional. Somente a partir da segunda metade da década de 1960 é que se vê a transformação econômica da Amazônia, sobretudo a partir de 1966

quando o “presidente Castelo Branco em 1º de setembro de 1966, no ‘discurso do Amapá’ (...) [lança] uma nova e abrangente ação do Estado, [com o intuito de] modernizar a economia regional de acordo com as relações capitalistas” (Rêgo, 2002, p. 289).

Buscando a integração da Amazônia ao restante do país, inicia-se um novo ciclo de políticas públicas quando é criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, a *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)* em substituição à SPVA. Tal superintendência passa a ser um marco no desenvolvimento da Amazônia porque dentre as suas ações estavam a reunião de “programas e planos de outros órgãos federais atuando na região (...) [criando] incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros” (Ianni, 1979, p. 61).

Anteriormente à criação da *SUDAM*, foi modificado o *Banco de Crédito da Amazônia S.A.*, passando a denominar-se *Banco da Amazônia S.A. (BASA)*, conforme a Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.

ainda na esfera financeira, o Banco do Brasil (ou BB) dinamizou a sua presença na região, criando novas agências. Assim, em poucos anos a *SUDAM*, o *BASA* e o *BB* passaram a atuar de modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos públicos e privados na região. (IANNI, 1979, p. 61)

Finalizando a década de 1960, cria-se ainda a *Superintendência da Zona Franca de Manaus*, ou *SUFRAMA*, conforme Decreto-lei nº 288 de 26 de fevereiro de 1967.

Assim sendo, está dada a estrutura que o capital monopolista dependente brasileiro precisará para garantia de sucesso e rentabilidade nas próximas décadas na Amazônia brasileira.

No capítulo seguinte estaremos nos debruçando justamente neste período que compreende os anos da década de 1970 e as relações sociais que se estabelecem entre governo e sociedade civil, de modo geral, em âmbito nacional e particularmente o que ocorre no Estado do Acre.

Capítulo 2

ESTADO E DITADURA MILITAR: A CONTESTAÇÃO POLÍTICA-SOCIAL-ECONÔMICA

No capítulo anterior, visualizamos de que forma o Acre se estruturou, desde a chamada “Revolução Acreana”, passando pelo seu período de Território Federal até alcançar sua autonomia política transformando-se em Estado Federado em 1962. A par desta contextualização no tempo e no espaço, abordamos brevemente a organização política, econômica e social do Acre para compreensão das vicissitudes trazidas no período da Ditadura Militar e suas implicações para esta região.

A partir do momento em que a Ditadura Militar fora instalada em 31 de março de 1964, as principais políticas adotadas foram tão intensa quanto extensiva, agressiva e repressiva, principalmente para as classes sociais que criavam maior autonomia organizativa e, portanto, elevação no grau de politização diante de uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa economicamente. Em linhas gerais,

os governos militares foram levados a comprometer profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Trataram de privilegiar o caráter dependente da economia brasileira e reduzir ao mínimo, ou mesmo anular, o elemento de autonomia que também estava presente no conjunto do sistema econômico do País. A inflação, a queda na taxa de inversões, as greves operárias, a politização crescente das classes assalariadas, na cidade e no campo, a luta pelas reformas de base (agrária, bancária, habitacional, educacional e outras), vários foram os motivos alegados pelo imperialismo, e os seus aliados no País, para justificar e apressar o Golpe de Estado de 31 de março de 1964. Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do País passar a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. (...) A ditadura instalada no País propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada (Ianni, 1979, p. 17).

Assim fica patente o sentido da Ditadura Militar: garantir a supremacia da empresa estrangeira em consórcio com a classe burguesa brasileira, garantindo altos

índices de acumulação capitalista bem como um processo acelerado de concentração e centralização de capital. Desta feita, todas as esferas da sociedade foram afetadas levando a economia brasileira para uma economia dependente, atingindo todas as esferas capitalistas: do capitalismo comercial ao capital agropecuário (Ianni, 1979).

Neste sentido, toda a estrutura estatal fora rearticulada para atender à nova demanda política econômica adotada pelo Governo Central Militar, ou seja, o aparelho estatal

em suas decisões econômicas, era posto a serviço do capital monopolista, estrangeiro e nacional, realizava-se uma ampla absorção de empresas pequenas e médias, ou mesmo grandes, por grandes empresas estrangeiras e nacionais. A política econômica governamental desses anos favoreceu e protegeu, econômica e politicamente, uma intensa acumulação capitalista. Como componente e resultado dessa política, ou do “modelo de economia aberta”, o capital estrangeiro teve garantida e reforçada a sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro (Ianni, 1979, p. 30-32).

Por seu turno, a internacionalização da economia brasileira foi baseada na permanência e mesmo no aprofundamento da concentração de terras no campo, isto é, as bases da nova economia foram pautadas nas políticas que incentivasse a agroindústria, mantendo-se o sentido conservador no que se refere ao campo.

Esse processo de expansão da indústria agropecuária em detrimento ao acesso à terra convencionou-se a chamar de “modernização conservadora”, uma modernização eminentemente alinhada ao capital portanto, mantendo intacta as velhas características de exclusão social, em outras palavras,

de forma resumida, pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir das seguintes coordenadas. Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meios mais diretos. Foi isso que teve lugar na Alemanha e no Brasil, ao contrário, por exemplo, do que se passou na Inglaterra, com a transição para uma mercantilização do trabalho agrícola, ou na França e no México, com a revolução camponesa levando ao fim ou ao menos a um profundo enfraquecimento da grande propriedade rural e ao parcelamento da terra. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de

democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias. (Domingues, 2002, p. 460 – 461)

2.1 A NOVA ECONOMIA E A QUESTÃO RURAL

Como já nos referimos, a política, bem como a economia do grande capital, se desenvolve, a partir de 1964, especialmente nos anos de ascensão do ciclo econômico de 1968-1973, com a incorporação do campo ao modo de produção centralizador e de concentração de capital.

É interessante ressaltar que anteriormente ao golpe militar, o Estado já exercia forte influência na Amazônia a fim de implementar o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Entretanto, “foi principalmente desde 1966 que se iniciou uma fase de expansão mais acelerada das relações de produção e forças produtivas no extrativismo, agricultura e pecuária da região” (Ianni, 1979, p. 66).

Neste sentido, o capitalismo monopolista se estendeu até o campo a partir do pacto entre a burguesia industrial nascente, a burguesia rural e o capital estrangeiro.

Assim, tal pacto influenciou de forma irreversível a expansão do capital no campo, gerando resistências dos trabalhadores rurais aos efeitos das transformações sociais, políticas e econômicas. Concomitantemente, o processo de resistência dos trabalhadores se iniciou a partir da formação dos excedentes populacionais principalmente no Centro-Sul do Brasil, impulsionando levas de trabalhadores do campo destas regiões para as regiões Centro-Oeste e Norte, para a implementação da agroindústria.

As políticas públicas focadas na capitalização do campo e desmobilização dos movimentos de resistência foram engendradas pela cúpula burocrática do aparelho de Estado, visando contemplar, de um lado, a expansão do capital para a fronteira, de outro, desmobilizar o contingente populacional que havia perdido suas terras para o capital agrário, principalmente no Centro-Sul do país.

Quanto ao primeiro objetivo, a idéia era ocupar a Amazônia para fins de segurança nacional e fazê-la instrumento do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Quanto ao segundo objetivo, a perspectiva era ocupar a Amazônia de forma ordenada, constituindo-se numa “‘válvula de escape’ às pressões demográficas decorrentes das transformações capitalistas nas regiões de ocupação demográfica e econômica antiga” (Rêgo, 2002, p. 285).

2.1.1 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE REOCUPAÇÃO

O Governo Federal, buscando desmobilizar os movimentos que nascem do acelerado processo de expulsão das áreas rurais, particularmente tentando evitar a luta armada no campo de ocupação antiga, isto é, Nordeste e Centro-Sul, influencia de forma direta a formulação de políticas públicas para a ocupação da Amazônia. Assim sendo, as políticas adotadas foram políticas de “incentivos fiscais e creditícios (...) acompanhada da política de colonização oficial, alçada a uma posição de destaque no conjunto da ação do Estado” (Idem, *ibidem*, p. 288).

Tais políticas governamentais para fomentar a economia e a ocupação ordenada da Amazônia intensificam-se a partir de 1966 com o lançamento da *Operação Amazônia*, resultado de uma grande reunião com praticamente todas as instâncias dos governos federais, estaduais e municipais. A referida “reunião realizou-se a bordo do navio Rosa da Fonseca, durante nove dias, novembro/dezembro de 1966, [perfazendo o] trajeto Manaus/Belém pelo Rio Amazonas. Os resultados da reunião e suas recomendações deram origem ao documento intitulado ‘Declaração da Amazônia’, datado de 11 de dezembro de 1966” (Costa Sobrinho, 2001, p. 25).

Tal operação se caracterizou pelo forte apelo geopolítico, com interesses claramente delineados de integrar [e entregar] a Amazônia às relações tipicamente capitalistas com o propósito de “modernizar” a economia regional, como já havia sido feito no Nordeste e Centro-Sul do país com a implementação da agropecuária e da agroindústria. Para que os objetivos econômicos surtisser o efeito esperado no tempo e espaço amazônico, o Estado intervém, garantindo os meios para atrair o capital, a partir de políticas fiscais e de reestruturação das agências governamentais.

No bojo desta ação indutora do Estado, a reestruturação do aparelho de Estado é imprescindível. Neste sentido, são criados diversos órgãos fomentadores da nova economia para a Amazônia e outros, ainda, são recriados. De alguma maneira, as modificações advindas com essas políticas trazem novas perspectivas para a

diversificação da economia, calcada há quase um século no extrativismo, o que se constitui na nossa ótica, a razão histórica para o atraso econômico da região Amazônica.

Uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Federal nesse processo de dinamização e abertura econômica da Amazônia foi a extinção da Superintendência do PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA – SPVA, criada em 1953, criando em seu lugar outra agência para o planejamento e desenvolvimento regional: a SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA em 27 de outubro de 1966, sob a Lei nº 5.173. Dentre as suas atribuições estavam:

- a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover sua execução;
- b) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais; e
- c) julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento econômico da região, visando a concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira na forma da legislação vigente (Ministério para a Coordenação dos Organismos Regionais *In Rêgo*, 2002, p. 290)

Esta agência criou vários projetos para o desenvolvimento da Amazônia em parceria com outra instituição o BASA – BANCO DA AMAZÔNIA S/A, que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia. O BASA fora criado em 28 de setembro de 1966, sob a Lei nº 5.122, com as seguintes atribuições:

- a) executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social;
- b) exercer as funções de agente financeiro da SUDAM;
- c) atuar como agente financeiro para aplicação na região amazônica de recursos mobilizados interna ou externamente; e
- d) servir de agente de aplicação dos recursos do FIDAM (FUNDO PARA INVESTIMENTOS PRIVADOS NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA) (RÊGO, 2002, p. 290)

Assim sendo, estavam dados os pilares da burocracia estatal para o desenvolvimento das políticas públicas de estímulo à ocupação pelo capital na Amazônia, isto é, a fonte de planejamento e de financiamento estava criada, outra vez, *pelo alto*. Dizemos mais uma vez pelo alto porque as ações indutoras do aparelho de Estado desconsideraram a participação das camadas populares e algumas frações da classe dominante da sociedade brasileira, permanecendo tão somente aquelas que se beneficiariam direta e indiretamente com o rearranjo das políticas públicas.

Desta forma, além das agências federais que foram criadas para estimular a ocupação, se fazia necessário, ainda, outros mecanismos que viabilizassem as intenções do Governo Central. Dentre estas, foram criados diversos incentivos fiscais para extensão das políticas públicas, que compreendiam desde isenções até deduções tributárias. Com o passar do tempo e a partir das respostas positivas a esses mecanismos, o sistema de incentivos fiscais chegou a tal complexidade que precisou ser fortalecido. Tal fortalecimento se deu com a criação do FINAM – FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA, em 12 de dezembro de 1974, pelo Decreto-Lei nº 1.376.

O FINAM passava a recolher os recursos provenientes das deduções tributárias até então vigentes (de pessoas jurídicas para fins de reinvestimento), a subscrição de quotas por pessoas físicas e jurídicas e subscrições da União de quotas inconversíveis em ações (conforme artigo 3º da Lei). Assim, criava-se um mercado de ações para as empresas cujos projetos eram considerados prioritários pela SUDAM, ampliando-se as possibilidades de financiamento.

Os incentivos fiscais se constituíram no mais poderoso instrumento de intervenção do Estado para a ocupação da Amazônia pelo grande capital, materializado nos grandes projetos industriais, agropecuários, agroindustriais, minerais e mínero-metalúrgicos. (RÊGO, 2002, p. 293)

Criadas estas duas superintendências e o Fundo de Investimentos, o próximo passo era dar segmento aos planos de desenvolvimento da Amazônia. Neste sentido, é criado, pela cúpula econômica do Governo Central, o PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL – PIN, sob a Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970, com a função precípua de: a) reorientar a economia para a agropecuária e agroindústria na Amazônia e b) atenuar os focos de conflitos no Centro-Sul do país com medidas que estimulassem sua desarticulação promovendo a ida de milhares de pessoas para ocupação da Amazônia. Tal programa marca a consolidação de estratégias capitalistas modernas do Estado brasileiro na região, dentre muitos outros que colocará em ação os objetivos para a consolidação da “Operação Amazônia”.

Dentre os objetivos do PIN se destacam as construções de interligação das rodovias, tais como a Transamazônica, que ligaria o Norte ao Nordeste, e a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, ligando o Norte ao Sul do país.

Quanto às políticas de ocupação da Amazônia, por sua vez, a proposta foi a implementação do programa de colonização oficial, que garantiria para a Amazônia a frente de expansão, ou seja, o movimento de trabalhadores rumo à fronteira. Tais

políticas de ocupação territorial passaram a ser desenvolvidas e dirigidas pelo INCRA, órgão criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, como desdobramento do Estatuto da Terra, criado em 1964, que nesta oportunidade reorganiza os órgãos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento agrário, tornando esta questão uma das prioridades para as políticas de reocupação da Amazônia.

Em nossa ótica, a criação do INCRA se revelou muito mais um retrocesso, do ponto de vista da reforma agrária, do que em avanços propriamente dito, uma vez que as políticas agrárias passaram da subordinação direta da presidência da República, vinculada a várias instâncias do governo, à subordinação exclusiva do Ministério da Agricultura, como uma autarquia, portanto, setorial. Neste sentido, a questão agrária ganha um *status* pormenorizado nos idos anos de chumbo da Ditadura Militar em resposta, principalmente, à política externa adotada pelos EUA, que passa a reorientar, a partir da década de 1970, um “novo” rumo para a questão da terra na América Latina, “(...) de estímulo à adoção de reforma agrária, para outro concentrado numa estratégia de modernização que passa a incorporar a produção de base camponesa já existente” (Paula, 2005, p. 131).

A partir da reestruturação da máquina burocrática estatal brasileira, durante a Ditadura Militar, estavam dadas as bases para a implementação das políticas de reocupação da Amazônia, desta vez de forma controlada, atendendo aos vários interesses, dentre os quais a conservação da concentração fundiária, permitindo não mais que “à titulação e à formação de cadastros de terra”³⁹.

2.1.2 AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O ACRE

Na verdade, a Ditadura Militar representa não apenas um processo de repressão política, mas uma reorientação da política econômica. No Acre a ditadura se instala com a deposição do primeiro governador do Estado do Acre, assumindo o governo o Capitão do Exército Edgard Pedreira de Cerqueira Filho, marcando um período que se inicia em 08 de maio de 1964 e termina em 14 de agosto de 1966. Foi um governo sem grande destaque político e/ou econômico.

Após aproximadamente dois anos de mandato, o primeiro governador da era ditatorial sai do governo do Acre por força do AI-3, que passa a determinar eleição

³⁹ Linhares *apud* Paula, 2005, p. 131.

indireta para governadores em todo o território brasileiro. Nesse período, de reorganização para a sucessão de governadores, assume interinamente o governo do Estado o presidente da Assembléia Legislativa, Augusto Hidalgo de Lima, que ocupa o posto por cerca de um mês.

Com a determinação de eleições indiretas para os Estados e sua oficialização pelo colégio eleitoral, assume, no Acre, Jorge Kalume, governando o Estado de 13 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971 pelo partido de sustentação à Ditadura Militar – ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Sucedem-se no governo, Francisco Wanderley Dantas (1971-1975), Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979) e Joaquim Falcão de Macedo (1979-1983).

O período de referência a este estudo está centrado nos governos de Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita. No primeiro é desencadeado o processo de reorganização do espaço econômico mais relevante e incisivo da política econômica adotada pela Ditadura Militar.

Entretanto, foi no governo de Geraldo Mesquita que os problemas decorrentes do processo de instalação da frente agropecuária foram manifestados e, por conseguinte, um período que começa a se destacar algumas políticas conciliatórias e compensatórias para os graves problemas surgidos, reorientando o curso da “modernização” e valorizando a vocação extrativista.

Assim sendo, a partir da década de 1970, o Acre passa a ser incorporado à política de reocupação da Amazônia com a instalação da frente agropastoril, pelo fato de ter sido considerado o ramo econômico com maior potencial de rentabilidade aos investidores. Tal reordenamento da forma de ocupação das terras acreanas se deu principalmente por conta das transferências dos antigos seringais aos grandes investidores do centro-sul do país.

Embora esse processo já tivesse se iniciado bem antes, houve em 1971 um período mais agudo no que tange à alienação dos latifúndios, pois o BASA suspendeu as linhas de financiamento aos seringalistas endividados, sendo considerados por este agente financiador incapazes de contrair essa linha de crédito. (Costa Sobrinho, 2001).

No momento em que a política de reorganização do espaço econômico da Amazônia ganha impulso, é designado para governar o Acre, Francisco Wanderley Dantas, “político afinado com as diretrizes de modernização autoritária do Governo

Federal, e adepto incontestado da política do ‘Brasil grande potência’” (Costa Sobrinho, 2001, p. 26).

O governo Wanderley Dantas foi marcado por um grande projeto de transformação econômica da região acreana, que se iniciou com uma ampla divulgação, feita pelo próprio governador, nas regiões do centro-sul do país, alardeando as imensas vantagens de se produzir no Acre.

Mas antes mesmo que se fizessem campanhas do quão lucrativo seria investir no Acre, e disseminar as propostas de investimento para o restante do Brasil, foi elaborado o PROJETO OESTE. Tal projeto consistia em “... participar do esforço nacional, adotando-lhe as teses e assumindo as posições indicadas nas metas e bases definidoras da política e da ideologia que nos colocam no caminho certo do desenvolvimento”⁴⁰.

Assim, a principal prioridade do governo Dantas, sinalizada em suas campanhas Brasil afora, é alinhar o Acre às determinações do Governo Militar e, por conseguinte, às demandas do capital e ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, foram elaborados cinco eixos que comporiam o Projeto Oeste, quais sejam:

Operação de Apoio

Educação

Saúde

Transportes

Energia

Podem-se perceber tais intenções na primeira mensagem governamental em que o Governador, em relação a esse projeto, afirma ser este um projeto ousado com plena capacidade de orientar o crescimento da região.

Nas primeiras demandas de investimentos do projeto modernizador para a Amazônia verificava-se a implementação de indústria madeireira, mineração e agropecuária. No Acre, a agropecuária teve maior incentivo e investimentos motivado pelo baixo preço das terras. Diferentemente ocorreu nos demais Estados da Amazônia, que implementaram também a indústria madeireira e mineração.

Ocorre que, nem todas as propostas planejadas para a Amazônia se efetivaram; mas pelo menos uma coisa se estabeleceu no Estado do Acre, nesse período

⁴⁰ Projeto Oeste. Plano de Desenvolvimento – 1971-1974 *In* Oliveira, 2000, p.122.

de pretensas transformações: um ufanismo sem precedentes na história da região com a proposta de construção do “novo” Acre.

Na realidade algumas obras consideradas de vulto foram realizadas para que se acreditasse que era de fato o momento do grande salto de qualidade do Acre. Inclusive com esse intuito, foi criado, sob a Lei Nº 440, de 8 de julho de 1971⁴¹, um Serviço de Divulgação do Estado, o SERDA, com a função precípua de veicular as atividades do governo rumo a esse “novo” Acre.

A idéia do “novo” Acre almejado pelo governo foi se concretizando na “bovinização”, isto é, no setor pecuário. Este setor estava enfraquecido, como não era diferente com os outros setores do Estado, portanto, se priorizou fortes investimentos e melhorias para expansão do rebanho bovino acreano, principalmente a partir de uma pecuária extensiva, pelo fato das terras nesta região terem sido adquiridas por preços irrisórios.

Assim sendo, as medidas de reabertura econômica para o Acre, isto é, a idéia de desenvolvimento e “milagre econômico” no Governo Wanderley Dantas se sustentou basicamente em dois grandes eixos: *infra-estrutura econômica* e *infra-estrutura social*.

Em relação à *infra-estrutura econômica*, podemos, grosso modo, sintetizar as ações que se pautaram a partir da diversificação econômica, trazendo possibilidades novas de estímulos econômicos, tais como: transporte, comunicações e energia. No que se refere às políticas de transportes, a ênfase foi dada seguindo as determinações do Governo Federal, qual seja, a de interligação de todas as regiões, bem como, no caso de estados fronteiriços, a interligação aos países vizinhos. No Acre, a Transamazônica foi de fundamental importância para alcance de tais objetivos, ligando a região acreana a Porto Velho/RO e este aos demais estados brasileiros.

No setor das comunicações, o Estado do Acre foi interligado ao Sistema Nacional de Telecomunicações, em fins do ano de 1972, via Embratel, colocando esta região em contato telefônico nacional e internacionalmente, buscando viabilizar assim a

⁴¹ Fonte: Dentre esses serviços, estava uma publicação com tiragens mensais, chamada *Notícias – Informações*, os quais ainda restam bem poucos números para consulta e constatar como era bem preparado este setor do governo.

estrutura para “receber qualquer tipo de indústria e com toda a infra-estrutura de que necessita”⁴².

No setor energético, os informativos do governo dão conta de que a energia gerada na região seria suficiente para a instalação de indústrias. No entanto, até os dias atuais, um dos grandes empecilhos à consolidação de um pólo industrial relevante se refere justamente à ineficiência do setor energético, uma vez que a produção é ainda baseada na queima de óleo diesel, portanto, com um custo muito elevado para a lucratividade de uma empresa de médio porte, por exemplo.

Em relação à *infra-estrutura social*, o Governo Dantas estabeleceu algumas medidas necessárias, mas não conseguiu escapar aos ditames do capital, isto é, não conseguiu atingir os problemas sociais elementares. É necessário deixar claro que esse contexto não é peculiaridade do Estado do Acre, mas de toda a realidade brasileira, na medida em que o Governo Central, em plena Ditadura Militar, adota uma política social eminentemente à sombra da política econômica de intensa concentração e centralização do capital.

Assim sendo, algumas tímidas ações foram se desenvolvendo no Acre em relação à infra-estrutura social, tais como: educação, saúde, colonização e titulação de terras para colonos, etc.

As ações em relação à educação se pautaram exclusivamente para a preparação de mão-de-obra e diminuição sistemática dos altos índices de analfabetismo, privilegiando, para o alcance de tais objetivos meramente a reestruturação financeira, de pessoal e equipamentos, não solucionando, obviamente, as grandes questões educacionais. Ainda dentro desta estratégia de formação de mão-de-obra, o Centro Universitário do Acre foi transformado em Universidade Federal do Acre, pelo fato dessa reestruturação financeira ter apontado que os cofres estaduais não mais suportariam a manutenção de um centro universitário.

Quanto às ações em relação às políticas de saúde, não diferindo das ações educacionais, também não conseguiram atingir o cerne dos graves problemas de saúde, uma vez que o Acre é apontado

como o de mais baixo índice de assistência médico-hospitalar no país, com um saneamento quase nulo e com problemas de saúde característicos de regiões subdesenvolvidas, cuja causa é a pobreza e todos os males que lhes são inerentes: má alimentação, habitações

⁴² **Novo Acre**. Notícias – Informações. Ano II - Nº 15. Rio Branco – Estado do Acre abril de 1973, p. 06.

precárias, analfabetismo e baixo nível de vida social (Oliveira, 2000, p.123-4).

As ações que se desenvolveram neste sentido foram apenas de ampliação da rede hospitalar do Estado e a construção do Hospital de Clínicas de Rio Branco, que buscava “prestar serviços à comunidade da capital e localidades vizinhas, constituir-se-á em importante centro médico-cirúrgico de apoio às unidades hospitalares do interior.”⁴³

As ações que se referem à questão de terras se pautaram pelo Decreto nº 1.179, de 06 de julho de 1971, que criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA, que objetivava “criar condições de acesso à terra para trabalhadores rurais e pequenos proprietários minifundiários, melhorar as condições de emprego e de trabalhos rurais e promover a agroindústria no Nordeste e na Amazônia.”(Rêgo, 2002, p. 294).

No caso do Acre as áreas que obtiveram maior incentivo do Governo Federal e Governo Estadual foram as áreas da pecuária e agricultura, compondo o seu quadro de desenvolvimento, que em grande medida foi o resultado do tensionamento político dos produtores extrativistas. Assim sendo, o ramo da agroindústria recebeu o incentivo de diversos programas, dentre os quais o de maior destaque encontra-se o PROTERRA que financiou projetos para o beneficiamento de produtos primários, como: a) a construção de uma Usina de Pasteurização de Leite; b) a construção de uma Usina de Beneficiamento da Borracha; e c) a construção de uma Usina de Beneficiamento de Castanha-do-Pará.

Percebe-se neste sentido que o programa proterra, que genuinamente fora criado para atingir tanto o pequeno produtor, principalmente aquele desprovido de terra, quanto atender ao grande proprietário para expansão da empresa agrícola, atendeu prioritária e efetivamente apenas a esse segundo grupo.

No entanto, no início da década de 1970, durante o governo Wanderley Dantas, era possível encontrar certa preocupação quanto às primeiras dificuldades de acesso à terra. Em referência a essa preocupação o governo estadual, no ano de 1971, conseguiu expedir 762 títulos em 6 seringais com aproximadamente 69 famílias assentadas⁴⁴. Obviamente que não atendeu nem de longe ao grande contingente de famílias ainda por ser assentadas, principalmente pela pouca vontade política e também

⁴³ **Novo Acre**. Notícias – Informações. Ano II - Nº 15. Rio Branco – Estado do Acre abril de 1973, p.07.

⁴⁴ Mensagem Governamental 1/1972.

pela parafernália burocrática à aquisição de um lote por parte dessas famílias, como, por exemplo,

é exigido que saiba ler e escrever e que possua título de eleitor, carteira de identidade, certificado de reservista e CPF. Sem isso não pode receber o título definitivo; isso sem contar as distâncias enormes que deve percorrer, mais de uma vez, para barganhar os seus direitos. Grande parte dessa população nem sabe de seus direitos, não possui consciência de propriedade legal e é, na sua maioria, analfabeta (Sorj *apud* Oliveira, 1982, p. 65-66).

Tais assentamentos, quando ocorreram, somente foram possíveis graças a determinações *pelo alto* de aquisição de terras particulares, como, por exemplo, o Seringal União. Essa aquisição ocorreu por determinação da Lei nº 476, de 10 de julho de 1972, que diz em seu art. 1º

Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir do Sr. Francisco José Paes, para os fins de colonização, o Seringal União, em Rio Branco, com área de três mil hectares aproximadamente, cujas confrontações constam da planta anexa ao processo G.G. n. 0151/71, avaliado em Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), conforme competente laudo.

Além das demandas político-econômicas aludidas, foi também inserida no Estado do Acre a organização e a criação da Empresa de Turismo do Estado do Acre – ACRETUR, sob a Lei nº 481, de 3 de novembro de 1972, que visava incluir o Acre na rota do desenvolvimento também a partir do turismo. Uma das primeiras medidas a ser tomada por esta empresa foi a construção do Hotel Chuí, que se apresentava com características para se constituir em ponto de apoio aos empresários que visitassem o Acre para exploração econômica.

Assim sendo, em linhas gerais foram estas as políticas trazidas para o Acre com o intuito de desenvolvê-lo e integrá-lo à política nacional de desenvolvimento capitalista. Nas próximas páginas nos deteremos a analisar especificamente as ações governamentais para a expansão da frente agropecuária que veio a ser o principal ramo econômico da região acreana e, por isso mesmo um elemento preponderante para a formação de novas relações sociais, entre governo e sociedade tanto no campo quanto na cidade.

2.1.3 A EXPANSÃO DA FRENTE AGROPECUÁRIA NO ACRE

Estabelecida as instituições e os programas para reocupação econômica da região amazônica, tais como FINDAM, INCRA, PIN, etc., os governos estaduais aderem ao processo de reorganização do espaço econômico e, assim, ao grande projeto de Integração Nacional.

Pensando perspectivamente na possibilidade de inserir o Acre no processo modernizador do Brasil e da Amazônia, é que as ações do Governo Wanderley Dantas se pautaram na medida em que estava aberta a “corrida” para a fronteira acreana a fim de implantar a agroindústria, em especial a agropecuária extensiva com apoio incontestável das campanhas publicitárias do governo divulgando as possibilidades e facilidades de investir neste ramo econômico.

Um outro fator que também influenciou decisivamente a corrida pela terra no Acre foi a *política de “abertura” ao grande capital adotado pelo governo local (1971-1974)*. Através de uma intensa campanha propagandística realizada por todo o país acerca das vantagens de se investir no Acre, aquele governo favoreceu a corrida dos “paulistas” em busca das terras no Acre. Para alguns, um governo de “visão profética”, progressista e voltado para o desenvolvimento; para outros, foi um governo calamitoso entreguista e responsável por todos os conflitos sociais que se tem verificado na luta pela terra em todo o Estado. Inegavelmente, a campanha teve grande repercussão, pois praticamente todos (...) tomaram conhecimento dela, ou seja, souberam do Acre através propaganda feita pelo governo do Estado, utilizando-se dos mais variados veículos de comunicação. Porém, tudo leva a crer que, além do sentido de divulgação, o impacto maior daquela política governamental para favorecer a penetração dos grandes grupos na região residiu nas facilidades oferecidas pelo governo nas transações de transferências de terras. Posicionando-se abertamente favorável ao grande capital, o governo adotou uma política que privilegiava a expansão da pecuária, deixando de levar em consideração, ao incentivar a vinda dos compradores, a presença dos seringueiros e posseiros que passaram a sofrer o processo de expulsão indiscriminado, inchando as periferias das cidades, principalmente da capital, Rio Branco, por ser a sede do Governo e o maior núcleo urbano do Estado. (Silva, 1982, p. 43-44)

Assim, a corrida para o Acre se deu basicamente, além dos fortes apelos publicitários, por três motivos: 1) incentivos fiscais, 2) créditos financeiros e 3) baixo preço da terra, tornando-se extremamente atrativos aos investidores do Centro-Sul, assegurando-os a certeza de retornos financeiros.

Por outro lado, as bases infra-estruturais também estavam sendo construídas para “acomodar” os grandes investidores e dar-lhes viabilidade e sustentação econômica, não se delongando para que a “parafernália dos incentivos fiscais, dos créditos subsidiados e no baixíssimo preço da terra”⁴⁵ justificassem a entrada dos capitais forâneos em terras acreanas.

No entanto, o primeiro fluxo de investidores para a região acreana foi mais de especuladores fundiários do que propriamente fazendeiros interessados em implantar a agropecuária. Isso ocorreu principalmente pelos baixíssimos preços da terra, nas quais passaram a ser “oferecidas, no retalho, a preço de banana (...) [quando em] 1970, (...) um hectare (...) não custava mais que Cr\$ 5,00”⁴⁶, hoje o equivalente a R\$ 2,00.

Pode-se dizer que foi apenas com o segundo fluxo de investidores que começou a se implantar a pecuária extensiva, na medida em que estes estavam de fato interessados em estabelecer negócios no ramo da agropecuária no Acre. Estes passaram a adquirir terras não dos acreanos, mas dos primeiros investidores a preços exorbitantes em relação ao que os primeiros compraram.

O lucro dessas operações especulativas pode ser exemplificado nos preços da terra adquirida (em moeda da época – o cruzeiro), poucos anos depois. Explica-se que em 1974 um hectare de terra acreana não era vendida por menos de Cr\$ 400,00⁴⁷.

Assim, por algum tempo se estabeleceu no Acre um mercado de especulação imobiliária e fundiária, enriquecendo alguns poucos “paulistas” e também ex-seringalistas falidos, interessados muito mais em adquirir vantagens pessoais do que promover o desenvolvimento da região, como propunha a campanha publicitária inicialmente veiculada pelo Governador Wanderley Dantas.

De qualquer forma, a transferência de terras seguiu a mesma lógica histórica: sai de uma mão e cai em outra ainda mais poderosa. No caso em tela, as terras saem das mãos falidas dos senhores seringalistas e passam para as mãos dos senhores fazendeiros, sem qualquer pretensão de inclusão social da terra para os posseiros que nelas residiam, isto porque os incentivos abertos tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo Acreano não incluíam a participação destes e nem tampouco a dos

⁴⁵ Oliveira, 1982, p. 73.

⁴⁶ Edílson Martins *apud* Silva, 2003, p.112.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

trabalhadores vindos do Centro-Sul do país. É a modernização conservadora mantendo-se também no Acre.

Não obstante, é necessário registrar que algumas medidas foram tomadas para que a questão da terra não se tornasse um problema social de grande magnitude. Entretanto, as tentativas para que uma questão social grave não ocorresse não foram suficientes⁴⁸, uma vez que foram insatisfatórias em relação às demandas por terra que começaram a surgir nesse contexto.

Isso porque, diferentemente de outras regiões do país, o Acre foi primeiramente ocupado pela *frente pioneira*, ou seja, pela ocupação capitalista, do que pela *frente de expansão*, que é a ocupação dos espaços pelos trabalhadores e camponeses oriundos de outras regiões.

No Acre o capital monopolista, avançou à frente da própria mobilidade dos grupos de trabalhadores, adquirindo os seringais e pondo-se sob seus domínios. Isto, no referido processo, deve-se primeiramente ao fato de que ao contrário de outras partes da região amazônica, onde havia a ocorrência de imensas faixas de terras devolutas, no Acre, a maior parte já havia sido apropriada. Apropriação essa que ocorreu particularmente desde o final do século XIX, por seringalistas (proprietários) e seringueiros (posseiros). (Silva, 2003, p. 118)

Neste sentido, é importante frisar que o Acre historicamente fora ocupado por trabalhadores retirantes ao sabor dos ciclos econômicos da expansão capitalista. Primeiramente, ocupado para atender à forte demanda em produzir látex, depois para atender à vocação agropecuária para a região Amazônica. Não devemos esquecer que nos interstícios desse longo processo de ocupação, há grandes momentos de exclusão e expulsão dessas mesmas mãos que tantas vezes foram capturadas para gerar riqueza ao capital monopolista. Assim sendo, o Acre

situa-se em um espaço regional, que por razões históricas, mais profundamente expressa as relações e conexões entre o surto de atividades econômicas e o movimento da populacional. A incorporação do território acreano ao Brasil e sua organização como unidade regional, remonta aos movimentos populacionais ocasionados pelo nascimento da economia mercantil da borracha. Desde o início, a população acreana foi mobilizada, a partir de outras regiões e em seguida, imobilizada nos antigos seringais, como força-de-trabalho rigidamente sujeitada. Toda sua trajetória histórica, até os dias atuais,

⁴⁸ Mais detalhes sobre as políticas públicas adotadas para conter os problemas sociais serão discutidos posteriormente.

revela os ciclos de mobilidade e imobilização, misturando diversos graus de sujeição e até condição autônoma. Hoje, esse movimento espelha um processo bem mais radical, que é o da separação integral da mesma em relação aos meios de produção e subsistência, sem outra qualquer forma de sujeição extra-econômica encontradas nos períodos anteriores onde o capital mercantil e os seringalistas impunham tributos e obrigações para que a população permanecesse nas colocações e nas posses (Oliveira, 1982, p. 05-06)

Assim, é perceptível que os trabalhadores estão historicamente à mercê do próximo ciclo econômico em que serão inseridos, seja como mão-de-obra apta a atender aos ditames da acumulação capitalista, seja como massa que exerça o papel de “empassador” do avanço da modernização.

Outro fator determinante pode ser considerado para justificar o efeito que desencadeou o protagonismo dos trabalhadores na luta pela terra. Referimo-nos particularmente ao fato de que no processo inicial de ocupação das terras acreanas não havia preocupação por parte dos primeiros proprietários em demarcar seu seringal, uma vez a terra por si só não tinha valor e sim o que nela continha, que eram as seringueiras.

Neste sentido, na maioria das vezes, as terras não possuíam limites definidos, no máximo o que se tinha eram colocações a léguas de distância do barracão, ocupadas por seringueiros que recebiam a terra para extração do látex, somente; não havendo, portanto, escrituras nem de seringalistas e muito menos dos seringueiros definindo direito de posse e de ocupação.

Nesta perspectiva, com a quebra definitiva da empresa gomífera, os seringalistas começaram a abandonar seus seringais, e na primeira oportunidade se desfizeram das terras na tentativa de saldar suas dívidas perante o BASA. Nesta tentativa sua única opção foi vendê-las a preços irrisórios aos “paulistas”.

Nesse processo de transição de economia extrativista para a economia agropecuária, a utilização e, portanto, a exploração das terras adquiridas era quase que completa, necessitando “limpar”⁴⁹ toda a área para implantação da pecuária extensiva. A questão é que neste momento o que passa a ser valorizado, isto é, a mercadoria mais valorizada do momento é a terra, e não o que nela existe. Assim, se inicia o processo de limpeza da área e o início também dos conflitos entre os novos donos e as milhares de

⁴⁹ Termo utilizado pelos novos proprietários das terras no Acre se referindo à derrubada da mata para implantação da agropecuária e também se referindo a tudo que nela estivesse, incluindo neste contexto os posseiros-seringueiros, que permaneceram nas terras mesmo após o abandono destas pelos seus antigos patrões.

famílias que ainda viviam praticamente como no início do século, sem qualquer proteção e direitos legais sobre a terra. Em outras palavras,

o intenso processo de transferência das terras dos antigos seringais aos compradores do Centro-Sul, começam a surgir no Acre os primeiros problemas com relação à propriedade da terra. Enquanto o interesse estava apenas no seringal e não na terra, não se contestava a propriedade, marcada pelos limites das estradas de seringa. A repentina corrida pelas terras no Acre, sem que os compradores manifestassem interesse imediato pela exploração do seringal nativo, fez aparecer o problema fundiário do Estado. Em poucos anos, a maioria dos seringais acreanos passou às mãos daqueles compradores, cujos interesses colocaram em cheque a economia tradicional e transformaram a terra numa mercadoria altamente valorizada (Silva, 1982, p. 51).

Desta feita, é notório que o capital imperialista e monopolista mais uma vez prevalece respaldado pelo aparato do Estado que cria condições surpreendentemente favoráveis aos investidores. Neste sentido, muitos programas foram criados com o intuito de abrir a economia da Amazônia e assim fazê-la pretensamente desenvolver-se a ponto de sair de sua estagnação. A mesma perspectiva também ocorre no Acre, obviamente resguardada as devidas peculiaridades sociais e históricas.

Considerando-se o exposto, há certa dinamização na economia acreana pela implementação desses projetos, bem como a aquisição de maquinário e instrumentos capazes de aperfeiçoar a produção que há tempos padecia com sua forma tradicional e arcaica, diziam aqueles a favor da modernização.

2.2 OS TRABALHADORES RURAIS CONTRA A EXPULSÃO DAS TERRAS: A CONTESTAÇÃO

Como aludido, é no processo de transição da economia eminentemente extrativista para a economia voltada para a agropecuária, na década de 1970, que ocorre e se desenvolve o período mais intenso na história econômica do Acre, após anos de abandono.

É justamente neste contexto que surgem os primeiros conflitos em relação à terra, isto é, o processo de transferência das propriedades aos novos donos promoveu uma situação de ambigüidade, pois tais terras não possuíam donos efetivamente

legalizados. A questão se agravou ainda mais com o sistemático abandono dos seringalistas sem, contudo, considerar que estavam deixando suas terras nas mãos dos seringueiros, que há anos a ocupavam, não contestando a propriedade da terra. Tal ambigüidade surgiu apenas a partir da valorização da terra pela especulação fundiária e não no que nela se podia produzir, ou seja,

enquanto o interesse estava apenas no seringal e não na terra, não se contestava a propriedade, marcada pelos limites das estradas de seringa. A repentina corrida pelas terras no Acre, sem que os compradores manifestassem interesse imediato pela exploração do seringal nativo, fez aparecer o problema fundiário do Estado. Em poucos anos, a maioria dos seringais acreanos passou às mãos daqueles compradores, cujos interesses colocaram em cheque a economia tradicional e transformaram a terra numa mercadoria altamente valorizada (idem, *ibidem*).

Desse modo, sem solução, quanto à falta de entendimento em relação aos reais proprietários da terra - antigos seringalistas ou seringueiros/posseiros -, desembocou em grandes conflitos entre os seringueiros/posseiros e os novos donos do Acre, bem como, conflitos também com aqueles trabalhadores que sistematicamente estavam a vagar pelo Brasil em busca de terra para produzir, e que acabaram por chegar ao último limite brasileiro, pois já haviam sido expulsos pelo capital agropecuário instalado também no Centro-Sul do Brasil.

Neste sentido, é importante notar que o processo de “limpeza” executado pelo capital forâneo não aconteceu de forma tranqüila; pelo contrário, um grande movimento de resistência e contestação foi se formando seringal após seringal, seringueiro após seringueiro com a intenção de defender a terra e o direito de nela permanecer e produzir.

2.2.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS

Nesse contexto se instala no Acre, por um lado, um momento de grande tensão e resistência no campo, os primeiros movimentos coletivos e organizações de trabalhadores lutando pelo direito de permanecerem como produtores autônomos. Como resposta a essa tensão, aparecem as primeiras políticas de conciliação do governo, [e

porque não desmobilização?], para conter os conflitos e as conseqüências sociais daí originadas e maximizadas.

Vale ressaltar que em 1970, aproximadamente, momento de implantação da pecuária extensiva, “72% da população do estado vivia na zona rural”⁵⁰ em uma situação de extremo abandono, relegados aos mais altos índices de concentração fundiária do país.

Ao mesmo tempo em que se dá a resistência dos posseiros/seringueiros contra a expulsão dos seringais pelos novos donos da terra, chegavam ao Acre consideráveis levas de famílias vindas do Centro-Sul do país em busca de terra para produzir, seduzidos, por um lado, pelo baixo preço da terra que viabilizasse propriedades com capacidade de sustentação da família na perspectiva de permanecerem como produtores rurais autônomos. E não raro, recrutados por fraudulentos corretores de imóveis agrega-se ainda a ação do INCRA, caracterizando-se o processo de colonização privada, buscando esvaziar focos de tensão do Centro-Sul do país, direcionando pequenos produtores expulsos de suas áreas de produção para a Amazônia, sem viabilizar o mínimo de infra-estrutura que garantisse sua reprodução.

Essa situação vai caracterizar uma conjuntura *sui generis*, na qual uma região tradicionalmente ocupada pelo extrativismo se coloca como espaço de expressão de uma frente pioneira. Ainda que a lógica inicial de ocupação do Estado do Acre tenha sido direcionada pelas demandas do capital, as relações estabelecidas através do extrativismo, não configuraram a terra como mercadoria. Isso viabilizou, no período em que os principais produtos de extração perdem preço, a permanência dos trabalhadores em suas áreas de trabalho.

Neste sentido, configura-se a modernização conservadora, ou seja, a modernização ocorre, mas apenas para o capital, na qual a terra passa a ser comprada e não mais simplesmente ocupada como outrora, caracterizando-se como mercadoria. Em outras palavras,

o ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais (Martins, 1975, p.47).

⁵⁰ Paula, 2005, p. 71.

2.2.2 A FORMAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS E AS POLÍTICAS ESTATAIS CONCILIATÓRIAS

A partir dessa nova perspectiva das bases produtivas, se estabelece uma nova relação, ainda que conflituosa, também no Acre, ainda que essa nova situação tenha levado os ex-seringalistas a questionar a ocupação de “suas terras”, com a pretensão de tornarem-se igualmente pecuaristas ou mesmo de renegociar suas áreas, assim tensão passou a ser lida impunemente como confronto entre “paulistas” e “acreanos”.

Na verdade configurava-se uma situação em que os altos níveis de exploração da força de trabalho no espaço rural já não podiam manter-se sob controle, uma vez que o isolamento dos produtores era muito grande. Inexistiam no Estado condições para viabilizar a reprodução do pequeno agricultor, pois toda a estrutura de comercialização interna estava voltada para o extrativismo. Assim, agregava-se à resistência aos seringueiros a frustração dos “colonos” que viam inviabilizada sua produção.

Contudo, a ação desses dois grupos de trabalhadores aumentava a dificuldade de unificação. Os “colonos”, oriundos de uma situação em que o espaço rural estava de fato integrado ao mercado, seja via produção de matéria-prima, seja através de produção de alimentos, direcionavam suas reivindicações para a viabilização de uma infra-estrutura mínima para realizar sua produção no mercado, bem como de apoio financeiro e técnico para implantar e expandir essa produção. Agregavam-se a essas demandas aqueles pelos direitos sociais fundamentais, tais como saúde e educação. Já os seringueiros, habituados ao isolamento e às condições sub-humanas de reprodução, reivindicavam o direito básico ao trabalho, traduzido como manutenção de sua situação de produtor extrativista.

Neste sentido, “combatia-se uma forma de exploração capitalista da terra – substituição da floresta para fins de implantação da pecuária extensiva de corte – que colocava em risco a continuidade de sua reprodução social nos seringais” (Paula, 2005, p. 75).

A decisão de defender a floresta trouxe um dos momentos mais sangrentos e turbulentos para aqueles seringueiros/posseiros. Pode-se dizer que foi verdadeiramente travada uma caça, pelos novos donos do Acre, aos que insistiam em “atrapalhar” o processo “modernizador” no agro acreano.

Em quase todos os casos de transferência de terras no Acre, a presença de seringueiros e posseiros não foi considerada, nem pelos seringalistas, nem pelos compradores. E como predominou o interesse especulativo, a presença de ocupantes passou a se constituir um obstáculo às pretensões de novos donos, pelo fato de que para que a terra tenha valor para aqueles que querem especular com ela, é necessário que ela não se deprecie. Então, a presença acentuada de seringueiros e posseiros é um fator negativo na valorização da terra, pela simples razão de que uma terra ocupada é uma terra desvalorizada do ponto de vista da especulação fundiária. Além do mais, a presença de ocupantes pode representar uma ameaça à propriedade. Tornava-se, portanto, necessário proceder a uma “limpeza” da área, tirando seringueiros e posseiros, para que fosse possível vender a área “desembaraçada” para outro (Silva, 1982, p. 51).

Como resposta à resistência dos seringueiros/posseiros, os novos donos começaram a se utilizar de vários métodos de expulsão, como aponta Dom Moacir Grechi⁵¹ em depoimento à CPI da Terra.

Aproveitando-se do fato de os seringueiros e colonos não conhecerem as leis agrárias e os direitos que elas lhes garantem, ou por não ter como fazê-los respeitar, é comum a prática de expulsar posseiros através de métodos como:

- a) não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados;
- b) destruição da plantação, invasão de posses, derrubada até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem terra para trabalhar;
- c) compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca uma área muito inferior ao módulo, que não permitirá ao posseiro trabalhar e progredir;
- d) atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo espancamentos e outras violências;
- e) ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários, prisões de posseiros por questões de terra sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenha movido a ação competente. (Diário do Congresso Nacional (CPI da Terra) *In* osta Sobrinho, 1992, p. 148)

A posição de alguns poucos “acreanos” em defesa da mata e conseqüentemente a tomada de consciência de que eram os donos legítimos da terra aos poucos foi ganhando sistematicidade e passou a ter a contribuição legítima da Igreja Católica. Isso porque, desde o momento da tentativa de instalação das Ligas Camponesas, a posição da Igreja foi de evitar a formação de grupos políticos radicais

⁵¹ Bispo da Prelazia do Acre e Purus, amplamente afinado com as causas dos trabalhadores expulsos.

com características comunistas, desenvolvendo em contrapartida um trabalho de associativismo rural.

Neste sentido, tentando minimizar o tensionamento da resistência, a presença da Igreja Católica na formação e conscientização dos seringueiros/posseiros foi de extrema importância na região, uma vez que desenvolveram entre os trabalhadores a perspectiva de que eram os verdadeiros donos das terras e que por isso mesmo não deveriam ceder às chantagens dos “paulistas” e que deveriam unir forças a fim de resistirem unidos contra a expulsão das terras. Mas essa tomada de decisão e a posição assumida desembocaram em diversos tipos de represálias, na qual muitos foram perseguidos, outros torturados e ainda alguns assassinados por jagunços, pistoleiros que chegavam ao Acre contratados pelos fazendeiros. Em outras palavras,

a resistência dos posseiros, ao não sair da terra e ao descumprir as determinações dos “paulistas” para não brocar a mata e colocar roçado, tornou mais intensa a violência dos novos patrões contra os trabalhadores. A jagunçada foi mobilizada para impedir o trabalho de broca, abrir os pequenos açudes, pôr fogo no plantio, matar animais e derrubar os tapiris de moradia. Além disso, a ação impeditória do corte da seringa, coleta da castanha e a derrubada indiscriminada de árvores da floresta.

O clima de terror durava quase dois anos; esgotada a resistência individual e os apelos às autoridades, os posseiros resolveram agir coletivamente. Após alguns encontros, nos quais definiram o que fazer, 96 posseiros armados com suas espingardas se dirigiram ao acampamento [de alguns] (...) peões (...).

Depois dessa ação coletiva foi acertado que iriam resistir, não aceitando mais as arbitrariedades dos “paulistas” e o descaso das autoridades (Costa Sobrinho, 1992, p. 155).

É importante ressaltar que os fazendeiros para agirem com tal truculência sem dúvida tinham a anuência do poder público, e não raro, a presença de policiais. As denúncias dos trabalhadores não encontravam resposta efetiva junto às autoridades, que ao que parece se mostravam claramente comprometidos com as elites agrárias. Como foi o caso, conhecidíssimo, de uma denúncia, em caráter sigiloso, de que o fazendeiro Benedito Tavares mantinha em sua fazenda regime de escravidão de alguns seringueiros/posseiros. Para averiguar o caso, “o Secretário de Justiça Interior e Segurança do Estado do Acre, Ten. Cel. Rubens da Serra Aranha designou o Inspetor nível 14. A., José Assem Saab, para proceder uma sindicância reservada”. (*Idem*, 1992, p.151)

Feita as “devidas” investigações, o inspetor apresentou o seguinte resultado:

- a) não há naquela fazenda sistema de escravidão;
- b) não há espancamento como medida disciplinar;
- c) não há determinação para a prática de homicídio; e
- d) não há casinholas, cubículos ou celas para prisão de peões⁵².

Ocorre que as conclusões do referido inspetor não pararam por aí, apresentando outras informações, como afirma Costa Sobrinho (1992), demonstrando “farsa, burla e corrupção policial”.

há de fato certa exigência por parte dos empreiteiros para que os peões não se retirem da fazenda, isso porque, se assim o fizerem, acarretará grande prejuízo para os fazendeiros em virtude das despesas que estes têm (...) a fim de conseguirem número de peões, incluindo despesas de viagem, instalação, alimentação, pousada e adiantamento de numerário, para os empreiteiros e peões. (...) nada constatei na fazenda São José, que ratificasse ou comprovasse as denúncias apresentadas pelos depoentes (...) embora tivesse usado certa tática policial para fazer vir à tona os esclarecimentos da verdade, bem como, tenha pessoalmente palestrado com aproximadamente (50) cinquenta peões, os quais afirmaram e reafirmaram estarem bastante satisfeitos naquela fazenda, com o senhor Benedito Tavares, inclusive toda sua administração (...) todos afirmam que nunca houve naquela fazenda sistema de escravidão, que todos os peões ou trabalhadores que por ali passaram sempre tiveram seus saldos pagos e livre-arbítrio.⁵³

Sem dúvida, é notória a prática arbitrária dos “paulistas” em consórcio com as autoridades a fim de manter os seringueiros/posseiros sem qualquer proteção à sua vida e integridade, garantindo apenas a truculência dos fazendeiros como forma de viabilizar a “modernização” a qualquer custo.

Em geral, o processo torna-se cada vez mais terrível e sangrento, podendo ser apontado vários fatores para explicação da situação a que chegara a questão da luta pela terra no Acre, dentre as quais é apontada, quase que unanimemente, a inoperância do INCRA, que desde 1972 estava sediado no Acre, mas em precárias instalações físicas e com quadros técnicos pouco qualificados para uma região com flagrante problema fundiário. Além de reduzido e frágil tecnicamente, grande parte deles coadunavam com os interesses dos fazendeiros, recebendo vantagens e favores pessoais. Outro complicador para a causa dos seringueiros/posseiros era a inexistência de uma

⁵² Nota de rodapé nº22. Documento em formato de dossiê *In* Costa Sobrinho, 1992, p. 151-2.

⁵³ Nota de rodapé nº22. Documento em formato de dossiê *In* Costa Sobrinho, 1992, p. 151-2.

DELEGACIA DO TRABALHO, que só veio efetivamente a funcionar em 1972, muito embora já estivesse instalada desde 1969.

Ao passo que, sem qualquer apoio institucional, as ações de resistência foram se sucedendo em vários pontos do Estado. A região que ganha destaque em relação aos conflitos é a do Alto Purus, onde localiza-se a capital do Estado e se coloca na rota da prometida via para o Pacífico, particularmente nos municípios de Rio Branco, Brasília e Xapurí. Nesse espaço a mobilização dos seringueiros notabilizou-se por ter criado o “**empate**”, isto é, impedir a derrubada das seringueiras e castanheiras formando uma proteção humana à mata e enfrentando o roncar das motosserras e as espingardas dos jagunços.

Por conseguinte, os confrontos passaram a ser rotineiros assumindo outra conotação, atingindo um nível de tensão social que não mais poderia o poder público fazer de conta que nada de grave ocorria nas matas acreanas. Neste momento, então, o governo do Estado do Acre resolve se posicionar firmemente e fomenta, como indutor de políticas conciliatórias, a instalação efetiva do INCRA e da DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, promovendo a contensão dos conflitos no campo com a clara intenção de resguardar o Estado perante a opinião pública, bem como minimizar as questões suscitadas pela disputa pela terra, uma vez que as notícias destes conflitos quase que diariamente eram noticiados em todo o Brasil.

Este novo contexto de sinalização para a solução dos conflitos sociais no campo coincide com o início do governo Geraldo Mesquita (1975-1979), um político “sensível às questões sociais e conhecia profundamente a questão fundiária do Estado” (Costa Sobrinho, 1992, p. 169). Diferentemente de seu antecessor, Wanderley Dantas (1971-1975), o novo governo se colocou ao lado da causa dos seringueiros e minou as ações dos “paulistas”, não possuindo estes mais a anuência do Estado.

Uma das primeiras ações do novo governo, paralelamente às políticas conciliatórias do Estado, foi a instalação, em julho de 1975, da Delegacia da CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG, que chega ao Acre com “uma estratégia para enfrentar na arena jurídica o problema dos ‘posseiros’, particularmente dos seringueiros que formavam a maioria absoluta” (Paula, 2005, p. 172-3). Nesta nova conjuntura a organização dos trabalhadores ganha mais força e sistematicidade, uma vez que com a vinda da CONTAG são criados os sindicatos rurais.

Como já se relatou anteriormente, o movimento de resistência dos posseiros contava ainda com o respaldo da Igreja Católica que, através das Comunidades Eclesiais

de Base, divulgava o direito de posse à terra e estimulava o processo de organização, além de se colocar como um espaço de denúncia de violência e arbitrariedades.

A linha de ação em favor dos seringueiros/posseiros adotada pela CONTAG era fundamentalmente legalista, com base no Estatuto da Terra e do Código Civil.

Assim, a mobilização não demorou muito para que os resultados começassem a surgir, principalmente aqueles que se pautavam na organização e conscientização dos seringueiros/posseiros. Tanto é que dois meses depois que estava instalada a CONTAG no Acre foi criado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais (STR) em Sena Madureira, sob

influência da Igreja, marcada pela presença de Pe. Paulino Baldassari, cujo prestígio junto aos seringueiros era incontestado, dado o trabalho que sempre desenvolveu na comunidade, e do seu apoio, desde 1972, ao trabalhador contra a violência dos ‘paulistas’ e seringalistas. Na assembléia de fundação, realizada no dia 20 de dezembro de 1975, no colégio Santa Juliana, compareceram 557 trabalhadores, quase todos seringueiros (Costa Sobrinho, 1992, p. 172)

Após a criação do primeiro STR no Acre, os demais municípios do Estado foram pouco a pouco fundando os seus sindicatos, numa clara mobilização coletiva por parte dos seringueiros/posseiros. Assim sendo, em apenas dois anos da presença da CONTAG em terras acreanas foram fundados sete sindicatos, entre os quais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, em 21 de dezembro de 1975; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, em 23 de maio de 1976; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, em 11 de setembro de 1976 e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapurí em 9 de abril de 1977⁵⁴.

Em uma região onde a forma de organização de produção historicamente possibilitou o domínio incontestado dos patrões e em que os direitos eram vistos e tratados como concessões e favores, a organização autônoma dos trabalhadores não podia se dar de forma pacífica. Além disso, fatores se colocavam como empecilhos a esse processo: a dispersão dos trabalhadores e o clima repressivo vigente nacionalmente, como coloca Costa Sobrinho, e sua distribuição espacial de forma dispersa

no interior do seringal ou distribuídos em populações rarefeitas às margens das estradas ou nas colônias; as condições adversas do meio natural, que criavam sérios obstáculos à comunicação; o clima de

⁵⁴ Ver mais detalhes Costa Sobrinho, 1992.

controle policial militar, conseqüência óbvia do regime de ditadura militar vigente no país; a força e a violência dos patrões, fazendeiros, grileiros, seringalistas e comerciantes, aliados com sua tropa de jagunços a espalhar o terror (Costa Sobrinho, 1992, p. 174)

Violência e repressão eram complementadas com o discurso difamador da classe dominante local, no intuito de intimidar a mobilização dos trabalhadores e desmoralizá-los perante a opinião pública acreana, disseminando que a CONTAG estaria criando malandros em parceria com a Igreja; dificultando o processo de desenvolvimento do Estado, uma vez não há problemas sociais e tampouco questão fundiária no Acre.

Entretanto, os conflitos deflagrados entre os seringueiros/posseiros e os “paulistas” foram aplainados, sem sombra de dúvida, a partir da dinâmica organizativa acentuada dos seringueiros/posseiros.

Todavia, o que realmente minimiza a tensão é a política internacional em relação à Amazônia, aproveitado pelo momento que permite a mudança de eixo da política oficial e a alteração de correlação de forças, a partir do enfraquecimento da elite tradicional.

Neste sentido, podemos destacar políticas que tinham como prerrogativa trazer solução para a situação do seringueiro/posseiro. Uma das primeiras soluções “viria com a desapropriação de algumas áreas de seringais e, a implantação dos PADs (projetos de assentamentos dirigidos) e dos PAEs (projetos de assentamentos extrativistas)”⁵⁵.

Cada um destes projetos de assentamentos reserva uma característica peculiar, mas que no geral propunham manter o seringueiro/posseiro nas terras, ainda que sem qualquer assistência para seu desenvolvimento. Assim sendo, o projeto de assentamento que tinha como característica deslocar os seringueiros/posseiros para áreas vazias que eram demarcadas em pequenos lotes para o desenvolvimento da agricultura, no qual deveriam ser assistidos com assistência técnica e infra-estrutura a partir de parcerias firmadas entre os órgãos públicos. Estes eram os PADs.

Quanto ao PAES havia uma pequena diferença; enquanto que no projeto de assentamento dirigido havia a ocupação de áreas vazias, neste buscava-se a regularização de áreas ocupadas por seringueiros/posseiros que resistiam à ocupação

⁵⁵ Silva, 2003, p. 131.

agropecuária capitalista da terra, garantindo a transformação das suas áreas em reservas extrativistas. Neste sentido “mantinham sua estrutura de formação socioespacial, baseada nas colocações e estrada de seringa”. (Idem, ibidem, p. 132).

Por último, tivemos ainda no Acre os PARs (programa de assentamentos Rápidos), que propunham desenvolver estratégias para uma rápida regularização das áreas vazias para posteriormente autorizar a ocupação.

Tais projetos foram implementados no Acre sem levar em consideração a vocação produtiva da região, principalmente nos PADs, no qual foram desenvolvidas atividades que não condiziam com a realidade do acreano, uma vez que a modalidade de produção oferecida foi de agricultura, nos moldes dos trabalhadores centro-sulistas. Obviamente que esta “solução” em nada garantiu a permanência dos seringueiros/posseiros nas terras, pois os mesmos não tinham qualquer habilidade na cultura agrícola, tornando-os ainda mais vulneráveis e propensos a vender os lotes adquiridos ao capital agropecuário, e assim, levando-os a abandonar a terra e tentar a vida nas cidades.

Capítulo 3

SOCIEDADE CIVIL ACREANA: A “CONCILIAÇÃO” POLÍTICA-SOCIAL-ECONÔMICA

A sociedade civil acreana não poderia ser analisada e, por conseguinte, entendida senão tivesse sido feito um sistemático resgate acerca do processo histórico de formação desta sociedade.

A par disto, pudemos depreender que o campo efetivamente organizou a cidade, isto é, as lutas sociais no campo em fins da década de sessenta e início da década de setenta resultou na organização dos seringueiros/posseiros numa espécie de contra-hegemonia. A organização, bem como a mobilização dos seringueiros tinha como lema principal a permanência na terra para dela usufruírem garantindo a sua sobrevivência. Todavia, nem todos participaram desse processo de luta pela terra, pois foram mais facilmente seduzidos pela ilusão de irem buscar na cidade condições de vida melhor, o que redundou conseqüentemente numa migração campo-cidade de forma desordenada, forjando uma sociedade urbana sedenta de políticas públicas capaz de minimizar seus problemas sociais.

Entretanto o inverso também é verdadeiro, ou seja, enquanto que no campo encontravam-se os focos de tensão; na cidade à medida que as instituições públicas iam sendo criadas, fortalecem as lutas dos seringueiros/posseiros, na busca de garantias sociais e, principalmente, pela sobrevivência na terra, como pôde ser visualizado no capítulo anterior.

Sob esta perspectiva, são criadas as principais organizações populares que passaram a atuar justamente nos espaços onde o governo estava ausente, buscando minimizar as mazelas sociais que já se tornariam no início da década de 1970 numa questão social grave.

As organizações sociais foram sendo aos poucos constituídas ao longo do processo de formação dessa sociedade. Nesse sentido, é importante dizer que estas não surgiram somente no momento de conflito intenso, pelo contrário, para que pudessem ser uma realidade as primeiras formas de organização, as chamadas mutuais, cumpriram

um papel fundamental, trazendo experiências organizativas de alcance de objetivos. Assim sendo, tecemos alguns comentários acerca das organizações sociais existentes até o início da década de 1970, para posteriormente desenvolver análises quanto à organização de outras frentes de lutas da sociedade civil acreana.

3.1. SOCIEDADE CIVIL ATÉ 1970

Sabemos que os aparelhos privados de hegemonia que compõe a sociedade civil, a partir da teoria gramsciana, são basicamente: associações e sindicatos, Igreja, imprensa e partidos políticos. Assim sendo, assumimos a idéia de que no Acre foi construída uma sociedade civil, ainda que em um ritmo lento, tanto quanto foi seu processo de autonomização política, por exemplo, a partir dos conflitos sociais determinados pela dinâmica econômica ensejada pelo capital internacional.

Entretanto, pelo fato de ser uma região que teve sua história calcada nos ciclos da borracha e, neste sentido, sobredeterminada pela economia mundial e ainda sem autonomia política para legislar no próprio espaço, se constituiu em uma sociedade sem grandes determinações políticas organizativas. Mas isso não quer dizer que não houvesse sociedade civil, pelo contrário, ela se constituiu, mas sem grandes enfrentamentos pela disputa de hegemonia, ainda que seus elementos constitutivos se fizessem presente.

A dinâmica política da sociedade civil somente ganhará vigor político a partir da década de setenta, num momento de grandes mudanças, principalmente por conta da quebra de isolamento e a configuração de uma situação geral de conflito no que diz respeito à posse da terra e o direito de nela produzir.

Na verdade, essa sociedade civil que ao longo do processo se constituiu, se destacará como campo de resistência à expulsão perpetrada pela nova dinâmica de ocupação da Amazônia por questões de Segurança Nacional, a partir da inserção da modernização no campo com a frente agropecuária.

Tais questões e seus impactos discutiremos nas próximas páginas. Neste momento abordaremos sucintamente a constituição dos principais elementos que formam a sociedade civil no Acre no período que antecede à década de setenta.

3.1.1 ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

A vida associativa acreana, de acordo com informações levantadas, teve início na cidade de Cruzeiro do Sul com características mutualistas, ou seja, organizações de trabalhadores para auxílio mútuo no que diz respeito principalmente à recreação e benefícios.

A primeira destas associações mutualistas, que se tem notícia, é o *Centro Operário Beneficente do Alto Juruá*, fundada em 12 de abril de 1914. A partir desta tem-se o registro de várias outras mutuais nas demais cidades acreanas, tais como: *União Operária de Rio Branco*, *Centro Operário Tarauacaense*, *Círculo Regeneração e Fé* de Brasiléia e a *União dos Pequenos Lavradores e Homens do Povo do Juruá*. Dentre essas, como atesta Costa Sobrinho (1992), a mais atuante foi a *União Operária de Rio Branco*, participando inclusive da vida política local nas eleições para o Conselho Municipal.

Na cidade de Rio Branco foi ainda criada outra mutual, a partir da união dos servidores públicos do território federal, fundada em 21 de abril de 1929, sob a denominação *Sociedade Beneficente dos Servidores Públicos do Território Federal do Acre – Sociben*.

Os objetivos dessa organização eram: atender carências dos servidores associados como pecúlio por falecimento; auxílio-natalidade; auxílio para aquisição da casa própria; prover recursos na eventualidade de sinistros como incêndio e alagação; empréstimos em dinheiro; auxílio funeral etc. (...) Num determinado período, passou não só a cumprir suas finalidades beneficentes como também a encaminhar reivindicações dos servidores públicos, quando esses tinham seus direitos não observados ou procrastinados até pelas dificuldades de comunicação entre o território e o Governo Federal. (Costa Sobrinho, 1992, p. 54)

Outra mutual, a *Caixa Auxiliadora da Polícia Militar Federal do Acre*, com características semelhantes, foi fundada em 1º de outubro de 1939. Essa organização se formou exclusivamente de militares e tinha como finalidade o auxílio mútuo aos cooperados. À medida que a legislação trabalhista ia se consolidando, também passou atuar em defesa dos interesses da classe, “funcionando como grupo de pressão junto a

políticos e repartições federais”⁵⁶. Esta mutual resistiu ao tempo e atualmente chama-se *Caixa Auxiliadora da ex-Guarda Territorial*.

Como podemos observar, tanto o *Sociben* quanto a *Caixa Auxiliadora da Polícia Militar Federal do Acre* foram organizações criadas por funcionários da União, uma vez que todos os empregados da burocracia territorial eram diretamente alocados a partir do Governo Central.

Uma associação com trabalhadores não funcionários diretos do governo foi criada apenas em 7 de julho de 1948, era a *Sociedade Beneficente Operária de Rio Branco – SBORBA*. Tal associação era composta de homens que prestavam serviços em obras do governo, tais como: carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc, sem nenhuma legislação trabalhista que lhes assistissem. Esta sociedade desenvolveu suas atividades por mais de 30 anos e ficou muito conhecida, cumprindo papel de auxílio para os associados. Dentre as atividades mais expressivas estavam:

o auxílio-doença, o pecúlio-funeral e funcionou durante muito tempo como agência de colocação para operários desempregados. Procurou também alfabetizar trabalhadores através de cursos noturnos e dar formação profissional às suas companheiras, oferecendo cursos de datilografia, corte e costura e artesanato. Mantinha atividades festivas regulares, e promovia grandes festas no natal, ano novo, carnaval e no 1º de maio. (Costa Sobrinho, 1992, p. 55)

Criar uma associação, que além de auxiliar os sócios meramente em momentos delicados de suas vidas, se tornou uma necessidade premente, principalmente no que se refere aos encaminhamentos das necessidades cotidianas e em relação ao desenvolvimento de calendário de atividades de lazer, pois a população mais pobre e excluída não possuía qualquer espaço para desenvolver atividades desta natureza, como festas e cinema.

Em situação contrária, certamente, encontravam-se os ricos de Rio Branco, uma classe que desfrutava de benefícios e recreação social há tempos. Isso porque, com a fundação em 11 de abril de 1924, do *Tentâmen*, conseguiram desenvolver seus contatos e círculos de amizades, bem como atividades lúdicas e recreativas. Esta entidade ficou conhecida como a primeira entidade recreativa de Rio Branco.⁵⁷

Todas essas associações, sucintamente destacadas, cumpriram um papel importante no que diz respeito ao lazer e interesses corporativos dos acreanos, mas

⁵⁶ Costa Sobrinho, 1992, p. 55.

⁵⁷ < <http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=3434> > Acesso em 28 de junho de 2007.

nenhuma delas se constituiu em sindicato, pois a sua forma moderna somente veio a figurar no Acre na década de 1950. Assim sendo, a partir dessa década surgem efetivamente duas associações profissionais com características mais próximas às sindicais, são elas: a *Associação dos Comerciantes de Rio Branco* e a *Associação Profissional dos Estivadores de Rio Branco*.

A primeira, *Associação dos Comerciantes de Rio Branco*, teve seu movimento iniciado e articulado em 1952, mas apenas em 19 de junho de 1956 foi de fato fundada, mas veio a desaparecer na década de 1960 sem, contudo, se constituir efetivamente em sindicato devido, principalmente, às dificuldades burocráticas e a distância de centros mais desenvolvidos do país.

A segunda, *Associação Profissional dos Estivadores de Rio Branco*, teve seu movimento iniciado em 1958 por conta da exploração sofrida pelos estivadores. Assim, sentiram a necessidade de se organizar e reagir às explorações dos comerciantes locais e fundaram a associação em 10 de julho de 1959. Esta, por sua vez, apesar das dificuldades burocráticas e represálias dos patrões, motivando conflitos com a polícia, conseguiram ser reconhecidos como sindicato após 30 anos, em 1989.⁵⁸

De modo geral, na década de 1960, não se visualiza grandes mudanças no setor sindical do Acre, continuando suas atividades as duas associações criadas em 1950, sendo que a associação dos comerciantes veio a desfazer-se na segunda metade da década de sessenta.

Entretanto, com todas as dificuldades e percalços, nesse período ainda foram criadas a *União dos Professores Primários do Estado do Acre - UPPEA* e a *Associação Profissional dos Pedreiros e Auxiliar de Pedreiros de Rio Branco*. De acordo com Costa Sobrinho (1992), a UPPEA atuou muito mais como sociedade de ajuda mútua do que como organização sindical. No entanto, no seu estatuto consta o direito de representar os direitos dos professores diante das autoridades. No início da década de 1970 veio a se transformar na *Associação dos Professores do Acre - ASPAC*.

Quanto à associação dos pedreiros, estes tiveram o apoio da Igreja Católica na pessoa do próprio bispo Dom Giocondo Grothi, que incentivou pessoalmente o mestre-pedreiro da construção do Instituto São José⁵⁹ a organizar uma associação que representasse os interesses dos trabalhadores da construção civil. O próprio Bispo se

⁵⁸ Ver mais detalhes Costa Sobrinho, 1992.

⁵⁹ Colégio religioso de ensino fundamental e médio mantido pelas Servas Maria Reparadoras.

encarregou de redigir o estatuto da associação que fora fundada no dia 06 de setembro de 1966.

A associação levou dez anos para conseguir o seu registro junto ao Ministério do Trabalho. A dificuldade maior era a não existência de Delegacia do Trabalho no Acre. Mesmo sem registro, a entidade encaminhou as reivindicações da categoria. Estas reivindicações estavam relacionadas ao cumprimento da Legislação Trabalhista no que diz respeito à assinatura da carteira de trabalho e o conseqüente recolhimento das contribuições da Previdência Social.

Apesar da ação limitada da Associação nos seus primeiros anos de existência, eram constantes as restrições que sofria. Sua diretoria foi bastante ameaçada e perseguida; no entanto, sempre contou nessas situações com o respaldo da Igreja Católica. (Costa Sobrinho, 1992, p. 130)

A associação dos pedreiros na década de 1970 foi transformada no *Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rio Branco*.

Decerto que nesse interregno as organizações patronais foram muito mais sistemáticas que a dos trabalhadores, neste sentido, em 1962 se encontrava organizadas: a *Associação Comercial do Acre*, a *Associação dos Seringalistas*, a *Associação Acreana de Imprensa* e a *Federação das Associações Rurais*.

3.1.2 IGREJA

A atuação da Igreja Católica no Brasil se faz presente desde os primeiros momentos da colonização, e suas ações a constituiu como uma das instituições mais bem organizadas e hegemônicas e por isso mesmo com um grande poder de inserção em praticamente todos os estratos e classes sociais. Entretanto, sua participação e, conseqüentemente, suas ações nas questões sociais e políticas somente ganhará relevo a partir da década de sessenta, sobredeterminada por uma ala mais progressista de clérigos.

No Acre, a atividade da Igreja Católica, contam os mais antigos, sempre existiu, mesmo quando os padres que atendiam a região acreana, ainda eram ligados à Prelazia do Amazonas. Neste período, final do século XIX e início do século XX, momento da colonização efetiva da região, as atividades da Igreja eram assistemáticas, sendo as visitas dos clérigos, chamada de desobriga, para batizados, casamentos, unção dos enfermos, etc., que duravam até mais de ano para uma nova visita dos padres nos

seringais e nas colocações mais distantes onde houvesse almas, neste sentido, não dirigida para a consciência política e social.

Com efeito, as atividades da Igreja Católica, de forma mais sistemática e permanente, somente veio a ocorrer na década de vinte do século XX, quando foi criada a Prelazia do Acre e Purus em 1919 pelo Papa Bento XV.

Ao Papa Bento XV coube o ato de criação da Prelazia do Acre e Purus em 1919, desmembrando da diocese do Amazonas uma área de abrangência territorial com pouco mais de 100 mil quilômetros, onde à época localizavam-se apenas 4 municípios: Rio Branco, Sena Madureira, Xapurí e Boca do Acre (...). Aos servos de Maria, ordem religiosa de origem italiana, foi determinada a responsabilidade de governar a nova jurisdição religiosa. (Costa Sobrinho, 2001, p. 42)

A partir desse momento a região acreana ganha sistematicidade nas atividades pastorais, embora tal sistematicidade se refira ainda exclusivamente à assistência religiosa que, de acordo com Costa Sobrinho (2001), alinhando-se à periodização de Frei Clodovis Boff, abrangeu um período de aproximadamente 30 anos, de 1920 a 1950.

Percebe-se, portanto, que as atividades da Igreja no período de 1920 a 1950, não tem qualquer caracterização e nem tampouco efetividade com as causas sociais. As atividades da Igreja em relação às questões sociais passarão a ser uma ação mais efetiva a partir dos anos de 1950, mais precisamente entre os anos de 1950 e 1970, se posicionando, desta forma, mais próxima das comunidades, dotando-as, principalmente de escolas e hospitais, chegando

aos anos 70 com uma ampla rede de ‘obras sociais’: 8 estabelecimentos de ensino (...); com 6 instituições de saúde (...); com 8 paróquias iniciando os passos de renovação pastoral (...) (Mourão, 1988, p. 109-110).

A década de 1970 é particularmente um período em que os clérigos da Igreja Católica focaram suas atividades para o trabalho de assistência à comunidade e a gênese da mobilização e organização social.

Obviamente, que essa tomada de atitude não se refere apenas à Igreja Católica local; pelo contrário tem raiz na frente de renovação da Igreja Católica como um todo, emanada do Concílio Vaticano II e da Reunião Episcopal em Medellín em 1968, que marcam as ações da Igreja na perspectiva social e sua opção preferencial

pelos pobres. Neste sentido, as mudanças nas ações da Igreja Católica serão efetivamente sentidas na década de setenta.

A partir desse marco histórico, a Igreja Católica assumiu a responsabilidade de fomentar a organização das comunidades mais pobres com amplo apoio dos leigos, pautados no objetivo de desenvolver uma consciência mais crítica na perspectiva de reconhecerem seus direitos sociais. Entretanto, a Igreja não deixa de fomentar a organização dos subalternos a partir dos ensinamentos da bíblia e relacioná-los à autoridade divina.

Não obstante, há que se notar que desde tempos mais remotos a Igreja pauta-se no compromisso de evitar que os grupos sociais subalternos fossem cooptados por grupos guerrilheiros e de esquerda socialista, isto por conta do grande temor que se tinha em relação ao comunismo.

No Acre, a Igreja Católica, a partir dessa nova perspectiva, promove mudanças qualitativas nas escassas organizações sociais, tanto os movimentos ligados às questões trabalhistas, quanto os movimentos de cunho político-social. Nesse processo, a Igreja Católica ajudou a formar e organizar o associativismo rural como alternativa principalmente à organização das Ligas Camponesas, no intuito de garantir sua posição conservadora.

Essa nova orientação da Igreja Católica ganha relevo e sistematicidade a partir de 1968 com a opção preferencial pelos pobres. Nesta perspectiva e linha de ação da Igreja é fundada a primeira cooperativa de trabalhadores, que passou a ser denominada Cooperativa Nossa Senhora da Conceição, agregando principal e preponderantemente os trabalhadores do campo.

Quanto à organização na cidade, a Igreja participou ativamente mobilizando alguns grupos de trabalhadores, colaborando com a criação da Associação dos Trabalhadores do Porto de Rio Branco e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil.

Quanto à questão político-social e cultural, a Igreja transformou sua preocupação em resultado concreto a partir do momento em que ajudou a formar o GESCA (Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre) em 1968.

Com relação aos estudantes universitários e à intelectualidade jovem preocupada com a política e as questões sociais, o próprio Dom Giocondo Grotti assumiu a responsabilidade de mobilizá-los e incentivá-los com vistas à organização do GESCA (Grupo de

Elevação Social e Cultural do Acre), em 1968, cujo objetivo era promover encontros e palestras sobre arte, política e outras atividades sociais. O AI-5 (Ato Institucional nº 5), que reforçou o poder de repressão da ditadura militar, encarregou-se de retirar de cena o grupo. (Costa Sobrinho, 2001, p. 43)

Tal grupo aglutinou jovens preocupados com os rumos sociais do Acre que sistematicamente se reuniam para debater e discutir questões de interesse social e político. De acordo com Silvio Martinello⁶⁰ era o único grupo com essas características que existia na época. Em suas palavras, era o

único movimento que tinha mais ou menos organizado era um grupo de jovens que se chamava GESCA, foi fundado pelo Dom Giocondo Maria Groti, que era o bispo. Então era jovens que participavam e começavam a discutir sobre a realidade brasileira e coisa e tal, mas ainda bastante sobre o manto da Igreja e orientação da Igreja Católica no caso do bispo Dom Moacir, outros movimentos que eu saiba não havia.

De 1971 em diante, a Igreja Católica se consolida nas atividades sociais criando a pastoral social a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), isso porque sua organização trouxe uma nova perspectiva para as ações da Igreja, por um lado aumentando a participação das pessoas nas atividades pastorais e por outro, fomentando e orientando política e socialmente tais pessoas para as questões sociais de sua comunidade.

Veja-se que a década de sessenta foi fundamentalmente importante como marco dentro da Igreja Católica no Brasil e também no Acre, chegando na década de setenta completamente engajada em questões sociais a partir da consolidação das CEB's. Na próxima seção discutiremos mais detidamente a esse respeito.

3.1.3 IMPRENSA

A imprensa no Acre somente ganhou sistematicidade após a década de 1970, quando os jornais passaram a ter uma tiragem diária, bem como a televisão, que começou a operar a partir de 1975.

⁶⁰ Entrevista por Liliane Silvestre Bezerra em 10 de junho de 2008.

Antes dos anos setenta muitos periódicos surgiram, é verdade, mas a existência deles foi efêmera, em sua maioria. Nos centros de documentação histórica existente na capital acreana podem ser encontrados diversos exemplos de periódicos que apareciam. Dentre eles os mais antigos que se tem registro são: *O Cruzeiro*, de 1906, com sede em Cruzeiro do Sul; *Correio do Acre*, de 1911, com sede em Xapurí; *O Futuro*, de 1912, com sede em Rio Branco; o *Alto Acre* de 1913, com sede em Xapurí e o *Alto Purus*, de 1913, com sede em Sena Madureira.

Ao longo dos anos, estes periódicos desapareciam e na mesma proporção surgiam outros, aumentando o grau de sistematicidade entre eles. A principal característica desses jornais era, na maioria dos casos, sua ligação com o governo, como uma espécie de periódico que apenas demonstravam os atos da gestão em vigor, tendo os custos de redação e distribuição pagos pelos cofres públicos. São exemplos de periódicos com essas características *O Estado*, *O Estado do Acre*, *Correio do Oeste* e *O Acre*, que conseguiram atuar com espaço temporal maior.

Entretanto, outros periódicos ainda surgiram como forma de se contrapor aos periódicos ditos “oficiais”, como por exemplo, *O Liberal*, no entanto, este não conseguiu se firmar, talvez por pressão dos periódicos “oficiais” ou ainda pelos custos elevados de produção e distribuição.

Entre estes periódicos, seja da situação ou da oposição uma peculiaridade há que se notar: a maior parte deles surge no Acre na década de 1950, período de grande movimentação política e social que, além de ser um período considerado democrático passou a ser um período extremamente importante para a região acreana, pois, ganha força no território a proposta de emancipação política. Neste sentido, os periódicos surgidos na época tinham como objetivo principal a disseminação dos ideais autonomistas.

Assim sendo, a imprensa no Acre somente ganhará sistematicidade a partir do final da década de 1960, em plena Ditadura Militar, quando o jornal *O Rio Branco*, fundado em 1969, passa a circular diariamente. Quanto aos jornais alternativos, somente vem a ser uma realidade no Acre após 1978, com o *Varadouro*, a esse respeito esclarece Sílvio Martinello

a imprensa no Acre eram jornais muito esporádicos, não havia um jornal diário em 1964, diário só começou em 1968 que é o Rio Branco o jornal mais antigo. Agora tinha jornalistas de posições de esquerda que fizeram jornais esporádicos (...), mas posições assim muito individuais, não havia uma imprensa organizada e com posições

progressistas isso só veio acontecer depois de 1978, quando começou o Varadouro.

3.1.4 PARTIDOS POLÍTICOS

Não diferindo das organizações partidárias em âmbito nacional, os partidos políticos no Acre são caracterizados por uma formação meramente circunstancial e, portanto, apenas para atender aos interesses de uma minoria.

Nesta perspectiva, já no início da organização política do Território do Acre, as agremiações partidárias das classes mais abastadas compostas por seringalistas, comerciantes e militares, se deram de forma regionalizada, isto é, cada departamento⁶¹ tratou de organizar suas agremiações políticas de acordo com seus interesses mais imediatos.

Tais interesses, inicialmente, eram basicamente pautados pela busca de autonomização dos departamentos, principalmente a desvinculação do Alto Purus em relação ao Alto Juruá e destes em relação ao Alto Acre. A discordância entre as administrações circundavam corriqueiramente por conta dos recursos que eram destinados aos departamentos. Os dois primeiros alegavam que os recursos enviados aos departamentos eram desproporcionais às necessidades de cada unidade departamental. Assim sendo, até a década de 1920, quando ocorre a unificação do Território, as agremiações partidárias seguiam estas características.

Após a unificação do Território tais agremiações não sofreram grandes transformações, seguindo ainda suas principais características. Assim como os periódicos, as agremiações políticas passaram a ganhar mais sistematicidade e organicidade com as propostas políticas de elevação do Território a Estado Federado, estruturando os partidos eminentemente regionais. As agremiações partidárias que surgiram nesse momento foram

O Partido Autonomista do Alto Acre e do Alto Juruá; o Partido Autonomista do Alto Purus (que lutava pela autonomia do Alto Purus em relação ao Alto Juruá); O Partido Progressista (de Cruzeiro do Sul); O Partido Republicano do Acre Federal no Alto Purus (fundado em 1917) e no Alto Acre (fundado em 1918); Partido Evolucionista

⁶¹ Após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903) o Território do Acre fora dividido em três departamentos, como já fora esclarecido acima. Em 1912, com a nova reorganização administrativa, é criado mais um departamento.

em Rio Branco (fundado em 1921) e Partido Construtor Acreano (no Alto Juruá). (Costa, 1992, p. 47)

Importante frisar que a maioria dessas agremiações políticas surgia para disseminar e consolidar as perspectivas ideológicas de seus idealizadores, qual seja, a elevação do Acre a Estado. Entretanto, tais agremiações políticas tiveram uma vida efêmera como foram também os periódicos.

Embora de curta duração, tiveram sua importância, pois sua existência fomentou no Território um clima de disputa e oposição não poupando famílias, honras pessoais, etc. No entanto, essas disputas não passavam de oposições particularistas, pois as disputas eleitorais não ocorriam na região uma vez que a gestão dos departamentos era indicação do Governo Central, assim não tinham qualquer peso na escolha dos seus representantes.

A disputa eminentemente política no Acre, ou seja, por representação política, somente vem a ocorrer a partir de 1933, quando “ocorrem em todo o Brasil eleições para a escolha dos constituintes que iriam promulgar a segunda Constituição Federal do Brasil (16 de julho de 1934)”⁶². Determinada a eleição para o ano de 1933, o Acre ganha o direito de eleger seu primeiro representante à Câmara Federal. O deputado eleito neste pleito foi Hugo Carneiro pela *Legião Autonomista Acreana*, que efetivamente não se constituía em partido político.

Promulgada a Constituição de 1934, ocorrem novas eleições em 14 de outubro de 1934 em todo o país. Neste processo eleitoral, o Acre ganha o direito a mais uma cadeira na Câmara Federal, ocupando-a Dr. Mário de Oliveira, também pela *Legião Autonomista Acreana*.

Mesmo com essas duas representações em âmbito nacional, somente a partir de 1945, “com a chamada redemocratização e a formação dos partidos políticos nacionais, o Acre terá partidos organizados a nível estadual”⁶³. Assim sendo, após o de 1945 grandes mudanças se operam no Acre, principalmente no que se refere à economia, uma vez que neste momento entra em cena um novo ciclo da borracha para atender aos esforços da 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, aumento considerável da população local.

Anteriormente a essa reabertura política de 1945, a inconstância na administração do Território do Acre era recorrente, e este momento de clara

⁶² Costa, 1992, p. 48.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 49.

reorganização partidária a nível nacional marca sobremaneira a organização partidária local, trazendo mudanças na administração política, uma vez que pela primeira vez um mandato de Governador consegue chegar ao seu término. O Governador em referência era José Guimard dos Santos que governou o Acre entre os anos de 1946 e 1950. Um político que até em dias atuais é homenageado pelos acreanos pela contribuição ao Estado. Enquanto fora governador do Território, organizou e fundou o PSD em todo o Território do Acre.

Alguns anos mais tarde, em 1949, surge no Acre o PTB, organizado por Oscar Passos, o qual fora também governador do Território do Acre entre 1941-1942.

Entretanto, antes mesmo da fundação do PSD, e do PTB, aparece no Acre em 17 de novembro de 1945 o Partido Comunista do Brasil, (PCB), embora sem possuir uma vida organicamente sistematizada, a exemplo do que ocorria em âmbito nacional, e nem tampouco pressão política que viesse a colocar em cheque os acordos estabelecidos em os fundadores do PSD e PTB.

Outro partido que surge nesse período é a UDN (União Democrática Nacional), organizada por alguns profissionais liberais e pequenos comerciantes, mas também sem qualquer expressão.

Assim sendo, nos últimos cinco anos da década de quarenta se organizaram os partidos políticos no Acre, bem como em todo o país, para concorrerem às próximas eleições em 3 de outubro de 1950. No Acre, a disputa política girava em torno de duas vagas para a Câmara Federal, que acabaram por ser preenchida por José Guimard dos Santos (PSD) e Oscar Passos (PTB), ambos presidentes fundadores dos partidos que os elegeram. Neste sentido, inicia-se um ciclo de controle absoluto que estes dois militares passarão a ter na vida política partidária do Acre.

Entretanto, não que os demais partidos tivessem desaparecidos; mas na verdade passaram a ser apenas “pró-forma”, ou seja, na medida em que paulatinamente a polarização política se fazia entre PSD e PTB, os demais partidos perdiam espaço para disputa política.

Neste sentido, a década de 1950 foi um período de intensa vida política no Território do Acre que foi ainda exacerbada pelo ressurgimento do movimento autonomista, de elevação do Acre à categoria de Estado Federado, principalmente na capital do território – Rio Branco – que sem dúvida levaria os dois grandes partidos presentes na região a intensos embates na Câmara Federal, bem como em todo o Território do Acre por seus correligionários.

Como já aludido, de um lado, o PSD pró-autonomia; de outro, o PTB contra-autonomia. Ocorre que a autonomia acreana é conseguida. Muito mais por vontade política do Governo Central do que pelos apelos do Deputado Guiomard Santos e seus correligionários do PDS. A questão é que o referido deputado passa a ser considerado o “pai do Estado do Acre”, entretanto não consegue se eleger naquela ocasião. Por outro lado, a “glória” de seu nome permanece até hoje, sendo homenageado pelo seu projeto de autonomização ter sido vitorioso.

Com o Acre elevado à categoria de Estado, as eleições ocorrem no próximo pleito eleitoral que foi em 1963. No entanto, a vitória do primeiro governador do Estado do Acre não foi do “pai do Estado do Acre”, como todos supunham; mas de seu partido opositor – PTB – na pessoa de José Augusto.

Assim sendo, neste momento quem estaria, a rigor, com a supremacia política no Estado seria o PTB, que além de eleger o governador, obteve maioria na Assembléia Legislativa. Mas a vitória no executivo e no legislativo não garantiria a mudança e nem tampouco a consolidação de um novo bloco no poder, pois tanto a situação quanto a oposição foram taxativos nas críticas à forma de governar de José Augusto, um político afinado à ala mais progressista do PTB.

Em âmbito nacional tem-se a eleição para a Câmara e o Senado Federal obtendo-se o seguinte resultado: o PTB elegendo

2 dos 3 Senadores (Oscar Passos e Adalberto Sena), 3 dos 7 Deputados Federais (Mário Maia, Ruy Lino e Altino Machado) e 7 dos 15 Deputados Estaduais, sendo que pouco tempo depois um dos Deputados do PSD passa para o PTB, perfazendo assim um total de 8 Deputados na Assembléia Legislativa. O PSD fará um Senador (Guiomard dos Santos) que também havia se candidatado a Governador, 8 Deputados Estaduais e 4 Deputados Federais (Geraldo Mesquita, Armando Leite, Jorge Kalume e Valério Magalhães) (Costa, 1992, p. 55).

No entanto, mesmo com a maioria sendo de oposição, a tradição e o continuísmo foram garantidos pelo Golpe Militar de 1964, que destituiu do governo federal um presidente progressista e por isso mesmo acusado de comunista. No Acre o impacto da Ditadura Militar que acaba de ser instalada, quase que simultaneamente, o governador José Augusto é obrigado a renunciar.

A partir daí opera-se em todo o Brasil o período da Ditadura Militar, que embora em 1985 seja eleito presidente da República Tancredo Neves, pelo colégio

eleitoral, assume José Sarney, marcando o que ficou convencionado de Nova República. As eleições diretas somente ocorrerão em 1989.

No Acre, o curso da Ditadura Militar segue sem grandes novidades, uma vez que por toda sua história, salvo em 1963, os governadores foram todos designados pelo Governo Central. A verdade é que as decisões voltam a ser todas *pelo alto*, de forma excludente e alijando a maioria das classes sociais, principalmente as menos favorecidas.

No plano partidário, ocorre a instauração do bipartidarismo com ARENA (Aliança Renovadora Nacional) compondo os partidos aliados do governo e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) composto por partidos de oposição consentida ao governo. No Acre essa nova estrutura também se instaura, mas lembrando que a eleição para o legislativo continua de forma direta, concorrendo assim ambos os partidos. Na primeira legislatura sob os auspícios do Governo Militar, e a segunda do Acre Estado, no período de 1967 a 1970, a ARENA obtém maioria na Assembléia Legislativa do Acre.

Nesse período de instalação da Ditadura Militar se visualiza a supremacia da sociedade política e por isso mesmo a opacidade da sociedade civil, na medida em que os direitos políticos e civis, aos poucos foram sendo cassados. Assim, na década de 1970 a sociedade civil se mostra incipiente, pois fora desarticulada e desencorajada, mas o inverso também ocorre, ou seja, quanto mais a sociedade civil se via oprimida, mais se criava o clima de indignação e reorganização para os enfrentamentos de reconquista dos direitos perdidos e conquista de direitos sociais.

A reorganização da sociedade civil ganha mais sistematicidade a partir dos conflitos ao redor do mundo em 1968; e em âmbito nacional a partir do acirramento da repressão dos militares, conflagrando em grandes momentos de conflitos entre a força do aparato estatal e os organismos sociais.

No Acre nessa nova conjuntura política, os anos de chumbo da ditadura, os movimentos sociais começam a se organizar e a movimentar-se em defesa dos seus direitos em torno das CEB's, sob a batuta da Igreja Católica. Isso porque, de acordo com Hélio Cury⁶⁴

⁶⁴ Entrevista cedida por Maria Silvia Albuquerque, realizada em 18 de maio de 2008. Helio Cury, militante político acreano que no período do Governo José Augusto fora seu Secretário de Educação.

As únicas organizações que tinham além d⁶⁵os partidos tradicionais eram as Associações dos Estudantes, tinha a associação dos estivadores que era o mais forte aqui, mas não tinha ideologia nenhuma, que era formado por operários. (...)

A associação dos funcionários e professores veio depois, mas essa classe não tinha ideologia nenhuma, era só para reivindicações de salário.

3.2 SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1970

3.2.1 Um novo panorama

Como discutíamos na seção anterior, na conformação da sociedade civil acreana a participação das CEB's foi de fundamental importância, uma vez que esta região era carente de organizações que lutassem por seus interesses.

No entanto, o êxito dessas organizações se pautou também por conta da característica eminentemente religiosa da sociedade brasileira, e, também acreana. Neste sentido, foi aos poucos adentrando nos espaços políticos se utilizando desta prerrogativa, de certa maneira, divina, tornando-se um baluarte das necessidades populares.

Por sua vez, a inserção da Igreja nos espaços políticos ocorre porque foi a única que conseguiu defender-se do sistema repressivo do governo militar foi a Igreja Católica, que por “seu poder e influência (...) foi capaz de oferecer resistência e tornar-se aos poucos o principal foco de oposição legal”. (Carvalho, 2007, p. 165).

Neste sentido, a Igreja Católica se tornou o baluarte dos direitos dos subalternos, como foi o caso dos seringueiros/posseiros do Acre, que no limiar da década de 1970 ajudou a fomentar a organização e sindicalização dos seringueiros/posseiros, para que não viessem a perder seu direito de produzir e principalmente perecer sua identidade com a terra.

Entretanto, como já analisado, muitos seringueiros/posseiros não desenvolveram formas de luta que garantissem sua permanência na terra, restando única e exclusivamente aceitar o mirrado pagamento pela sua terra e mudar o rumo de seu destino, que não por caso foi ocupar as periferias das cidades, principalmente a capital Rio Branco.

O êxodo populacional foi, em decorrência, um dos sub-produtos da presença do grande e médio capital agropecuário no Acre. A população, que era expulsa ou abandonava as terras, viu-se subitamente diante da opção de ter que procurar novas formas e espaços para sobreviver. Esse êxodo, tinha e tem ainda hoje um caráter diverso daquele observado na ocasião do recrutamento e formação da força-de-trabalho para os seringais. Não se tratava mais de população “capturada”, mobilizada de fora da região, para ser sujeitada como mão-de-obra nos seringais e atividades complementares. Agora, não se repetia a mobilização dirigida de contingentes de trabalhadores como no passado, mas sim, ironicamente, representava-se, novo ato no destino da vida dessas pessoas, ou seja, de seus descendentes nascidos nas últimas décadas. A população que passa a ser expulsa das terras no período atual, é a mesma ou descende em linha direta, daquela que vinda do Nordeste, tornou-se acreana, que foi oprimida nos seringais e que rompeu várias cadeias de subordinação e sobretudo, que procurou a terra, que cultivou-a e produziu, não mais só para o patrão, mas também para si própria. (...) o “fechamento” das terras, em um primeiro momento, levou a população a seguir diversos caminhos. Muitos foram para a Bolívia, cortar seringa em “condição mais livre”. Outros procuravam, em migração continuada, terras formalmente livres em território acreano. Mas, a maioria seguiu o traçado dos rios e das estradas em direção à Rio Branco. (Oliveira, 1972, p. 50)

É neste sentido que partimos do pressuposto de que tanto mais o campo organizou a cidade que o inverso.

Com a intensa campanha dos “paulistas” de expulsão dos seringueiros/posseiros de suas terras, para implementação da nova base produtiva, desta vez na agroindústria, ocorre naturalmente uma cisão no modo de vida dos acreanos, uma vez que, parte dos seringueiros/posseiros resolve enfrentar à expulsão da terra e garantir a permanência na terra; e parte deles se desloca para as cidades numa corrida desenfreada de ocupação, principalmente para a capital Rio Branco.

Os que permanecem na zona rural começam a desenvolver formas de organização coletiva com o apoio incontestado da Igreja Católica, que se mostra sensível à causa dos seringueiros/posseiros. Paralelamente à reconfiguração econômica na região acreana, há também a mudança na concepção de atuação da Igreja, principalmente com a “opção preferencial pelos pobres”, emanada da II Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín, no ano de 1968. Assim, a Igreja focaliza suas ações ao novo panorama socioeconômico e passa a apoiar tanto a organização no campo quanto na cidade.

No Acre, a posição da Igreja ainda foi mais incisiva, principalmente com a vinda do bispo Dom Moacir Grecchi, que pessoalmente começa a visitar a realidade dos

seringueiros/posseiros e começa a perceber que a versão dos “paulistas” não é tão mais verdadeira quanto a dos seringueiros/posseiros. Então começa a desenvolver ações de associar as diretrizes da Igreja com as demandas sociais. Nas palavras de Dom Moacir Grecchi⁶⁶,

Em agosto de 1972 eu tomei posse. Eu não era nada envolvido com a problemática social. Tinha muita sensibilidade com a injustiça, com os pobres, mas a partir do Evangelho. Mas não percebia a ligação entre Evangelho e a problemática social. No Acre fui praticamente forçado a enfrentar a realidade. Forçado entre aspas. Pela confiança que depositaram em mim, pela insistência dos padres e principalmente pelo sofrimento do povo, que faziam plantão para que eu fosse aos seringais (...). Lá se dizia haver trabalho escravo, violência. Eu sempre resistia porque achava que era o povo que fugia do trabalho. Eu tinha uma mentalidade sulista, marcada pela cultura italiana e alemã da minha região. Quer dizer, pobre é preguiçoso, pobre não se empenha. Eu não acreditava muito. Achava que esses sulistas que estavam aqui eram pessoas habituadas ao trabalho. E quando o acreano não trabalhava, eles achavam um jeito, não dos melhores para puni-los. Aquele foi o período em que abri os olhos. Depois de muitos pedidos, de muita insistência eu fui (...) descobri que nas autoridades não podia confiar. Elas me davam uma versão que não correspondia a verdade. Percebi que esses que vinham do sul visavam exclusivamente o lucro. E realmente usavam de meios violentos, arbitrários, para forçar o povo a trabalhar para eles. (...) Aí surgiram os catecismos. O primeiro foi o Catecismo da Terra, para garantir a permanência do homem no seringal. Para que o povo entendesse o Estatuto da Posse (...)

O “Catecismo da Terra” fora uma versão simplificada do Estatuto da Terra, forjado com o objetivo de orientar os seringueiros/posseiros a resistirem diante da iminência de perder o direito pela terra, como aconteceu com muitos deles.

Assim, pode-se considerar que a elaboração do “Catecismo da Terra”, embora não tenha sido reconhecido oficialmente pela Igreja, foi no seu interior que foi confeccionado e distribuído, chegando aos lugares mais distantes da região acreana, se constituindo em um marco na articulação e organização da sociedade civil do Acre.

A partir de então, com a tomada de posição da Prelazia do Acre e Purus, e sua opção preferencial pelos pobres, a organização sistemática da sociedade em geral foi apenas uma questão de tempo, uma vez que tal sistematização redundou na criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, que por iniciativa popular aglutinou as forças da Igreja Católica, estudantes e a comunidade em geral. A constituição das CEB’s ocorreu paralelamente em vários pontos.

⁶⁶ Entrevista concedida à Sandra Tereza Cadiolli Basílio em 1997.

A expansão das CEB's foi tão grande quanto rápida, fato que expressou a carência da população acreana de uma orientação mais sistemática para as questões básicas e essenciais. Assim sendo, após dez anos de organizada as primeiras CEB's no Acre, em 1981, a Igreja contava com aproximadamente 1.000 CEB's. Entretanto, não podemos desconsiderar, obviamente, que a base religiosa de uma população eminentemente rural ajudou a fomentar a organização da sociedade em torno da Igreja Católica. (Costa Sobrinho, 2001).

É contundente a ação da Igreja Católica no Acre em favor dos mais necessitados, uma vez que os mesmos não tinham qualquer apoio mais sistemático que pudesse agir na legalidade quanto a Prelazia do Acre e Purus. Neste sentido, sabedora desta prerrogativa e atenta aos anseios populares, consolida ainda mais sua tarefa na tentativa de superação da exploração dos seringueiros/posseiros, funda o Boletim Informativo *Nós Irmãos* em dezembro de 1971 e o programa radiofônico *Somos Todos Irmãos* em 1973.

Com a rápida organização das CEB's, a Igreja visualiza uma demanda social e uma angústia popular muito grande, não tendo essas pessoas onde recorrer senão a Deus, através do corpo eclesial da Prelazia do Acre e Purus. Com a perspectiva de atendimento às necessidades populares, foi organizado em 1974 o Primeiro Encontro do Vicariato do Acre.

Nesse conclave, foi aprovado o documento que delineou as linhas pastorais da Igreja do Acre e Purus sobre a questão fundiária na sua jurisdição religiosa e denunciou a violência que vinha sendo cometida contra os trabalhadores, colonos e seringueiros. O documento também selou o compromisso de ação conjunta dos agentes pastorais para dar enfrentamento às brutais ocorrências no campo (Costa Sobrinho, 2001, p. 46).

O encontro foi um sucesso, pois em se tratando de um período em que as organizações populares eram terminantemente proibidas de se mobilizarem, a Igreja realizou o encontro sem maiores percalços e perseguições por parte dos militares. Assim, as orientações que saíram do encontro foi um documento que cedeu à Igreja a competência de representar e organizar a sociedade, consolidando a atuação das CEB's na cidade, bem como conduzindo suas ações também para as áreas rurais. No entanto, as ações da Igreja não trouxeram somente benesses, mas também o reverso, principalmente a ira dos fazendeiros e grileiros.

Não obstante, a ação dos fazendeiros, associados com o poder público, não intimidou a articulação da Igreja, redundando no seu aparelhamento como a instalação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1976 e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), em 1977.

Em associação às atividades e o engajamento da Igreja Católica, através das CEB's, instalou-se no Acre a Delegacia Regional da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1975, com a função precípua de organizar e fundar os sindicatos rurais (Costa Sobrinho, 2001).

A força do grupo em torno da Igreja Católica, além da mobilização comunitária, forjou quadros para os partidos de oposição, ajudando na mobilização do MDB e alguns anos mais tarde na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre. Muito embora a preocupação sempre constante da Prelazia do Acre e Purus em manter-se isenta da influência partidária, não impediu que os grupos constitutivos das CEB's trilhassem no campo partidário.

Nesse momento, o panorama social e econômico começa demonstrar algumas mudanças, principalmente por conta da atuação sistemática da Igreja Católica, bem como a sinalização para a abertura política, que em âmbito nacional começa a ser demonstrada.

Uma das características a ser destacada para o ano de 1974 é que paralelamente à organização comunitária, por conta do acirramento dos conflitos de terra no Acre, ocorre o momento político-eleitoral. A eleição em questão é para o Senado Federal, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Particularmente no Acre o momento político-eleitoral não é devidamente aproveitado para se fazer denúncias a respeito dos conflitos de terra, salvo raras tímidas exceções. Mesmo assim, o povo acreano acompanha o ritmo nacional e elege os candidatos de oposição, marcando ainda mais os espaços de luta pelos direitos sociais.

Outro espaço de luta pelos direitos sociais começa a ser desvencilhado pelos jornais alternativos. O alternativo que começa abrir caminho para o denunciamento, ainda que com características eclesiais, é o Boletim *Nós Irmãos*, que veementemente passa a veicular não somente informações paroquiais, mas também as arbitrariedades sofridas no interior dos seringais. Neste sentido, é bom frisar que os periódicos, os poucos existentes na região acreana, não veiculavam matérias a respeito dos conflitos no campo; ou pelo menos com o espaço que tal problema exigia.

Assim sendo, sob a chancela da Igreja Católica, e nos rastros do Boletim *Nós Irmãos*, é criado de fato um jornal alternativo com características mais próximas de um jornal, pois o informativo diocesano já não estava mais dando conta das demandas dos movimentos sociais, bem como sofria com as restrições físicas de produção, por um lado, e por outro lado, ao que realmente era sua função de evangelização quase não mais sobrava espaço.

O início do debate acerca da criação de um jornal alternativo foi em 1976; mas somente um ano depois é que foi de fato posto em circulação o primeiro número do *Varadouro*, em maio de 1977. Nas palavras de um de seus idealizadores, Silvio Martinello⁶⁷.

Para entender o Varadouro tem que entender um pouco daquele movimento da imprensa alternativa que começou com Pasquim depois veio Opinião, Movimento e outros jornais alternativos que foram surgindo até em outros Estados (...) então na verdade na imprensa do Acre o marco mesmo de resistência e de luta diante da Ditadura foi como o Varadouro. Agora, o Varadouro se distinguiu um pouco dos outros jornais por centralizar, privilegiar com suas matérias, o seu enfoque na realidade local, tanto assim que a gente fez de propósito, colocou: *Varadouro um jornal das selvas* e ele coincide exatamente um pouco já com o auge aí do conflito agrário da entrada da empresa agropecuária, dos fazendeiros com a resistência dos trabalhadores rurais já organizados nos sindicatos. Em 1978, já havia uma base dos sindicatos rurais muito bem organizado, estruturado no Estado um grupo forte, uma luta aguerrida. Nessa luta entre o fazendeiro ou empresa agropecuária com os seringueiros e junto com as comunidades eclesiais de base, então se forma aí um tripé muito importante que são: os sindicatos dos trabalhadores rurais que eram na época coordenados ou supervisionados pela CONTAG que era confederação nacional dos trabalhadores na agricultura, as comunidades eclesiais de base com o Bispo Dom Moacir e o Varadouro.

uma das coisas que foi muito importante na época, foi o surgimento do jornal chamado VARADOURO, onde as principais denúncias que se faziam no Acre contra os desmandos na área do judiciário, na área da administração pública eram veiculadas. Era o protesto da cidadania em relação à questão política a falta das liberdades democráticas, então era considerado na época como o Pasquim que existia no país, mais uma trincheira da luta. Foi nesse período que se reuniu nesse instrumento da imprensa, profissionais como Elson

⁶⁷ Entrevista concedida à Liliâne Silvestre Bezerra em 10 de junho de 2008. Sílvio Martinello, jornalista, foi frei da Ordem dos Servos de Maria. Voltou para ao Acre afim de ajudar na fundação de o Varadouro e pouco tempo depois se tornou correspondente do Jornal do Brasil.

Martins, Sílvio Martinello, Suede Chaves, Alberto Furtado, Antonio Marco e tantos outros que na época participaram desse trabalho junto com Abrahim Fohrat, Antonio Manoel, Leila Chalub, Célia Pedrina e outros (Manoel Pacífico⁶⁸).

Nesse momento consolidam-se ainda mais a representatividade e a expressão das necessidades populares. Com sérias dificuldades para edição e circulação, o *Varadouro* conseguiu cumprir seu papel, ainda que tenha conseguido perdurar por pouco tempo, entre maio de 1977 e dezembro de 1981.

A partir de então, tanto o Boletim Diocesano *Nós Irmãos*, como o jornal *Varadouro*, passaram a registrar constantemente em suas páginas a criação e/ou a reorganização de associações, sindicatos, movimentos populares em geral. Nesse processo diversos movimentos alavancaram a organização popular, como, por exemplo, o movimento estudantil da Universidade Federal do Acre, que por muitos anos estavam sob a batuta da reitoria e por isso mesmo não se posicionava na contramão da Ditadura Militar. A partir de cobranças por parte dos editoriais dos alternativos acreanos, em comparação com os movimentos estudantis no restante do país, os estudantes ganhavam força e resolveram se unir e lançar uma chapa alternativa àquela forjada no gabinete do reitor.

Assim, em 1977 os estudantes lançam a chapa *A Seringueira*, com o objetivo de disputar pela direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Como demonstram algumas pessoas que vivenciaram essa época.

a partir desse momento, do *Varadouro* (...) os próprios estudantes da universidade, eu me lembro do número do *Varadouro* dedicado a isso, que essas organizações estavam todas paradas, não havia grande movimentação (...). Quando surgiu o *Varadouro* e começou a mexer com essas coisas, essas organizações começaram a ser disputadas pelos estudantes, vamos dizer de esquerda, de vanguarda e coisa e tal. A primeira chapa que concorreu no DCE, se chamava *A Seringueira* e realmente tomaram o DCE (Silvio Martinello).

a partir do momento em que apareceram os primeiros professores e estudantes progressistas, com essa chapa que eu mencionei “*Seringueira*”. Posteriormente esse movimento foi crescendo em todos os cursos da Universidade, tornando-se o DCE a voz mais representativa da universidade: Passeatas foram realizadas exigindo a democratização da Universidade e a saída de reitores biônicos como ocorria na época em todo país. (Manoel Pacífico).

⁶⁸ Entrevista concedida a Maria Silvia Pereira de Albuquerque em 04 de abril de 2008. Manoel Pacífico, ex-pai e representante por muitos anos da Frente Popular do Acre.

A chapa *A Seringueira* consegue adentrar nos recônditos da universidade e angariar apoio para sua bandeira de luta entre os estudantes; e assim consegue ser vitoriosa, desbancando a linha administrativa do DCE aos moldes da Ditadura Militar. Em outras palavras,

A vitória da chapa ‘Seringueira’ significou o desabrochar do movimento de renovação nas práticas adotadas, até então, pelas lideranças estudantis, rompendo, no dia-a-dia, as amarras, a dependência e o controle que vinha sendo exercidos pela direção da UFAC (Costa Sobrinho, 2001, p. 119).

É perceptível que a cada novo movimento, nova organização que surgiu multiplicava-se a vontade popular de se organizar e lutar por seus direitos e pela cidadania.

Nesta perspectiva, a sociedade civil foi sendo forjada de uma maneira quase que clandestinamente, uma vez que, todos esses movimentos que foram surgindo não se posicionaram sem que houvesse a opressão e a perseguição por parte das classes tradicionais em consórcio com o poder público.

Ainda que neste momento, em face do Governo Geraldo Mesquita (1975-1979), o movimento popular tenha tido certo espaço para organização, não poderia passar por brancas nuvens, pois afinal de contas estavam sob os auspícios da Ditadura Militar. Neste sentido, embora em menor grau, as repressões também foram sentidas na região acreana, principalmente contra as lideranças dos movimentos sociais que aos poucos iam se destacando nas lutas por seus direitos.

Mesmo com todas as dificuldades, tais como, distanciamento dos centros de organização do país, precárias estruturas públicas administrativas, bem como dificuldades de acesso no interior do Estado, a década de 1970 fora marcante e decisiva, pois foram as dificuldades e o histórico abandono social, geográfico e político que fizeram o movimento popular se consolidar. Assim sendo, novas organizações foram surgindo e outras tantas que na década anterior foram criadas ganham novo fôlego, tanto na zona urbana, quanto na zona rural.

Em relação à zona urbana os movimentos de resistência à expulsão se intensificaram, culminando com a fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em praticamente todas as cidades acreanas.

Quanto à zona urbana foram inúmeras as novas organizações sociais criadas e outras consolidadas. A esse respeito expõe Costa Sobrinho (2001) quais foram as organizações criadas e consolidadas.

Sindicato dos Estivadores da Construção Civil (de antes); Sindicato dos Motoristas, dos Condutores Autônomos de Veículos; Associações de professores do Primeiro e Segundo Graus, e dos Professores Universitários; Associação de Lavadeiras; Movimento de Defesa do Meio Ambiente; Comissão Pró-Índio do Acre; Movimento do Custo de Vida; Movimento de Compras Comunitárias; Diretórios Acadêmicos e Central de Estudantes Universitários; Grêmios de Estudantes Secundaristas e o Movimento das Mulheres do Acre. (Costa Sobrinho, 2001, p. 141-2)

A par disto, pudemos constatar que a Igreja Católica foi, sem dúvida alguma, a responsável por aglutinar sob suas orientações o curso da mudança no panorama social, econômico e político do Acre, incentivando as camadas populares a lutarem por seus direitos. Assim sendo, no final da década de 1970 estavam consolidadas as bases para estruturação de uma sociedade civil mais engajada e plena de organização. Uma Igreja aglutinadora; uma esquerda organizada; sindicatos criados e sindicalizados cômicos de suas tarefas e direitos e por fim a presença desafiadora de uma imprensa popular alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propusemos a analisar a relação entre Estado e sociedade civil no contexto sociopolítico acreano no que tange à década de 1970. Mas antes de adentrarmos nesse período, considerado por muitos como sendo o mais emblemático para apreciação e elucidação da conformação da sociedade política e civil atual, nos detivemos, nos dois primeiros capítulos, no resgate histórico da realidade acreana, desde seus momentos de luta para pertencerem ao Brasil (“Revolução” Acreana); até os momentos mais recentes de movimentação dos subalternos na perspectiva de unirem-se e lutar pelo direito de produzir nas terras que historicamente foram sendo ocupadas pelos retirantes nordestinos e sulistas.

A dificuldade da região acreana em se estabelecer como uma política minimamente autônoma contribuiu para o estabelecimento de extremo abandono social e econômico, reservando para a sociedade em geral uma escassa consciência mobilizatória que somente começou a sair do marasmo quando da entrada do capital mundial ou, em outras palavras, da “bovinização” do Estado do Acre, marcando principalmente a década de 1970.

Nesse longo processo nos deparamos com sérias dificuldades, tais como documentação, publicações oficiais, arquivos de jornais, uma vez que a cultura de arquivamento documental sério é recente. Mas, mesmo assim conseguimos chegar há algumas noções em relação ao ponto de partida desta difícil empreitada.

Inicialmente partimos da idéia de que no Acre, assim como no restante do Brasil, de um modo geral, o processo de conformação social, política e econômica sofreu determinantes e características de uma *revolução passiva*.

Prontamente, a nossa premissa inicial se confirmou, uma vez que ao longo de todo processo histórico, tanto no período em que o Acre era Território Federado, quanto como Estado Federado, a presença, quase que implacável, do poder central da União foi efetivo, garantindo transformações sim, mas pela via do *transformismo*.

Entretanto, na década de 1970, a sociedade com uma formação social mais heterogênea, não permitiu, ou pelo menos, se organiza, para contrapor a uma sistemática imposição.

Assim, chegamos à definição de que o espaço de disputa hegemônica entre Estado e sociedade civil se dá a partir da “conciliação” com a adoção de políticas públicas que amenizasse a disputa entre ambas as esferas, bem como a constituição de alguns organismos, conformando uma sociedade civil acreana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Glimes Rego. **Nos confins do extremo oeste**. O alvorecer do poente acreano. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre**: de território a Estado – um olhar social. USP, 2006. (Tese de doutorado, mimeo)

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORGES, Pedro Célio Alves. Estado autoritário no Brasil In COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e formação do estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Tradução Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; NEVES, Marcos Vinicius S.das; SOUSA, Mauricélia Barrozo Alves de (Org.) **Relatório Final do Projeto Levantamento Preliminar da História Politico-Administrativa do Estado do Acre e Município de Rio Branco**. Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH/UFAC). Coordenadoria de Patrimônio Histórico da Fundação Garibaldi Brasil da Prefeitura Municipal de Rio Branco (CPHFGB/PMRB), Rio Branco, 1997, pg. 44. (mimeo).

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a construção da ordem do Aquiri**: contribuição à história das idéias políticas. Rio Branco: FEM, 2003.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina In COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 51-66)

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cidadania: tipos e percursos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. Disponível em:

< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf> >. Acesso em: 19 de maio de 2007.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. Subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

COSTA, Homero de Oliveira. Os partidos políticos no Acre (1945 – 1978). In: **Cadernos Ufac, série A, Estudos Sociais**. Rio Branco: UFAC, 1992, p. 43-68.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social das lutas sindicais no Acre**. São Paulo : Cortez, 1992.

_____. **Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental**. João Pessoa: Editora Universitária/UFRB, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (org.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere In COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 67-82)

_____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Dossiê – Acervo: Guiomard dos Santos (Acre) – Elevação do Acre à Estado. BEZERRA, Maria José (coord.) Rio Branco: Gráfica Globo, 1992.

DOMINGUES, José Mauricio. **Dialética da Modernização Conservadora**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 459 a 482.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Ver. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Manoel Severo de. **Os governos militares e o ensino superior acreano**. São Paulo: Scortecci, 2003.

FERNANDES, Marcos Inácio. **O PT no Acre: a construção de uma terceira via**. Natal: UFRN, 1999. (Dissertação de mestrado, mimeo)

GARCIA, Luiz Oliveira. **História do Poder Legislativo Acreano de 1962/2000**. Novembro de 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Tradução e edição de Luiz Sérgio Henriques, co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Obras escolhidas**. Tradução [de] Manuel Cruz; revisão [de] Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade In COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 173-188)

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MENDES, Francisco das Chagas Nogueira. **Governo de José Augusto**: amor ao povo ou paixão pelo poder? Rio Branco, UFAC, Dep. de Filosofia e Ciências Sociais. 1995 (Monografia, mimeo).

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos In COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 189-200)

MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A prática política das CEB's**: popular e transformadora ou clerical e conservadora? São Paulo: PUC-SP, dissertação de mestrado, 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda. In COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (org.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização In COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 215-233)

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto. **O setanejo, o brabo e o posseiro**: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte: UFG/CEDEPLAR, 1982. (dissertação de mestrado).

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

OLIVEIRA, Edir Figueira de. **Educação básica no Acre, 1962-1983**: imposição política ou pressão social? E.F.M. Oliveira, 2000.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas**: a recuperação econômica da Amazônia durante o regime militar. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

SAES, Décio. Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil. IN COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e formação do estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras no Acre**: movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte, UFMG, 1982. (Tese de doutorado)

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente; Rio Branco: UFAC – Laboratório de Estudos Urbanos, Populacionais e Agrários em Geografia – LEUPAG – Depto. Geografia, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SPINELLI, José Antônio e LYRA, Rubens Pinto. Gramsci: o Estado como locus de hegemonia IN **Estado e cidadania: de Maquiavel à democracia participativa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006. (pp. 129 - 152)

SOUZA, Jessé. Max Weber, patrimonialismo e a singularidade cultural brasileira. IN COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e formação do estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**.- Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4ª ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Weber e a interpretação do Brasil**. Novos Estudos CEBRAP N° 53, março de 1999. (pp. 33-47). Disponível em: < http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/weber_e_a_interpretacao.pdf > Acesso em: 14 de maio de 2007.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac> < Acesso em: 15 de junho de 2007.

<http://www.cmp.rj.gov.br/petro1/tratadodepetropolis.htm> < Acesso em 11 de junho de 2007.